

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS - CCET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN - PPGDg

FABIANA AQUINO DE MORAES RÊGO

CULTURA CONSTRUTIVA À LUZ DO DESIGN TERRITORIAL: a valorização de um
saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA

São Luís
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS – CCET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN - PPGDg

FABIANA AQUINO DE MORAES RÊGO

CULTURA CONSTRUTIVA À LUZ DO DESIGN TERRITORIAL: a valorização de um
saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Design do
Programa de Pós-graduação em Design,
Departamento de Desenho e Tecnologia da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Lopes de
Oliveira Santos.

São Luís
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Aquino de Moraes Rêgo, Fabiana.

CULTURA CONSTRUTIVA À LUZ DO DESIGN TERRITORIAL: a valorização de um saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara MA / Fabiana Aquino de Moraes Rêgo. - 2020.

156 p.

Orientador(a): Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Design/ccet, Universidade Federal do Maranhão, Sao Luis, 2020.

1. Cultura construtiva. 2. Design Territorial. 3. Técnicas construtivas tradicionais. I. Lopes de Oliveira Santos, Maria Luiza. II. Título.

CULTURA CONSTRUTIVA À LUZ DO DESIGN TERRITORIAL: a valorização de um saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Design do Programa de Pós-graduação em Design, Departamento de Desenho e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Aprovado em ____ / ____ / ____

Profa. Dra. Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos (orientadora)
Doutora em Ciência e Engenharia de Materiais (UFRN)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Raquel Gomes Noronha
Doutora em Ciências Sociais (UERJ)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Denilson Moreira Santos
Doutor em Química (UNESP)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Ingrid Gomes Braga
Doutora em Conservação e Restauração de Bens Culturais (UPV-ES)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

OFEREÇO

A Deus e aos meus filhos.

DEDICO

À minha família.

A necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres “pobres e vazios” (Candau, 2014).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concebido a benção de realizar o meu mestrado e por me enviar anjos para me ampararem nas horas mais difíceis.

A meus filhos: Bernardo e Benício, que mesmo sem compreensão dos fatos sempre me proporcionaram alegria e leveza em momentos de cansaço e tensão.

A meu marido: Gustavo por todo amor, paciência e cuidado aos nossos pequenos nos meus momentos de ausência física.

À minha Família: Leopoldo e Ruth (pais), por todas as orações e esforços em prol de minha educação e bem-estar; à Fernanda e Flávia (irmãs); Bruno e Antônio (cunhados) pelas orações e por escutarem meus lamentos e queixas de cansaço.

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA e ao Programa de Pós-graduação em Design (PPGDg) pela oportunidade de realização do curso.

A todos os moradores de Canelatiua que tive a oportunidade de conhecer e escutar suas histórias de vida e em especial à Neta, pela generosidade de nos hospedar em sua casa e partilhar comigo suas histórias de vida.

A professora Ingrid Gomes Braga pela amizade e inúmeras contribuições para minha pesquisa.

A professora e orientadora Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos pela orientação.

A professora Raquel Gomes Noronha, por ter sido sempre tão disponível e amável todas as vezes que lhe procurei e solicitei ajuda; exemplo de profissional dedicada e competente.

A amiga Tayomara Santos, um dos anjos enviados, por me estender a mão no momento em que mais precisei.

A Samuel Miranda, pelas palavras de carinho e conforto, pela companhia à primeira viagem ao campo.

Ao Núcleo de Pesquisa em Inovação, Design e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão – NIDA/UFMA pelo aprendizado e acesso ao acervo.

A professora Nadja Mourão, outro anjo que surgiu quando precisava de companhia para ir a campo, por acompanhar e compartilhar comigo o seu conhecimento e pelos direcionamentos valiosos a esta pesquisa.

Não posso deixar de retribuir com agradecimento carinhoso, a meus colegas de Mestrado, que juntos enfrentamos essa trabalhosa e prazerosa jornada.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização de mais uma etapa da minha vida.

RESUMO

RÊGO, F. A. de M. **Cultura construtiva à luz do Design Territorial:** a valorização de um saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA. 2020. 000 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

Esta pesquisa trata de questões acerca do tema Cultura construtiva à luz do Design Territorial: a valorização de um saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA, dentro da complexa correlação de políticas e ações externas que supõe promover o desenvolvimento em comunidades rurais e quilombolas. Ações que podem levar ao processo de erradicação de um saber-fazer construtivo tradicional passado de geração para geração e que transmite cultura e memória. O objetivo geral deste trabalho se deteve em identificar e analisar as percepções de moradores sobre os valores atribuídos à cultura construtiva em uma comunidade quilombola de Alcântara por meio do Design Territorial, a partir dos discursos e práticas destes moradores. Seu contorno está delineado a partir de uma série de reflexões teórico-conceituais obtidas através de uma revisão literária e que tem como principal foco abordar o papel da tradição na cultura construtiva e o impacto do desenvolvimento nas tradições. Lançamos mão da metodologia do Design Territorial com aproximação de áreas que contribuem para a valorização de um saber-fazer tradicional, que nesse caso trata-se de uma cultura construtiva que é a materialização de práticas construtivas empíricas e identidades socioculturais em um determinado espaço, experimentadas e vividas em um período de tempo acumulado. Dessa forma, as ferramentas escolhidas foram história oral e entrevistas semiestruturadas. Através da base metodológica escolhida em uma pesquisa de caráter qualitativo com viés descritivo e, através de uma abordagem informal e observacional compilamos e analisamos as narrativas e os discursos obtidos em campo. Concluimos que, possivelmente ocorrerá a erradicação das técnicas construtivas tradicionais com taipa e adobe na comunidade de Canelatiua, sob o risco de perdermos um elemento fundamental da identidade cultural e territorial de um povo. Nesse sentido, enfatizamos a importância em manter, de alguma forma, a cultura construtiva tradicional, que não deve se perder, nem jamais ser esquecida, pois fortalece a história, a origem e a memória da comunidade.

Palavras-chave: cultura construtiva; técnicas construtivas tradicionais; Design Territorial.

ABSTRACT

RÊGO, F. A. de M. **Constructive culture in the light of Territorial Design: valuing traditional knowledge in the community of Canelatiua located in Alcântara - MA.** 2020. 000 f. Dissertation (Masters in Design) – Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

This research deals with questions about the theme Constructive culture in the light of Territorial Design: the valorization of traditional knowledge in the community of Canelatiua located in Alcântara - MA, within the complex correlation of policies and external actions that suppose to promote development in rural communities and quilombolas. Actions that can lead to the process of eradicating traditional constructive know-how passed from generation to generation and that transmits culture and memory. The general objective of this work was to identify and analyze the perceptions of residents about the values attributed to constructive culture in a quilombola community in Alcântara through Territorial Design, based on the speeches and practices of these residents. Its outline is outlined from a series of theoretical-conceptual reflections obtained through a literary review and whose main focus is to address the role of tradition in constructive culture and the impact of development on traditions. We make use of the Territorial Design methodology with the approximation of areas that contribute to the valorization of a traditional know-how, which in this case is a constructive culture that is the materialization of empirical constructive practices and sociocultural identities in a given space, experienced and lived in an accumulated period of time. Thus, the tools chosen were oral history and semi-structured interviews. Through the methodological basis chosen in a qualitative research with descriptive bias and, through an informal and observational approach, we compiled and analyzed the narratives and speeches obtained in the field. We conclude that, possibly, the eradication of traditional construction techniques with mud and adobe will occur in the community of Canelatiua, under the risk of losing a fundamental element of the cultural and territorial identity of a people. In this sense, we emphasize the importance of maintaining, in some way, the traditional constructive culture, which should not be lost or forgotten, as it strengthens the history, origin and memory of the community.

Keywords: constructive culture; traditional construction techniques; Territorial Design

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estrela de valor	32
Figura 2 -	Casa de taipa de mão na zona rural de Alcântara e os novos materiais - MA	40
Figura 3 -	Mesquita de Nova Gourná no Egito (arquiteto Hassan Fathy)	41
Figura 4 -	Cidade de Shibam no Yemen	42
Figura 5 -	Casas Hakkas na China	42
Figura 6 -	Cidade de Ait Benhaddou no Marrocos	43
Figura 7 -	Centre de Santé et de Promotion Sociale em Burkina Faso (África)	45
Figura 8 -	DESI Trainingcenter em Rudrapur (Bangladesh)	46
Figura 9 -	Escuela Nueva Esperanza no Equador	46
Figura 10 -	Escada Virtuosa do Design e do Desenvolvimento	52
Quadro 11 -	Quadro da estrutura do percurso metodológico	62
Quadro 12 -	Quadro das questões investigadas	70
Figura 13 -	Triangulação como análise da pesquisa	72
Figura 14 -	Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica em Canelatiua	83
Figura 15 -	Produtos expostos no Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica	84
Figura 16 -	Cestos expostos no Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica de Canelatiua	84
Figura 17 -	Terminal do Cuipe no município de Alcântara	88
Figura 18 -	Estrada de terra ou designado ramal que leva a Canelatiua	88
Figura 19 -	Croqui de Canelatiua (Alcântara – MA)	89
Figura 20 -	Chegando à Canelatiua e vislumbrando o verde da vegetação densa e nativa	90
Figura 21 -	Chegando à comunidade de Canelatiua	90
Figura 22 -	Casa da nossa anfitriã Dorinete Serejo Moraes	91
Figura 23 -	Banner exposto no Centro de Saberes de Canelatiua	91
Figura 24 -	Lixo recolhido na praia próxima ao povoado de Canelatiua	94
Figura 25 -	Praia próxima ao povoado de Canelatiua	94
Figura 26 -	Palha de pindoba no povoado de Canelatiua	101
Figura 27 -	Casas (taipa e alvenaria de tijolo cerâmico) no povoado de Canelatiua	103
Figura 28 -	Casa da Dorinete Serejo Moraes em Canelatiua	105
Figura 29 -	Local onde fica o “orelhão” em Canelatiua	107
Quadro 30 -	Moradores <i>versus</i> Técnica construtiva tradicional	109
Figura 31.a e 31.b -	Casa de taipa da Sra. Deonice Ferreira Costa (Nice)	111
Figura 32.a e 32.b -	Casa de taipa – Rosita Ferreira Saraiva	113
Figura 33 -	Casa de taipa – Lorenzo Boaventura Ferreira	114
Figura 34 -	Casa de taipa com cobertura de telha de fibrocimento em Canelatiua	116
Figura 35 -	Casa de Forno com cobertura de telha de fibrocimento em Canelatiua	117
Figura 36.a e 36.b -	Casa de taipa – Maria José Serejo Lopes	119
Figura 37.a e 37.b -	Casa de taipa – Maria Lina Moraes	121
Figura 38 -	Casa de taipa – Rosimair Torres Diniz (Rosa)	121

Figura 39.a e 39.b -	Umidade e trincas na casa do Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé)	127
Figura 40 -	Umidade e trincas na casa do Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé) – Vista externa	128
Figura 41 -	Umidade e trincas na casa da Sra. Maria José Serejo Lopes (Maria Preta) – Vista interna	129
Figura 42.a e 42.b -	Rachaduras na casa do Sr. Honorato Diniz Serejo	133
Figura 43 -	Cobertura de palha na casa de apoio da Sra. Aldenora da Conceição Garcia	135
Figura 44.a e 44.b -	“Puxadinho” com palha na casa de adobe do Sr. Honorato Diniz Serejo	136
Figura 45 -	“Casas de projeto” na entrada do povoado de Canelatiua	139

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
AMPA	Associação dos Moradores do Povoado Arenhengaua
AST	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas
ATEQUILA	Associação do Território Quilombola de Alcântara
CCISE	Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais
CDPED	Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EU.A	Estados Unidos da América
FCP – MinC	Fundação Cultura Palmares – Ministério da Cultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MOMTRA	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara
NIDA	Núcleo de Inovação, Design e Antropologia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCSPA - UEMA	Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
SINTRAF - AL	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara
STTR - AL	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CONSTRUINDO A TEORIA.....	20
2.1 Design Territorial.....	20
2.2 Cultura construtiva.....	23
2.2.1 O papel da tradição na cultura construtiva.....	23
2.2.2 A cultura construtiva entendida como um saber tradicional.....	28
2.2.3 O valor atribuído ao sistema construtivo tradicional.....	31
2.2.4 A apreensão da memória e o temor da erradicação.....	38
2.2.5 O passado e o presente da construção com terra.....	41
2.3 Design <i>versus</i> Desenvolvimento: o impacto do desenvolvimento nas tradições	47
3. CONSTRUINDO A METODOLOGIA.....	56
3.1 Qualificando a pesquisa.....	56
3.2 À luz do Design Territorial.....	58
3.3 Etapas metodológicas.....	60
3.3.1 Aproximação com as pessoas: visitas as residências e rodas de conversa.....	63
3.3.2 Informações de campo: transcrições e organização das categorias de análise.....	64
3.4 Procedimentos metodológicos.....	65
3.4.1 História Oral.....	65
3.4.2 Entrevistas semiestruturadas.....	68
3.4.2 Triangulação de métodos e sistematização pós-campo.....	70
4. ESTUDO DE CASO: o território em questão.....	73
4.1 O município de Alcântara.....	75
4.2 Canelatiua: a “terra da pobreza”.....	82
4.3 Chegando em campo.....	87

5.	REFLEXÕES E RESULTADOS SOBRE O CAMPO: análises dos discursos, práticas e percepções em campo	98
5.1	Práticas e percepções em campo: palavras de quem detém a memória da comunidade.....	99
5.1.1	O Sr. José Inaldo Correa Ribeiro.....	99
5.1.2	A Sra. Dorinete Serejo Moraes.....	103
5.2	Práticas e percepções em campo: panorama da cultura construtiva da comunidade.....	108
5.2.1	A Sra. Deonice Ferreira Costa.....	110
5.2.2	O Sr. João José Torres Diniz.....	111
5.2.3	A Sra. Nelci Mônica de Lemos.....	111
5.2.4	A Sra. Rosita Ferreira Saraiva.....	112
5.2.5	O Sr. Benedito Edvaldo Nogueira.....	113
5.2.6	O Sr. Jeanderson Ferreira Ribeiro.....	113
5.2.7	O Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira.....	114
5.2.8	A Sra. Maria José Serejo Lopes.....	118
5.2.9	A Sra. Maria Lina Moraes.....	120
5.2.10	A Sra. Rosimary Torres Diniz.....	121
5.2.11	A Sra. Silda Araújo Serejo.....	122
5.2.12	O Sr. Vital Prudêncio Moreira.....	122
5.2.13	O Sr. José Eugenio Ribeiro Moreno.....	122
5.2.14	O Sr. Leocadio Torres Diniz.....	123
5.2.15	O Sr. Honorato Diniz Serejo.....	123
5.2.16	O Sr. Euzébio de Ribamar Azevedo Braga.....	124
5.2.17	A Sra. Aldenora da Conceição Garcia.....	124
5.3	Análise dos relatos: categorização das falas.....	125
5.3.1	Erradicação.....	126

5.3.2 Aprendizagem.....	130
5.3.3 Cadeia Produtiva.....	132
5.3.4 Envolvimento.....	133
5.3.5 Valores Territoriais.....	136
5.4 A situação de conflito e o reflexo na cultura construtiva.....	137
5.5 Aspectos da cultura construtiva em Canelatiua.....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	147

1. INTRODUÇÃO

As comunidades rurais e quilombolas existentes pelo Brasil a fora têm sido submetidas a políticas e ações externas, como programas habitacionais rurais, que implicam mudanças nas relações desses grupos sociais com a moradia em que habitam e que em boa parte foram produzidas por eles mesmos, às vezes ao longo de gerações. Segundo Carvalho e Miranda (2015), a cultura construtiva “é uma produção histórica, transmitida através das gerações, entre as relações dos diferentes grupos sociais e também no interior de um mesmo grupo” (CARVALHO; MIRANDA, 2015, p. 2). A produção desses lares foi realizada ao longo do tempo dando origem a uma cultura construtiva e a um saber tradicional que envolve recursos da biodiversidade, modos de fazer tradicionais, costumes e também hábitos de consumo.

Diante disso, a devastação de comunidades inteiras com grandes e súbitos projetos de transformação (leia-se “desenvolvimento”), como foi o caso da implantação e expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que afetou e continua afetando, desestruturando e deslocando inúmeras comunidades para agrovilas ou para outras áreas. Esta imposição de um método construtivo racionalista diferente da forma espontânea e dinâmica de construir das comunidades que foi herdada de países africanos e realizada ao longo do tempo fere a cultura construtiva das pessoas que ali residem. Tais fatos vêm promovendo a utilização, por parte dos quilombolas, de materiais construtivos como tijolos e telhas cerâmicas de queima em detrimento do tijolo de adobe secado ao sol ou da taipa de mão (também conhecida no sul do Brasil como pau a pique), representações significativas dos saberes construtivos adotados nessas comunidades, apesar dos últimos se tratar de materiais mais baratos e mais acessíveis às comunidades.

Devido às imposições das ações externas por quem detém o poder, em muitas dessas comunidades está em curso a substituição de moradias feitas com técnicas construtivas tradicionais – como taipa de mão e adobe – por moradias de tijolo cerâmico produzidas com técnicas convencionais de construção. Esta postura ocasiona o progressivo desaparecimento de um saber-fazer construtivo tradicional passado de geração para geração, e que transmite cultura e memória, em prol de outra ideia de desenvolvimento ou de um “desenvolvimento” criado e imposto sem considerar as particularidades de cada contexto social, político, econômico e cultural.

Há quarenta anos atrás, segundo explica Patrocínio (2015) surgiu a discussão sobre como o Design poderia promover o desenvolvimento. Dessa discussão surgiram duas

abordagens diferentes; design para a necessidade e design para o desenvolvimento. Sendo a primeira provedora das necessidades básicas e a segunda promotora do desenvolvimento. Ambas tiveram seus defensores, embora estes dois princípios não sejam considerados dualísticos, irredutíveis ou incompatíveis por Patrocínio (2015). O mesmo prossegue afirmando que é preciso estabelecer diferenças de conceito, pois atender às necessidades básicas é promover um tipo de desenvolvimento nem que seja humano ou social, e ao mesmo tempo diz que para promover desenvolvimento minimamente sustentável é impossível ignorar as necessidades básicas (PATROCINIO, 2015).

Para Borges, Mello e Froehlich (2019), o desenvolvimento pode e deve conjugar a tradição do local e a inovação, buscando formas de inserir novas tecnologias e possibilidades no saber-fazer construtivo tradicional a fim de valorizá-lo, sem descaracterizar a identidade do território e a cultura de seus moradores. Daí a componente territorial ser tão relevante na tomada de decisões a serem implantados, de um modo geral nos projetos, pois segundo Fernandes e Carvalho (2004) no momento de implantação pode ser que mude a territorialidade das populações e, conseqüentemente o seu envolvimento com o território. Basicamente foi o que ocorreu com muitas comunidades e famílias que foram deslocadas e reassentadas da área desapropriada pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) na zona rural de Alcântara.

Ainda sobre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), um novo acordo comercial foi realizado no ano de 2019. O mesmo foi assinado entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) autorizando este último a utilizar a Base maranhense para lançar foguetes e satélites, porém condicionando que não haja transferência de tecnologia. O novo acordo ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro, porém após a fracassada tentativa no ano de 2000, o mesmo agora tem grandes chances de ser concretizado. A homologação do mesmo abrirá portas para que posteriormente outros países também façam acordos com o Brasil e utilizem a Base, constatando que o governo atual é favorável à ampliação do uso comercial da Base de forma generalizada. Sendo assim, a questão territorial volta a ser discutida e a ter destaque.

Na zona rural de Alcântara, no século XIX, após a decadência econômica e com o abandono dos engenhos e fazendas pelos aristocratas e produtores rurais as terras foram doadas aos negros libertos que permaneceram nelas, criando novas categorias de titularidade denominadas pela “nova cartografia social” de: terras de santo, terras da pobreza, e terras de negros, reconhecidas como territórios étnicos dos remanescentes de quilombos. A questão territorial está no centro da discussão entre quilombolas e o Centro de Lançamentos, em que ambos brigam pela titularidade (PFLUEGER, 2018, p.154-155).

Pflueger (2018) afirma que o CLA pouco contribuiu para o crescimento econômico da região e alerta para o êxodo que ocorreu da população deslocada de seus povoados na zona rural para a sede pressionando a estrutura física e social da cidade e gerando desagregação social e urbana. O crescimento irregular e desordenado da cidade naquela época, 30 anos atrás, foi visível e fez-se perceptível com o processo de favelização do entorno e com o crescimento de bairros pobres nas valas e encostas dos mangues.

Também na cidade de São Luís - MA fez-se sentir o deslocamento de muitas famílias expulsas de suas terras. Bairros como Camboa e Liberdade congregam famílias oriundas de Alcântara que comercializam o carvão vegetal produzido nas comunidades negras e que chega à capital em canoas e são revendidos pelos quilombolas que residem na periferia da cidade (PFLUEGER, 2018).

Pelo destaque que a questão territorial, no município de Alcântara - MA, assume novamente nos dias atuais, este trabalho abordou a valorização de um saber tradicional por meio de ferramentas de design, em uma comunidade rural e remanescente de quilombo. Diante desse cenário de provável erradicação de um saber tradicional e, conseqüentemente do desaparecimento de um contexto de relações socioespaciais e socioambientais encontramos motivação para conhecermos uma dessas comunidades em questão e para darmos início a essa pesquisa.

A apreensão da memória de um saber tradicional e conseqüentemente a sua preservação como técnica construtiva tradicional se deu através da formatação de um trabalho bibliográfico contendo a documentação referente a mesma com uso de imagens e de informações obtidas nos discursos e relatos dos quilombolas, detentores desse saber-fazer construtivo. Os relatos e discursos obtidos nesta pesquisa nos conduziram no campo, tanto possibilitando a aproximação com os atores sociais envolvidos, quanto estimulando estes atores na construção dos seus discursos e na apreensão das suas memórias através de ferramentas metodológicas que fazem uso de narrativas, como a história oral.

Em novembro de 2018, após concluir as disciplinas do mestrado, surgiu a oportunidade de realizar uma breve visita de campo durante um fim de semana em algumas comunidades rurais e quilombolas do município de Alcântara - MA. A visita confirmou a suspeita de que muitas comunidades já quase não produzem suas moradias com terra crua, o que fez comprovar o risco de erradicação da memória construtiva desses vilarejos em questão. A presença de casas de alvenaria construídas com tijolo cerâmico tornou-se uma constante e as poucas casas de taipa de mão e adobe foram vistas de forma isolada e, mas precisamente,

afastadas dos núcleos centrais dos vilarejos. No entanto, vale ressaltar que a visita não se estendeu muito pelo interior e somente foram visitadas algumas comunidades, tais como Itamatatua em Alcântara e Porto dos Nascimento em Mirinzal, embora o percurso tenha passado por muitos vilarejos situados na beira da estrada.

Também constatamos que as comunidades mais próximas da estrada são aquelas com maior probabilidade de terem sua memória construtiva erradicada em virtude da apropriação de técnicas de construção convencionais e contemporâneas. A proximidade de certas comunidades da estrada, onde existe um grande fluxo de veículos, facilita o deslocamento dos moradores até a sede. Esta facilidade de acesso ao núcleo urbano mais próximo influencia o cotidiano local, refletindo na composição visual e na tipologia das casas dessas comunidades.

A experiência de poucos dias proporcionou expectativas por conhecer mais profundamente o campo que foi trabalhado nessa pesquisa. Mas naquele momento o objetivo era o de meramente conhecer, superficialmente, e observar as moradias dos lugares visitados. Muitos questionamentos surgiram a partir desse primeiro contato, sobretudo quanto ao fato do provável desaparecimento de saberes tradicionais e o distanciamento progressivo das comunidades com a sua memória construtiva. Daí surgiu a ideia de apreender e documentar a memória desses saberes através da vivência das pessoas que residem nesse tipo de moradia ou ainda daquelas que já não residem, porém as conhecem e possuem lembranças das mesmas.

Acreditamos que a apreensão da memória de um saber tradicional seja uma alternativa de preservação e valorização do território e das tradições nele presentes. Ressaltando que a cultura construtiva tradicional de uma determinada localidade é tratada nesta pesquisa como um saber-fazer tradicional, ou seja, um conhecimento empírico, informal e espontâneo que nasce e vive nestas comunidades, porém que infelizmente encontra-se deteriorado em vias de se perder. Segundo Santos *et al* (2016), é um “saber” nascido de uma percepção sensorial e de um engajamento prático adquirido pela vasta experiência de vida com o material, a terra.

Construir com as técnicas construtivas tradicionais remete ao processo que envolve o saber, o fazer e os materiais em processo de elaboração; as qualidades da matéria-prima, a umidade do ambiente, o clima e as estações do ano. Outro ponto de vista que a valorização e a preservação também sugerem é a manutenção das famílias em sua comunidade evitando deslocamentos e o risco de falência do território, assim como o desaparecimento de grupos étnicos que os compõem.

Para Noronha (2012) os artefatos feitos artesanalmente fazem parte do sistema simbólico-cultural dos povoados onde são produzidos, constituindo-se em saberes e fazeres tradicionais ligados ao território, além de ser também uma geração de renda. Estes saberes e

fazeres são constituídos por meio da utilização dos recursos naturais na sua produção, como ainda pelas condições climáticas que regulam o tempo da produção artesanal (NORONHA, 2012). O que Noronha nos demonstra com os artefatos artesanais também pode ser observado na cultura construtiva do território, onde as técnicas construtivas tradicionais constituem-se em saberes e fazeres com valores simbólicos constituídos no processo construtivo, no uso das moradias e na permanência dos grupos no território.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa tem como objetivo geral **identificar e analisar as percepções de moradores sobre os valores atribuídos à cultura construtiva em uma comunidade quilombola de Alcântara por meio do Design Territorial, a partir dos discursos e práticas destes moradores**, por meio dos seguintes objetivos específicos: identificar os tipos de cultura construtiva locais; mapear as percepções sobre o uso e desuso das culturas construtivas; e por fim, descrever e analisar as etapas produtivas dos saberes e fazeres construtivos. Um registro documental desse saber fazer para gerações futuras.

As histórias de vida contadas foram utilizadas para identificar as percepções dos moradores, permitindo que sujeitos subalternos tradicionalmente relegados assumam lugar de fala. Para esclarecer o termo subalterno, utilizamos a descrição de Spivak (2010) como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas, pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Spivak (2010) defende ainda que intelectuais e pesquisadores atuem contra a “subalternidade” criando espaços para os subalternos se articularem e serem ouvidos. Acreditamos que nossa pesquisa possa ser esse espaço de articulação e escuta.

Os discursos e narrativas que foram obtidos são referentes à execução das técnicas construtivas tradicionais com as etapas de trabalho que as envolvem, ao valor atribuído pelas comunidades às técnicas e também, ao material utilizado. Por meio dos discursos, documentou-se como a técnica construtiva era e ainda é feita atualmente.

Sobre as ferramentas escolhidas nessa pesquisa decidimos utilizar a história oral. Assim sendo, intencionamos por meio dos relatos individuais e/ou coletivos das pessoas depositárias das tradições, registrar os objetivos alcançados em campo. Dentre as inúmeras definições existentes de história oral, a que mais nos identificamos com o trabalho em questão é a que Alberti (2005) define como uma ferramenta metodológica fundamentada na produção de entrevistas e relatos como fonte privilegiada da pesquisa.

Selecionamos para realização da pesquisa a comunidade de Canelatiua, intitulada “terra da pobreza” – referência à forma como essas terras foram adquiridas, por meio da

doação das mesmas aos “pobres”. A comunidade está localizada no município de Alcântara, estado do Maranhão. O critério de seleção da comunidade em questão foi aleatório, no entanto a intenção foi conhecer uma comunidade diferente das que foram visitadas num primeiro momento, em novembro de 2018, e também que fosse mais isolada e distante da sede. Canelatiua é considerada uma comunidade remanescente de quilombo onde a identidade étnica é um traço importante.

Outra grande motivação em realizar a pesquisa no povoado de Canelatiua foi a leitura da tese de doutorado em Antropologia da autora Patrícia Portela Nunes, intitulada “Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo”. Na tese, a autora discute as relações que a comunidade mantém com os poderes instituídos a partir da situação de conflito vivenciada com a implantação da Base de lançamento de foguetes de Alcântara. A tese deixa claro uma identidade historicamente consolidada associada ao território. Sendo a política, a história, o parentesco, o conflito e o direito as esferas que constituem a construção identitária. E somamos a elas, a cultura construtiva local.

Como meio de aproximação das comunidades quilombolas de Alcântara usufruímos dos estudos e leituras sobre as Metodologias Colaborativas em Design, realizados no Núcleo de Inovação, Design e Antropologia (NIDA) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Assim sendo, o trabalho foi iniciado com as motivações para a realização da pesquisa, trazendo questionamentos acerca da provável erradicação de uma cultura construtiva tradicional e a importância da apreensão da memória para documentar um saber-fazer construtivo.

Após apresentação do escopo introdutório (capítulo 1) desta pesquisa, definição do problema, objetivos correspondentes, justificativa e delimitação, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma:

No capítulo 2 optamos por construir a teoria situando primeiramente o Design Territorial como abordagem metodológica, relacionando as contribuições do Design para a valorização do território e, conseqüentemente de sua cultura construtiva.

Em seguida utilizamos as reflexões de autores acerca da cultura construtiva, como Sennet (2018), Fathy (1980), onde discorremos sobre: o papel da tradição na cultura construtiva, a cultura construtiva entendida como um saber tradicional, o valor atribuído ao sistema construtivo tradicional, a apreensão da memória e o temor da erradicação e, finalmente o passado e o presente da construção com terra. Neste último item mostramos o passado e o presente da construção em terra por meio de referências antigas que demonstram

como a terra é um material de construção que perdura no tempo, assim como tipologias de construções atuais com terra existentes mundo afora conforme demonstrado através de imagens de projetos contemporâneos de arquitetos atuantes.

Dando continuidade na construção da teoria, abordamos o impacto do “desenvolvimento” nas tradições e na cultura construtiva tradicional por meio das reflexões de Patrocínio (2015), Canclini (1989) e Escobar (2014 e 2016), todos problematizando e relativizando “Design *versus* Desenvolvimento”, além de inúmeras outras contribuições, e tratando sempre a cultura construtiva como um saber-fazer tradicional.

No capítulo 3, construímos a metodologia, qualificando a pesquisa e expondo as etapas metodológicas, tais como: aproximação com as pessoas, onde foram realizadas visitas às residências e rodas de conversa; história oral e análise das informações de campo, através das transcrições e organização das categorias de análise. Defendemos a explicitação formal do método adotado em um capítulo em separado, a fim de facilitar o processo de desenvolvimento e avaliação do trabalho (SANTOS, 2008). Sobre a ferramenta de coleta de dados utilizada na pesquisa, fez-se uso da história oral, que até então era um recurso pouco conhecido pela pesquisadora. Porém, através das contribuições teóricas de Freitas (2006), Alberti (2004 e 2005) e Meihy (2006 e 2011), foi possível compreendê-la e adotá-la.

No capítulo 4, caracterizamos e descrevemos o território em questão como estudo de caso. Iniciamos pelo município de Alcântara até chegarmos à comunidade que visitamos – Canelatiua – relatando pormenores a chegada em campo.

No capítulo 5, trazemos as reflexões e os resultados referentes às informações obtidas no campo com as análises dos discursos, práticas e percepções; assim como as técnicas e os procedimentos construtivos tradicionais, gerando o registro documental de um saber tradicional, que possibilitou o alcance do objetivo e a contribuição científica desta pesquisa. Por fim, trazemos as considerações finais do trabalho.

Ratificando a necessidade da pesquisa, a revisão bibliográfica também utilizou inúmeros trabalhos, como artigos, teses e dissertações na área da arquitetura que tratam a construção em terra, por meio de autores como Carvalho (2015), Correia (2006 e 2010) e Ferreira (2014), a fim de justificar o título deste trabalho, ou seja, a valorização pretendida de uma cultura construtiva tradicional da localidade pesquisada à luz do Design Territorial.

2. CONSTRUINDO A TEORIA

2.1 Design Territorial

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2001, p. 96-97).

De forma mais simplificada, o território pode ser entendido como um espaço delimitado, e a reivindicação desse espaço pode ser definida como territorialidade. Haesbaert (2004) completa que o território inspira a identificação positiva e a efetiva “apropriação” para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo. A abordagem do território “usado” ou “vivido” remete ao conceito de *terroir*, que segundo Krucken (2017), define um território caracterizado pela interação com o homem ao longo dos anos, cujos recursos e produtos são fortemente determinados pelas condições do solo, do clima e da cultura. Dessa forma o *terroir* se constitui em um sistema de interações do meio natural, físico e biológico com os fatores humanos. Também compreende um espaço de conhecimentos e práticas e um conjunto de tradições e costumes (KRUCKEN, 2009).

O termo *terroir* de origem francesa se aproxima na língua portuguesa com a expressão “produto local” (KRUCKEN, 2009) que nos traz a ideia de produto ligado ao território. Para Krucken é uma ideia ampla que “abrange bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade e abarca a necessidade de valorizar as práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares” (KRUCKEN, 2009, p. 32). Além do termo *terroir* que nos remete ao território, também a expressão *heimat* de origem alemã nos conota sentimentos nostálgicos e de ligação com o território, por meio de pessoas e coisas. *Heimat* significa casa, lar, pátria, terra, segundo Krucken (2017).

A decisão de adotar o Design Territorial como metodologia nesta pesquisa consiste em reforçar a importância e o valor percebido da cultura construtiva como forma de valorizar seu patrimônio cultural material e imaterial. E o papel do Design nesse contexto é reconhecer e tornar reconhecíveis esses valores, promovendo a visibilidade de histórias de vida e

características de um território por meio da pesquisa. Também o resgate da memória e da identidade do lugar.

Na abordagem do Design Territorial, evidenciamos a dimensão humana em contextos socioculturais complexos. Também questões político-econômicas estão relacionadas ao território e no caso de Canelatiua, essas questões se fazem muito presentes devido ao conflito existente em decorrência do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), tratado mais adiante. A valorização de um saber-fazer construtivo local por meio do Design Territorial ressalta uma importante dimensão do território, que é o seu patrimônio cultural. Esse patrimônio é constituído de práticas, representações, conhecimentos e técnicas que são reconhecidas pelos habitantes locais como parte integrante da sua cultura (KRUCKEN, 2017).

A sensação de pertencimento a um determinado local de origem comprova a dimensão afetiva que construímos com o mesmo. E é maior, à medida que as tradições, rituais e manifestações locais são valorizadas. Segundo Oliveira, Franzato e Gaudio (2017) do pertencimento a um patrimônio imaterial decorre também a assimilação com o conceito de *terroir* que caracteriza um espaço onde se desenvolve um conhecimento coletivo sob relações familiares e culturais comuns. Segundo explica Pelegrini e Funari (2008) apud Carvalho e Miranda (2015), por patrimônio imaterial ou intangível compreendemos aquilo que não podemos tocar, e sim somente ser percebido. É o caso dos modos de vida e da transmissão de saberes e conhecimento pela oralidade (PELEGRINI e FUNARI, 2008, apud CARVALHO e MIRANDA, 2015).

Nesses espaços delimitados ocorrem convívios entre pessoas e interações destas com o ambiente físico, práticas agrícolas e extrativistas, saberes e fazeres que fazem parte das identidades, conjugando memórias que fortalecem os vínculos identitários. Para Carvalho e Miranda (2015), por mais que o mundo globalizado tenda a homogeneizar e massificar os costumes, a identificação e preservação do Patrimônio Imaterial são de fundamental importância para que isso não ocorra.

Com relação a intervenção do Design Territorial sobre o território, Reyes e Balem (2009) interpretam que pode ser uma ação estratégica, em diferentes escalas, tendo por finalidade a geração de valor associada a uma identidade promovida para além dos seus próprios limites, construindo um novo posicionamento e gerando sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim sendo, o Design Territorial pode cooperar na possibilidade de comunicar o território externamente e alavancar o potencial de atratividade que o mesmo possa ter. A atuação consiste em agregar valor e diferenciação. E conforme explica Reyes e Balem (2009), no momento que as pessoas reconhecem seu território como algo que tem

valor, passam a ter orgulho de suas potencialidades. Dessa forma, também se tornam mais sensíveis às mudanças ambientais e mais desejosos de tomar ações para protegê-lo (KRUCKEN, 2017).

Ao dar visibilidade às narrativas sobre o lugar e as pessoas que ali residem, também elevamos os desejos e as aspirações dos moradores locais. “Reconhecer e tornar reconhecíveis valores e qualidades locais” (KRUCKEN, 2009, p. 18) é segundo a autora, umas das principais contribuições do Design para dinamizar recursos do território e valorizar o patrimônio cultural imaterial. Nesse contexto de valorização do lugar, evidenciamos a importância do papel da identidade territorial, que segundo Batista e Heemann (2013) consiste num conjunto de características compartilhadas que permitem se reconhecerem e serem reconhecidas por outros grupos, num processo de distinção.

No entanto, o aporte do Design também pode ser dado de forma mais efetiva, ao promover melhorias e inovações no território juntamente com as pessoas que ali vivem, considerando os recursos disponíveis e as dinâmicas constituídas de acordo com cada local específico. Para os autores Batista e Heemann, as estratégias para um lugar ser diferenciado “perpassam pela arquitetura urbana, os monumentos históricos, as indumentárias, a história, o mobiliário urbano, os fatos políticos, a religiosidade, os símbolos gráficos, os aspectos culturais e artísticos” (BATISTA e HEEMANN, 2013, p. 2128). Sendo assim, diante de tantos aspectos que podem diferenciar um território e valorizá-lo, incluímos aqui sua cultura construtiva por meio de suas técnicas construtivas tradicionais.

Uma ação de intervenção mais direta e efetiva pode ser dada em diferentes escalas, tendo por finalidade a geração de valor associada a uma identidade promovida para além dos seus próprios limites, construindo um novo posicionamento e gerando sustentabilidade econômica, social e ambiental (REYES e BALEM, 2009). Ainda segundo os autores, “a abordagem do design ao território, efetiva-se como uma ação que seja capaz de acrescentar valor e que permita a compreensão e o envolvimento dos mais diversos segmentos sociais a fim de transformar o espaço urbano em marca coletiva e significativa da cultura local” (REYES e BALEM, 2009, p. 5). Embora os autores enfoquem o espaço urbano, entendemos que essa ação também é factível em espaços rurais.

Para concluir, fazemos um apanhado das contribuições que o design pode dar para a valorização do território, como; identificar e reconhecer manifestações criativas locais, dar visibilidade e promover patrimônios culturais, reconhecer o potencial político e estético de um lugar, promover sentidos às transformações em curso, transformar positivamente lugares e situações, valorizar os saberes coletivos, da memória e dos hábitos, revelar a memória afetiva

como importante ativo para a reflexão sobre as questões do presente e a imaginação coletiva como potência para a projeção de cenários futuros e finalmente, acessar a multiplicidade de experiências, narrativas, desejos e sentimentos relativos aos moradores.

2.2 Cultura construtiva

2.2.1 O papel da tradição na cultura construtiva

Quando as pessoas seguem um determinado modo de fazer as coisas que surgiu diante da necessidade de resolver um problema, ao enfrentá-lo e solucioná-lo, está sendo dado o primeiro passo para estabelecer uma tradição. E quando gerações seguem esse modelo, mesmo que acrescentando sua contribuição, podemos dizer que a tradição está suficientemente estabelecida. Para Fathy (1980) a tradição efetiva as experiências práticas concluídas de muitas gerações sobre o mesmo problema.

De um modo geral a tradição propicia aos membros de um grupo compartilhar seu conteúdo – religioso, construtivo, cultural, etc. – e até mesmo sua própria perpetuação como tal. Consiste em um conjunto de significados coletivos onde as experiências cotidianas assumem uma ordem preexistente aos grupos e aos indivíduos, garantindo ao passado importância e soberania através da memória. Candau (2014) explica que o ato da memória que se manifesta no apelo à tradição consiste em expor “um pedaço de passado moldado às medidas do presente” podendo tornar-se uma peça identitária (CANDAU, 2014, p. 122).

O autor afirma ainda que em alguns casos a tradição também pode ser inventada, reinterpretada ou remodelada de acordo com os interesses do grupo. Ao se remeter ao passado sem se distanciar do presente, a tradição pode incorporar algo do imaginário coletivo. Dessa forma constata-se que a tradição pode ter um caráter mais flexível ao associar as incorporações e permitir remodelações, como também pode ser mais rígida em prol da conservação e manutenção fiel da herança. “Fazer de acordo com a tradição é tanto respeitá-la sem muitas alterações, como acomodá-la ou mesmo recriá-la” (CANDAU, 2014, p. 124).

Para o autor, tanto a invenção quanto a interpretação fazem parte da essência da tradição. E, prossegue dizendo que são “peças do passado que vêm legitimar uma identidade religiosa, política e cultural sempre formulada no presente, o que se explica que se possam observar as variantes” (CANDAU, 2014, p. 123). O indivíduo ou grupo social sem memória carece de identidade e cultura, ambos tendem a buscar por si mesmos e clamam por memória para curar suas angústias. Diante disso a memória assume um papel importante e vital. Não

satisfazer esse desejo de viver a memória pode condená-la ao esquecimento e expor a conflitos existencialistas internos, além do risco de erradicação da tradição.

Na cultura construtiva, o papel da tradição reside na resolução do problema diante da necessidade de solucionar a falta de moradia. O saber-fazer construtivo surge da necessidade de habitar e, por conseguinte, os habitantes tendem a se apropriar dessas moradas. “O ambiente físico parece decorrer da maneira como habitamos e de quem somos” (SENNETT, 2018, p. 25).

Segundo Ferreira (2014), a cultura construtiva é a consolidação das inteligências construtivas criadas ou herdadas e as relações sociais estabelecidas nos processos produtivos das mesmas. Também pode ser entendida como a materialização de práticas construtivas empíricas e identidades socioculturais em um determinado espaço, experimentadas e vividas em um período de tempo acumulado. De maneira resumida é a manifestação da sociedade nos espaços, portanto está estreitamente ligada ao *habitat*, possuindo também um forte caráter identitário que deve ser preservado e mantido.

A memorização e a transmissão dos seus processos por sucessivos períodos as tornam uma tradição. O intuito de abordar o termo cultura construtiva consiste no interesse de compreender melhor como as técnicas construtivas tradicionais herdadas de outros países e de outros povos, foram constituídas adequando-se a valores e condições inerentes às comunidades rurais e quilombolas, sendo legitimadas e reproduzidas ao longo do tempo por sucessivas gerações.

No entanto a consolidação da cultura construtiva depende de certos fatores, tais como a similaridade das condições sociais do grupo que resulta numa proximidade cultural, a homogeneidade morfológica do território, adaptação e interação com o meio ambiente e acúmulo do conhecimento tácito. Dessa forma a cultura construtiva revela as culturas locais onde são produzidas, como afirma Ferreira (2014, p.52) “o ato construtivo deve ser compreendido como um ato cultural”. Sendo que cada cultura interpreta de maneira diferente o seu produto construído, o seu uso e o seu significado em relação ao conjunto da sociedade.

As tradições não precisam necessariamente datar de muito tempo. Algumas, inclusive podem ser recentes. Por outro lado, existem as tradições “que remontam aos primórdios da sociedade humana” (FATHY, 1980, p. 39) e que ainda se encontram vivas e ativas como, por exemplo, na fabricação do tijolo de terra crua. E pode ser que essa tradição nunca acabe e continue existindo enquanto houver a necessidade de construir e habitar, da sociedade humana. Mas também o fato de uma tradição construtiva ser substituída por outra, não significa que ela será esquecida ou apagada no tempo, para isso existem os registros e/ou a

documentação através das memórias das pessoas que têm ou tiveram a oportunidade de vivenciá-las.

Segundo Fathy (1980), “a tradição não é necessariamente antiquada e não é sinônimo de estagnação” (FATHY, 1980, p. 39) e o mesmo constata ainda que existem tradições que requerem inovações, até para não se perderem no tempo. O dever do construtor, assim como o dever do artesão é manter a tradição através da sua criatividade para que a mesma não se estanque e atinja o seu fim. Em comunidades étnicas, rurais e quilombolas, a tradição é o único meio de garantir a cultura do seu povo, pois possui um caráter identitário.

Durante anos, e até mesmo séculos, grande parte da população rural do Brasil explora e utiliza sabiamente o material que eles têm disponível na natureza, entre eles a terra. E através desse material, muitas comunidades rurais ergueram e seguem erguendo suas casas e edificações que constituem seu povoado. Diante dessa constatação Fathy (1980), arquiteto falecido que acumulou larga experiência em construções rurais no seu país de origem – o Egito – e crítico tenaz da industrialização da construção chamou a atenção para o modo como as ideias modernas ignoram o uso de um material disponível e abundante na natureza, como, por exemplo, o adobe para a construção de algo tão importante e valioso quanto uma casa.

Ainda segundo Fathy (1980), romper intencionalmente uma tradição é uma espécie de assassinato cultural e para tanto o mesmo defende que se deve respeitar a cultura construtiva e a sensibilidade das pessoas que residem nessas comunidades e também dos seus antecessores. E completa que a manutenção das tradições contribui para o avanço e fortalecimento da cultura de um povo.

A devastação de comunidades inteiras com grandes e súbitos projetos de transformação (leia-se “desenvolvimento”) como foi o caso da implantação e expansão do Centro de lançamento de Alcântara - CLA que afetou e deslocou inúmeras comunidades para agrovilas ou para outras áreas e, impôs um método construtivo racionalista diferente da forma espontânea e dinâmica de construir daquelas comunidades, ferindo a cultura construtiva do território em questão.

Para Almeida (2006), essas comunidades constituem um “território étnico” ou “território de exclusividade negra”, onde a forma de construir com terra, nesse caso, foi herdada de países africanos, origem dos antigos escravos que ocuparam essas terras. Gonçalves e Gomes (2012) ressaltam ainda que a terra possui um caráter fortemente universal, pois afirmam que foi utilizada como material de construção em todos os continentes. E, complementam que as técnicas tradicionais baseadas no uso da terra crua são

técnicas vernaculares que utilizam recursos locais e materiais disponíveis na localidade da construção (GONÇALVES E GOMES, 2012).

Para Sennett (2018) é uma absoluta loucura criar uma estrutura física ao preço de destruir uma estrutura social íntima da vida de uma comunidade. “O ambiente construído é mais que um reflexo da economia ou da política, para além dessas condições, as formas do ambiente construído são resultado de uma vontade” (SENNETT, 2018, p. 12).

E a vontade dessas pessoas nem sequer foi questionada, ao contrário, foi ignorada como geralmente acontece onde o poder dominante decide e impõe com justificativas em prol do desenvolvimento ou para solucionar a problemática da escassez de moradias, como acontece nas áreas urbanas com relação à crise habitacional. Sennett (2018) afirma que lugares informais são alvos convidativos para os regimes globais em nome do desenvolvimento.

Nesse contexto, os hábitos e os costumes existentes nessas comunidades não provocam grande interesse pelos poderes públicos e até mesmo por grande parte da sociedade contemporânea, pois são grupos em processo de vulnerabilização social formados por pessoas pobres, negras e descendentes de escravos ameaçados de desterritorialização. E ainda os direitos às posses de terra só eram concedidos aos oprimidos se assumissem sua condição étnica de preto e quilombola, ou seja, se aceitassem sua marginalidade. A Fundação Cultural Palmares é quem emite a certidão que reconhece a partir da auto definição, auto declaração e auto atribuição pelo próprio grupo, as comunidades remanescentes de quilombo.

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

De todo modo, temos que comunidade remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

Segundo Vargas (2016) os processos de vulnerabilização geram rupturas de rotinas, de lugares, de fazeres e práticas que envolvem uma configuração espaço-temporal e sócio-

histórica. Portanto, completa que tais processos podem agregar expressões de luta por permanência e defesa do território.

Essas pessoas em processo de vulnerabilização social estão vinculadas à comunidade onde vivem, onde as relações estabelecidas são próximas e onde todos se conhecem profundamente. Uma comunidade não é só um espaço físico e dimensional, mas também é um conjunto de percepções, comportamentos e crenças. As pessoas que ali residem estão vinculadas emocionalmente e simbolicamente àquele lugar e nutrem sentimentos entre si.

Sob outro ponto de vista, como manter a cultura construtiva tradicional sem acomodar, petrificar ou impedir que a comunidade avance e melhore a qualidade de suas moradias ou condições de vida. Vale ressaltar que preservar não significa necessariamente manter a autenticidade original, pois como afirma Sennett (2018) atribuir uma identidade “autêntica” a um lugar significa negar o trabalho transformador do tempo. A preservação vai além e “tem como objetivo revelar as transformações do original” (SENNETT, 2018, p. 137). Outro desafio é restituir à comunidade a posição que seu povo ocupava como patronos de uma arte, a arte de construir com terra crua. Como dizia Fathy:

Restituir à comunidade a herança que possuíam de uma vigorosa tradição construtiva de inspiração local, que envolvia a cooperação ativa e habilidosa dos homens que construíam suas casas (FATHY, 1980, p.60).

Um artesanato não expressa seu estilo, seu senso estético, ele simplesmente faz. Portanto por mais reprimida que seja a criatividade de um povo, ela sempre aparecerá de alguma forma. Em uma comunidade rural, as casas podem ser elementos vulneráveis às influências alheias e à cópia de um estilo que não lhes pertencem e que não fazem parte da cultura construtiva da comunidade. Uma cultura construtiva tradicional encontra-se consolidada ao meio ambiente natural, tanto visualmente como funcionalmente. No entanto, o uso de técnicas construtivas contemporâneas e o emprego de materiais de acabamento industrializados tendem a destoar do meio ou apresentar problemas com relação à sua função desempenhada.

É lamentável que a sociedade de um modo geral esteja cada vez mais submissa à razão técnica, em detrimento à sua adequação ao complexo contexto de diversidade social, cultural e ambiental. Segundo Ferreira (2014) a cientificação da técnica tem se tornado legitimadora dominando e redefinindo sistemas culturais inteiros e, desconstruindo antigas legitimações baseadas na tradição cultural. A iminente necessidade de adequação de um saber-fazer construtivo tradicional nesse novo contexto motiva a implementação e reprodução de novas estratégias de desenvolvimento por parte dos grupos sociais sem perder de vista sua cultura

construtiva tradicional, até mesmo como uma atitude de resistência ao modelo de produção industrial e capitalista.

Ser fiel a uma técnica construtiva tradicional não significa reproduzir fielmente o que outras gerações já fizeram ou até mesmo incorrer nas falhas. É possível empregar a mesma técnica com melhorias e adequações às novas necessidades e ainda às modificações ocorridas no clima local ao longo dos anos. A cultura construtiva tradicional pode ser redescoberta desde que valorizada e aprimorada.

Restabelecer uma tradição em termos de construção, que outras pessoas pudessem mais tarde se interessar pela experiência, ampliá-la e finalmente estabelecer uma barricada cultural que impedisse que se caísse naquela arquitetura falsa e sem sentido que estava avançando a passos largos (FATHY, 1980, p.63).

E Noronha (2015) complementa a recomendação de Fathy (1980) ao afirmar que as técnicas construtivas tradicionais amparam um tempo que já se foi, mas que precisam ser lembradas, reconstruídas e ressignificadas, como fortalecimento de uma identidade étnica e cultural. Também como fonte de inspiração para as novas gerações que se criam sobre estes mesmos espaços.

Compreender melhor como se estruturavam a produção da cultura construtiva tradicional, suas relações e valores percebidos pela comunidade para recolocá-la frente ao modelo construtivo convencional utilizado atualmente e copiado dos centros urbanos como padrão de modernidade, baseado na racionalidade técnica e legitimado pelo modelo capitalista de sociedade viabiliza encontrar algumas pistas de retomada da tradição construtiva inserindo melhorias nos processos de produção.

Dessa forma, além de preservar a cultura construtiva tradicional, fortalecerá as crenças, costumes e maneiras de viver das comunidades rurais e quilombolas. Como afirma Fathy (1980) é o próprio indivíduo, o responsável pela decadência cultural e social de um povo, ao ser confrontado com escolhas que não está preparado a fazer. Ademais da decadência cultural e social, o abandono de materiais naturais e tradicionais têm prejudicado as habitações no que tange as alterações térmicas no seu interior, como afirma Correia (2010).

2.2.2 A cultura construtiva entendida como um saber tradicional

O termo “cultura construtiva” pode ser considerado originado de processos produtivos de um grupo social ou de uma comunidade em um território específico. É usado correntemente no Brasil para designar as moradias feitas com terra. Na maioria das vezes

essas moradias são consideradas precárias, possuindo uma conotação de pobreza. No entanto cabe lembrar que os modos de construção que lhe são associados historicamente não corroboram com essa imagem negativa.

Ao construir com a terra, os construtores estão transformando um material onipresente e muitas vezes denegrido em algo valorizado, e o fazem de maneira apropriada ao seu lugar, habilidades, necessidades e tempo. Seu conhecimento sobre a terra, de origem local, como um eco-material adequado para uso generalizado em um mundo onde a dependência de combustíveis fósseis e cimento, concreto, aço, vidro e até madeira é extremamente prejudicial, às vezes os ajuda em sua recuperação associada à privação ou pobreza (HARKNESS, 2017, p. 66, tradução nossa).¹

A terra crua como matéria prima disponível no meio ambiente natural torna-se assim a identidade de um grupo social e parte de sua história produtiva, onde passa por inúmeras transformações repetidamente e desenvolvimento até atingir sua finalidade como “produto final” que consiste primordialmente nas moradias das famílias que residem nessas comunidades. Harkness (2017) cita que a terra tem sido trabalhada com frequência por várias gerações e pode ser parte de um futuro ambientalmente consciente. Como prática, a construção em terra é historicamente enraizada e orientada para o futuro, conclui Harkness (2017).

As reflexões aqui expostas acerca das culturas construtivas tradicionais não dizem respeito às tipologias construtivas ou descrições técnicas das mesmas, mas sim estão voltadas para a percepção das mesmas como saberes e fazeres tradicionais que são passados de geração para geração, transmitindo cultura e memória. O trabalho dos artesãos, suas práticas construtivas tradicionais e seus rituais, são indispensáveis também na conservação do patrimônio tangível, como afirma Correia (2006).

A autora ainda cita o exemplo de Mali na África, onde a construção do adobe faz parte do saber local, que busca se perpetuar. Em Mali atualmente procura-se preservar os saberes tradicionais através de confrarias de mestres taipeiros e adobeiros, ou mesmo por associações de artesãos locais, segundo Correia (2006). E segue contando que inclusive as crianças brincam de serem adobeiros e mestres de construção, sendo uma forma de aprender e, principalmente respeitar o saber empírico.

¹ In building with earth, builders are turning a ubiquitous and often denigrated material into something valued, and they are doing so in ways that are appropriate to their place, skills, needs and time. Their recognition of earth, locally sourced, as an eco-material well-suited for widespread use in a world where addiction to fossil fuels and to cement, concrete, steel, glass, and even wood is hugely damaging, sometimes helps them in their reclamation of earth-building from associations of privation or poverty.

Neste contexto, a cultura construtiva em terra é entendida como saberes tradicionais produzidos na própria comunidade onde buscam o “fazer” de forma tácita, coletiva, sustentável e participativa. A partir do uso de uma série de materiais e recursos disponíveis no local e nas proximidades do território. Segundo Ingold (2015) o conhecimento vem da experiência de uma vida de trabalho com o material. E corroborando Ingold (2015), Santos *et al* (2016), afirmam que esse conhecimento é um tipo de saber nascido da percepção sensorial e do engajamento prático assimilado pela experiência.

Semelhante, ao que ocorre no saber-fazer tradicional, essas comunidades produziram “processos” em diferentes momentos da história social e conseguiram reproduzi-los e transmiti-los ao longo do tempo, através de sucessivas gerações. Para Noronha (2018) o que é transmitido pela oralidade e reafirmado pela manualidade é o que caracteriza o conhecimento artesanal. Para muitos, esse saber fazer é considerado especializado e respeitado, pois além de revigorar territórios, fortalece a autonomia comunitária, seja de forma espacial, social ou política.

Já o papel da temporalidade da cultura construtiva tradicional emerge como uma pista para o entendimento de sua natureza. O tempo da construção, diferente do tempo da indústria, revela o saber fazer que é transmitido pela oralidade, que demora a ser produzido, que depende de condições climáticas, que remete a outro tempo, definido por Noronha (2011), como o tempo da narrativa.

Por outro lado, a nossa interpretação a respeito do relativo desprezo por um saber tradicional do qual muitos dependeram por tanto tempo é correlata ao repúdio pelo material utilizado – a terra crua – devido dentre outros motivos, à ideia imposta de promover o desenvolvimento econômico e social associado às moradias construídas com técnicas contemporâneas convencionais como alvenaria de tijolo cerâmico. Além da conotação de pobreza mencionada acima, a mudança dos jovens para os centros urbanos, faz também com que as técnicas construtivas com adobe e taipa de mão tendam a desaparecer.

Essa suposta construção equivocada do desenvolvimento econômico e social provém de políticas impostas a que as comunidades inevitavelmente estão sujeitas e cujo ideário tende cada vez mais a incorporar. Ainda, está muito mais relacionado a motivações simbólicas da comunidade e a ações do Estado do que a razões técnicas ou materiais. As mudanças decorrentes das imposições políticas raramente resultam de decisões conscientes tomadas pela própria comunidade.

Segundo Kapp (2016) em vez de estimular a apropriação criativa de uma tecnologia a partir de conhecimentos e condições existentes, ações externas paralisam iniciativas locais e

ainda desvalorizam e até invalidam práticas tradicionais. A fim de não erradicar modos de vida instituídos devemos procurar soluções que aumentem as possibilidades e valorize a transmissão de saberes. Soluções estas que passem pela preservação da cultura local e pela percepção de pertencimento do lugar de viver e morar.

O envolvimento do grupo social – pessoas que residem na comunidade – de forma participativa nesse caso pode ser considerado a base para a compreensão sobre esse material; a terra, assim como sobre esse saber tradicional. O entendimento aqui diz respeito não somente as propriedades objetivas e mensuráveis do material, mas principalmente a expressão das suas qualidades subjetivas.

Em suma, para Ingold (2015) os materiais não são meros atributos constituídos de propriedades, mas sim histórias, pois segundo ele o material pode ser analisado pela sua significância que é extraída de sua incorporação no contexto das questões humanas. Para tanto se faz imprescindível compreender as relações e as experiências das comunidades rurais com as moradias que usam e produzem para empreender ações de melhoria das suas condições de vida. Também é importante o levantamento de dados e informações acerca das dificuldades e conflitos que as comunidades em locais de difícil acesso enfrentam.

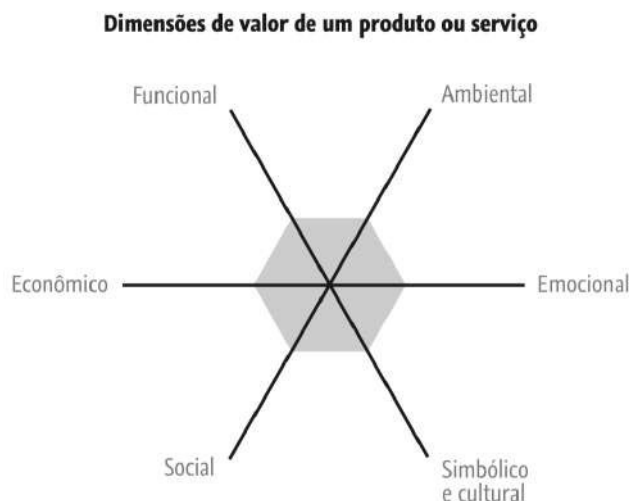
Essa reflexão deixa clara a importância e o status da ação na realização da experiência operatória, memorizada e transmitida. Uma cultura construtiva, encarada como um saber fazer tradicional produz seus espaços baseados em uma integração estreita com o seu meio ambiente natural, sua história e seu material.

Para Ingold (2015) aprenderíamos mais envolvendo-nos diretamente com os próprios materiais, seguindo o que acontece com eles quando circulam, misturam-se uns aos outros, solidificam-se e se dissolvem na formação de coisas mais ou menos duráveis.

2.2.3 O valor atribuído ao sistema construtivo tradicional

Para Sennett (2018) o modo de vida em um determinado povoado, os sentimentos de cada um em relação aos vizinhos e mesmo aos estranhos e a vinculação dos moradores com o lugar possuem significados (valores). Para Lia Krucken (2009) é importante e necessário reconhecer e tornar reconhecíveis esses valores e qualidades locais. Para tanto, a autora estipula seis dimensões de valores e as representa na “estrela de valor”, retratada na figura 1.

Figura 1 – Estrela de valor



Fonte: Krucken (2009).

A “estrela de valor” adotada por Krucken (2009) possui 6 pontas, onde cada uma delas estipula e representa um valor, são eles; valor funcional ou utilitário, valor ambiental, valor emocional, valor simbólico e cultural, valor social e valor econômico. Esses valores são estabelecidos de forma integrada e se articulam ao longo da experiência que se vive (KRUCKEN, 2009).

Identificar esses valores atribuídos ao sistema construtivo tradicional e ao material utilizado é de suma importância para conduzir os registros através da memória coletiva e social. Os relatos a serem adquiridos nessa pesquisa objetivam reconhecer a relação de ambos com a comunidade em questão, como são vivenciados atualmente e como eram tratados no passado. O reconhecimento de tais valores é imprescindível ao estabelecimento da barricada cultural sugerida por Fathy (1980) que impede e dificulta à erradicação de uma tradição e, por conseguinte, o enfraquecimento de uma identidade étnica e cultural de um povo vulnerável e oprimido.

A compreensão dos valores direciona ao reconhecimento das regras, conhecimentos e saberes que proporcionam a materialização das suas casas, que segundo Ferreira (2014) garante coerência e funcionalidade aos usos, crenças, interação equilibrada com a natureza e reprodução social ao longo do tempo. Porém esses valores atribuídos dependem da interpretação que é dada por cada grupo social ao produto construído – a moradia, ao seu uso e ao seu significado em relação ao conjunto da sociedade. A intencionalidade de perceber as identidades culturais, assim como o funcionamento prático e simbólico das culturas

construtivas tradicionais nas comunidades rurais e quilombolas situam em segundo plano de prioridades, porém não menos importante, as tipologias construtivas e as descrições técnicas do processo construtivo e do material utilizado.

A identidade cultural de um grupo social é composta por modos de vida, laços sociais, normas e valores estabelecidos. A constituição e o desenvolvimento de uma cultura construtiva são influenciados por elementos que segundo Ferreira (2014) possui significados e valores atribuídos pela comunidade a cada um deles individualmente. São esses elementos: os materiais disponíveis no meio ambiente, os processos construtivos adotados, os sistemas de memorização e transmissão de experiências e conhecimentos, o território e o período histórico.

Sobre os materiais, os grupos sociais primeiramente se apropriam daqueles disponíveis no meio para construir suas casas e também para edificar seus povoados. No entanto esses materiais podem ser valorizados ou rejeitados dependendo dos discursos e dos interesses em um determinado momento histórico e político. A falta de conhecimento também pode ser motivo de rejeição por parte dos grupos sociais. Se houver falha no sistema de memorização e transmissão dos processos construtivos pelas pessoas mais idosas para a geração mais jovem, pode que essa geração se oponha a trabalhar com esse recurso disponível. Isso demonstra que não é suficiente ter disponível um recurso natural abundante, se o grupo não for capaz de transmitir as inteligências necessárias para a perpetuação da cultura construtiva.

E vale ressaltar que a utilização desses materiais depende do conhecimento tácito e prático de quem os detém e manipula. Por conhecimento tácito entendemos um comportamento enraizado num hábito que não precisa ser pensado. São conhecimentos adquiridos a partir de saberes e experiências acumuladas, memorizados conforme a criatividade e potencialidades adaptativas, sob a influência político-administrativa, econômica e social em determinado momento histórico. E como explica Sennett (2018) “uma vez adquirido, esse comportamento entra para o terreno tácito, como algo que a pessoa sabe fazer sem pensar explicitamente no que está fazendo. Mas este é apenas o primeiro passo do conhecimento corporificado” (SENNETT, 2018, p. 201).

Para Spinuzzi (2005), o conhecimento tácito e informal ou corporificado, segundo Sennett (2018), são práticas e interações, interpretativas difíceis de serem descritas e formalizadas. Como indica:

Quando pensamos em conhecimento, frequentemente pensamos em formas explícitas de conhecimento; coisas que são escritas, definidas, categorizadas, sistematizadas ou quantificadas. (...) temos que entender que muito conhecimento tende a ser tácito. O conhecimento tácito é implícito e não

explícito, holístico, em vez de limitado e sistematizado; é o que as pessoas sabem sem ser capazes de articular (SPINUZZI, 2005, p. 167, tradução nossa).

A interação viva do homem com o seu material construtivo, nesse caso a terra, é testemunhada nas mudanças que o construtor decide fazer no decorrer do processo ou nas irregularidades e nas peculiaridades do produto finalizado, e fazendo uma analogia com o artesanato, o produto feito à mão de forma artesanal agrada porque exprime o estado de espírito do artesão. Assim como a moradia tem mais valor quando a personalidade do construtor é percebida no produto final – a casa – que leva consigo as hesitações e humores de quem a constrói, afirma Fathy (1980).

Atualmente, as moradias feitas com terra denotam algo depreciativo, indicando pobreza, pois segundo Ponte (2012) existe um preconceito associado às técnicas construtivas tradicionais. A revalorização das técnicas a nível global faz com que estas deixem de ser desprezadas pelos povos, evitando a perda da diversidade cultural e do *know how* de cada população; por outro lado, ao se basearem em métodos artesanais facilmente apropriáveis a construção com terra pode se tornar uma forma de contornar alguns problemas de precariedade ou falta de habitação (PONTE, 2012).

No entanto, a forma como as pessoas da comunidade reside nelas pode ter outro significado, pois o ambiente construído é uma coisa, a maneira como as pessoas nele habitam, outra. E esse significado pode não ser o mesmo de residir em uma moradia feita com técnica construtiva contemporânea. Vale lembrar, que o foco da pesquisa está na cultura construtiva de um grupo e consequentemente na materialidade das suas moradias e não nas particularidades dos materiais dos quais são feitas e das técnicas adotadas.

Sendo assim o mais interessante para a pesquisa é observar a identidade do construtor, suas ferramentas, as técnicas empregadas, as casas produzidas e, sobretudo, seus significados e valores. Nesse caso, a terra – material de construção mais antigo da humanidade – assume o simples papel de material utilizado para fazer coisas. No entanto os materiais são elementos ativos onde aprendemos mais sobre os mesmos nos envolvendo com eles, observando o que acontece quando se misturam, solidificam-se e dissolvem-se na formação de coisas e objetos independente da durabilidade e resistência resultante. A terra aqui é apenas um material que se enquadra na vontade de registrar uma cultura construtiva a fim de preservá-la e valorizá-la e, por conseguinte, essa consciência pode trazer a terra de volta com perspectivas para o futuro unindo tradição e modernidade.

Ingold (2015) critica ainda que a habitação não é meramente a ocupação de estruturas já construídas, afirmando que a mesma não está para a construção como o consumo está para a produção, “significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer” (INGOLD, 2015, p. 34). Segundo o mesmo autor, habitar concerne à maneira como os habitantes, isolados e em conjunto, produzem as suas próprias vidas e como a vida prossegue.

Tratar a habitação sob a perspectiva do ser, onde o habitante é considerado um caminhante que ao longo do seu caminho vive sua vida e desenvolve suas habilidades, é priorizar o processo em detrimento do produto em si. Sendo assim a essência do termo habitar, como afirma Ingold (2015) não está associado a um localismo simples e puro, preso numa aura de conforto. Trata-se de um movimento ao longo de um caminho de vida. E, conclui que a moradia no seu significado mais puro é como ser “abrangendo todo o caminho em que se vive a sua vida na terra” (INGOLD, 2015, p. 34) Diferentemente da ideia modernista da habitação como ocupação e consumo.

O pesquisador Bachelard (1998), conforme citado por Vargas (2016) reforça a visão de Ingold (2015) ao afirmar que o papel da casa se destaca como “espaço vital” e a forma própria como é feita e habitada, contribuindo para o entendimento do enraizamento dos sujeitos, tanto nesse espaço mais restrito, como na sua extensão mais coletiva ou na experiência comunitária, reproduzindo-se de acordo com todas as dialéticas da vida.

Com relação aos processos construtivos adotados, as relações entre o saber fazer, a execução dos gestos, as etapas de experimentação, sistematização e aprimoramento, assim como os mecanismos de reprodução caracterizam o mesmo. Todas essas etapas vivenciadas por quem desenvolve e executa as técnicas possuem um significado na vida dessas pessoas, evidenciando a importância na experiência de construir de forma experimental. Além desses procedimentos, os aspectos culturais de quem manipula o material e produz o objeto alimentam a natureza do sistema. Os procedimentos são articulados e possibilitam a transformação da matéria em material e em seguida no objeto construído.

Partindo do princípio de se considerar os aspectos culturais no processo construtivo, induz-se a questionar a respeito da essência da experiência engajada, a natureza das organizações sociais, a repartição das competências e os tipos de saberes formalizados e transmitidos. E uma vez formalizados os saberes e constituída uma cultura construtiva, deve-se preocupar com a sua memorização e transmissão visto que essa cultura está sedimentada. A

capacidade de transmitir com qualidade e ensinar os saberes e fazeres fortalece a tradição de um povo.

A memorização, a transmissão dos ensinamentos e a difusão das informações podem ser feitas através de registros da memória individual e coletiva do grupo social em estudo, do engajamento e da participação com os atores envolvidos no processo construtivo. Também a memória operacional que diz respeito aos movimentos gestuais e corporais articulados de modo não verbal assume papel relevante no sistema de memorização e transmissão de uma cultura construtiva. Essa memória é capturada através da visualização dos gestos e encenações representativos dos acontecimentos *in loco*.

Segundo Ferreira (2014), os mecanismos de reprodução de uma tipologia construtiva e seu desenvolvimento empírico progressivo se fazem através da integração de uma cultura particular com seu meio ambiente natural e sua história. É completa, que o ponto de referência não é a humanidade, e sim o grupo social. A organização do trabalho dentro do processo construtivo determina as condições e os níveis de cooperação, conscientização e empoderamento dos respectivos grupos sociais. Assim sendo pode-se considerar esse processo o embrião da cultura construtiva.

Nesse sentido, Ferreira (2014) alerta que o ser humano reforça sua identidade existencial interagindo com o grupo social e com o meio ambiente em que vive e diz que “o processo de produção do habitat constitui-se como elementar contribuição para a preservação da identidade comunitária” (FERREIRA, 2014, p. 80). O valor da técnica construtiva tradicional atinge uma dimensão maior se configurada como instrumento de coesão social que valoriza e constitui as identidades étnicas e culturais.

Quando uma pessoa da comunidade decide construir sua própria casa, geralmente quando esta contrai matrimônio e constitui família, dá-se um passo muito importante, pois provavelmente essa será sua única casa durante toda a sua vida e, ainda poderá ser por várias gerações seguintes. Sendo assim a escolha do material a ser utilizado assim como a técnica construtiva a ser empregada determinará o ambiente visual da comunidade como um todo, por muito tempo.

No entanto os únicos que realmente sabem todos os detalhes da vida doméstica de uma pessoa que reside numa comunidade rural e quilombola e conhecem suas perspectivas e valores com relação à sua casa, são eles mesmos. Nem os programas governamentais, nem os pesquisadores (ainda que no papel de copesquisadores) são capazes de opinar a respeito com veemência, pois na maioria das vezes vive-se em realidades completamente diferentes e alheias a eles. Para tanto é imprescindível situar o copesquisador no meio da pesquisa,

rompendo com as regras do protocolo científico e assumindo o caráter experimental do trabalho de campo.

No tocante ao território pode-se dizer que não necessariamente determina um método construtivo, mas ele pode sim influenciar em decorrência do clima, dos recursos naturais e materiais disponíveis. Embora essas influências não sejam determinantes, elas de fato existem e são importantes no que dizem respeito à ocupação do solo e à reprodução social. Ferreira (2014, p. 57) defende que determinantes são as “inteligências construtivas” que aproveitam da melhor condição dos elementos e características do entorno natural e minimizam as dificuldades e adversidades encontradas. E Ponte (2012) reitera que o homem tem mostrado a capacidade de se adaptar a cada situação geográfica, encontrando soluções que adaptem o material às condições locais.

Na atualidade, mais de um terço da população mundial vive em edifícios construídos em terra e em países em vias de desenvolvimento, este valor representa mais da metade. A sua versatilidade, qualidade e durabilidade são comprovadas pelos inúmeros exemplares resistentes ao longo das gerações, marcando quase todos os continentes – independentemente do clima a que estão sujeitos, a terra é quase sempre o material predominante. O cruzamento feito, por diversos autores, entre os mapas de localização das zonas de maior densidade de construção em terra, com outros indicadores de zonas de maior pluviosidade, temperatura ou risco sísmico, concluem não existir qualquer relação inversa (PONTE, 2012, p.15).

Da mesma forma que um grupo social tende a minimizar as adversidades encontradas ao escolher o local para se reproduzir igualmente esse grupo busca potencializar as qualidades específicas do território, servindo-se dos seus conhecimentos tácitos, instrumentos, ferramentas, crenças e hábitos. A finalidade é preparar o lugar da melhor maneira possível para viver e reproduzir socialmente.

Para Ferreira (2014) a utilização do território demonstra um processo complexo que não pode ser reduzido somente à compreensão racional. A essência desses territórios compreende todas as dimensões sociais e culturais, possibilitando a experiência de pertencimento ao lugar onde habitam, por parte do grupo social a partir de uma trajetória de vida e vinculações. Cabe enfatizar que “os sentimentos de pertencimento e segurança permanecem diretamente associados a esse Lugar identitário” (VARGAS, 2016, p. 549).

Já o período histórico assume um papel diferente do território ao marcar a evolução das culturas construtivas. Normalmente essa evolução é natural e gradativa e acontece ao longo de várias gerações. No entanto em casos onde há processos de dominação ou colonização pode ocorrer a substituição de culturas construtivas em prol de novas culturas impostas. Sendo assim a conjuntura político, social, econômica, cultural pode refletir

positivamente ou negativamente na manutenção e reprodução das culturas construtivas. Negativamente no sentido de ocorrer de forma abrupta e alheia à comunidade. Como afirma Ferreira (2014), a dominação de uma macro cultura construtiva global e racional está alterando o sentido local e gerando raridades culturais.

Positivamente a evolução, ocorre em resposta às exigências do contexto atual, através das inteligências adaptativas e evolutivas, onde as culturas são atualizadas pelas gerações anteriores, adaptando as heranças deixadas e transformando o território paulatinamente e sutilmente.

2.2.4 A apreensão da memória e o temor da erradicação

Como forma de apreender a memória de um saber tradicional em vias de erradicação destaca-se a distinção entre lembrança e memória, a concepção de memória coletiva, a relação entre memória coletiva e o espaço, e por último a relação entre memória coletiva e o tempo.

A lembrança é um processo coletivo inserido em um contexto social dependente de um grupo que estabelece relações sociais entre seus indivíduos e que, por conseguinte, gera afetos entre os mesmos. Esse apego afetivo dá consistência às lembranças enquanto o desapego está relacionado ao esquecimento e à indiferença.

Sentimento de algo que já foi visto e/ou vivido, para Halbwachs (2004) a lembrança é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento no sentido que adota o “já visto” e é reconstrução ao não ser uma repetição de acontecimentos e vivências do passado, e sim um resgate desses acontecimentos e vivências em um contexto de interesses e preocupações atuais, localizado em um espaço, em um tempo e em um conjunto de relações sociais.

A necessidade de uma comunidade afetiva, ou seja, a dependência pela existência de um grupo social que gere relações de afeto faz com que as lembranças não sejam simplesmente ideias ou sentimentos individuais e isolados. Portanto conclui-se que uma memória estritamente individual se faz difícil, visto que as lembranças são construídas e articuladas a partir da relação de pertencimento do indivíduo com um grupo.

A localização das lembranças em um determinado espaço e tempo é o que a distingue do fluxo contínuo e passageiro das vivências. É nesse contexto que a articulação das lembranças entre si concebe a natureza coletiva da memória. Para Halbwachs (2004) a construção da memória é sempre em grupo, porque em realidade nunca estamos sós. Segundo o autor ainda que o indivíduo esteja sozinho fisicamente, ele evocará reflexões e pensamentos baseados em outros grupos ou outras pessoas de referência, com os quais se identifica.

Podemos apreender essas memórias coletivas por meio de metodologias que almejam uma compreensão aprofundada de hábitos e dinâmicas de um grupo social que experimentou ou ainda experimenta em comum a realidade de uma cultura construtiva tradicional em vias de erradicação, como o Design Territorial. Ao registrar essas vivências e testemunhos se pode encontrar algumas divergências, mas ainda sim é possível reconstruir e registrar um conjunto de lembranças de modo a reconhecer uma realidade vivida.

A concepção da memória coletiva e de sua apreensão deve ser conquistada junto a esses testemunhos, ou seja, lembranças articuladas de pessoas que residem na comunidade e que possivelmente já possuem uma idade avançada. Para Jeudy (1990) a memória coletiva é trabalhada em meio à ameaça de seu próprio desaparecimento. Uma quantidade singular de traços pode ser preservada, ainda mais quando os últimos representantes da época se apaixonam pela reconstituição da sua própria vida social e cultural.

Para isso é importante compreender a especificidade e a singularidade das pessoas que compõem esses grupos sociais em diferentes épocas, pois o tempo localiza as lembranças que a partir dele “toma corpo e se completa” (HALBAWACHS, 2004). A relevância do tempo consiste em nos permitir conservar e lembrar os acontecimentos passados que ali se produziram e, também recordar lembranças vividas. Maurice Halbwachs (2004), autor do livro “A memória coletiva” afirma que esse é o serviço que se espera do tempo, “enquadrar as lembranças”.

Quando as pessoas se lembram de uma viagem, mesmo não lembrando da data exata, há todo um quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está relacionada: foi antes ou depois da guerra, eu era criança, jovem, ou homem feito, na pujança da idade; eu estava com tal amigo que me era mais ou menos velho; em que estação estávamos; eu preparava tal trabalho; aconteceu tal coisa. É graças a uma série de reflexões desse gênero que com muita frequência uma lembrança toma corpo e se completa (HALBAWACHS, 2004).

Assim como o tempo, o quadro espacial também contribui para localizar as lembranças. A memória em relação ao espaço oferece – diferentemente em relação ao tempo – a noção de estabilidade e permanência, e faz-se provável lembrar-se de costumes de outrora, recordando pessoas e relações sociais ligadas a esse espaço em questão.

Desta forma um lugar é moldado por um grupo e por outro lado este tende a deixar marcas em um determinado local. Como explica Halbwachs (2004) as coisas que cercam os indivíduos têm um sentido que se pode decifrar familiarmente. Talvez por isso, as pessoas conseguem estabelecer relações de pertencimento com o seu território e com as suas

moradias. Apegam-se a elas e ao espaço onde convivem e muitas vezes desejam que não mudem.

A aderência do grupo ao seu local de origem produz resistência e ressentimentos quando esse mesmo grupo é deslocado ou afastado do seu território. Quando isso acontece os indivíduos perdem traços de si mesmos. Cada grupo recorta o território a seu modo, constituindo um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças.

Também os objetos materiais que fazem parte do quadro espacial pouco mudam ou mudam lentamente em contato diário com eles e por isso passa a ideia de ordem e quietude ou permanência e estabilidade como já foi mencionado. Halbwachs (2004) diz ainda que a estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõe ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade.

O temor da erradicação da cultura construtiva tradicional em comunidades rurais e remanescentes de quilombo em Alcântara - MA clama por uma alternativa. Em nome da inovação tecnológica e do desenvolvimento, práticas e valores tendem a ser erradicados e a desaparecerem dessas sociedades. Abaixo, na figura 2, um registro do que vem ocorrendo em muitas comunidades na zona rural de Alcântara, ou seja, a substituição de técnicas construtivas tradicionais com terra – um material natural, reciclável, ecológico e sustentável – por métodos construtivos convencionais que dependem de produtos manufaturados ou instrumentos mecanizados.

Figura 2 – Casa de taipa de mão na zona rural de Alcântara e os novos materiais - MA



Fonte: autora (2018).

Esse temor também coloca o patrimônio construído tradicionalmente em perigo alertando sobre a apreensão, registro e documentação das memórias coletivas como forma de

reconstruir uma prática construtiva (um saber tradicional) que existiu, fazendo-se necessário preservá-la e não a deixar no compartimento do esquecimento.

A memória coletiva pode redefinir, requalificar e reinventar um passado que o tempo erradicou e se não fora assim, esse passado poderia morrer definitivamente e permanecer desconhecido para muitas pessoas.

2.2.5 O passado e o presente da construção com terra

A revalorização das técnicas a nível global faz com que estas deixem de ser desprezadas pelos povos, evitando a perda da diversidade cultural e do *know how* de cada população; por outro lado, ao se basearem em métodos artesanais facilmente apropriáveis, a construção com terra pode se tornar uma forma de contornar alguns problemas de precariedade ou falta de habitação, em zonas em vias de desenvolvimento, onde a mão de obra é muito barata, construir com materiais naturais, disponíveis e trabalhados localmente, leva ao desenvolvimento da produção local, em detrimento das indústrias de construção. Apesar do preconceito associado às técnicas tradicionais, a autoconstrução assistida pode ajudar a melhorar em muito a vida das populações (PONTE, 2012, p.18-19).

Dentre inúmeros exemplos de construção com terra, destacamos o trabalho desenvolvido pelo arquiteto egípcio Hassan Fathy (1980) que na sua obra “Construindo com o povo: arquitetura para os pobres” relata a construção da cidade de Nova Gurna no Egito, ilustrada abaixo na figura 3. A construção em terra foi adaptada às características do local. Fathy (1980) trabalhou “para” e “com” a população, retomando as técnicas construtivas tradicionais.

Figura 3 – Mesquita de Nova Gurna no Egito (arquiteto Hassan Fathy)



Fonte: Marc Ryckaert (2019).

Como exemplos mais antigos podemos citar a cidade de *Shibam* no Yemen, apresentada na figura 4. A mesma foi erguida com tijolos de adobe e é considerada a “*Manhattan* do deserto”.

Figura 4 – Cidade de *Shibam* no Yemen



Fonte: George Steinmetz, (2019).

Também as casas *Hakkas* na China construídas com a técnica da terra compactada são vistas como um exemplo de sustentabilidade e integração perfeita na paisagem, como pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 – Casas *Hakkas* na China



Fonte: Gisling (2019).

E por último tem-se a cidade de *Ait Benhaddou* no Marrocos, conforme figura 6. São três exemplos e referências de construções ancestrais com terra onde a durabilidade do

material é comprovada pelo tempo, nesse caso medido em séculos. Vale ressaltar que a omissão de inúmeros outros exemplares em nível da Antiguidade, não significa que sejam menos importantes do que as referências citadas.

Figura 6 – Cidade de *Ait Benhaddou* no Marrocos



Fonte: Rosa Reis (2019).

A razão para isso, segundo Ponte (2012) é que o “saber empírico transmitido pelas gerações era tão forte que dotava o homem de um conhecimento profundo na manipulação do material e na sua relação com o meio ambiente” e segue ressaltando que a chuva, os ventos e os sismos faziam parte do planejamento (PONTE, 2012, p.21). Ainda conforme a autora, a construção em terra pode voltar como uma alternativa, numa união entre tradição e modernidade. A força da transmissão do saber empírico pelas gerações assegura o conhecimento de quem manipula o material e ainda na relação do material com o meio ambiente.

A terra é considerada o material de construção mais antigo. Sua utilização remonta a milhares de anos antes de Cristo e foi no Médio Oriente onde surgiram as primeiras civilizações erguidas com terra. As técnicas variavam entre adobe e taipa e, além das habitações rurais e urbanas, foram construídos edifícios significativos, assim como fortalezas e obras religiosas, conforme se pode constatar nas figuras acima.

No entanto considera-se importante abordar o preconceito que existe atualmente com relação às construções em terra crua, preconceito que reside muitas vezes na falta de conhecimento do material e das técnicas e, também por motivos culturais. A ideia de fragilidade e pouca durabilidade é refutada através dos exemplos antigos citados e também de inúmeros outros mais atuais e contemporâneos.

O preconceito é sentido mais fortemente nas zonas mais pobres e vulneráveis como é o caso da maioria (senão todas) das comunidades quilombolas que se encontram no município de Alcântara. A falta de recursos obriga os mais desfavorecidos a utilizar seus recursos locais. A utilização por obrigatoriedade e não por opção pode gerar sentimentos de rejeição a sua própria cultura, e ainda o desejo de adotar modelos e materiais alheios à sua realidade local.

Por outro lado, pode-se considerar atualmente a revalorização da terra em alguns países e construções contemporâneas. A mesma tem regressado como um material alternativo e cheio de vantagens, capaz de suprir, segundo Ponte (2012) alguns dos problemas do presente. A criação de leis e incentivos por parte dos poderes públicos pode ajudar na desmistificação da ideia do material pobre, podendo melhorar a vida de quem habita as casas feitas de terra, mantendo a tradição dos grupos sociais e a cultura construtiva local. Porém constata-se que a indústria não tem interesse em divulgar e desenvolver as técnicas construtivas com terra, visto que a mesma não gera interesses econômicos, pois o material é encontrado e retirado no próprio local e não necessita de transporte, produção, mão de obra, etc.

Diante dos exemplos a seguir constata-se que a terra é um material capaz de satisfazer às necessidades contemporâneas, sendo um sistema construtivo mais adaptado e adequado ao lugar e menos desperdiçador de recursos. Nos exemplos aliou-se o uso da terra ao saber fazer artesanal, aliando a tradição construtiva ao contemporâneo ao introduzir outros materiais. Assim sendo a arquitetura de terra embora em muitos lugares ainda conote pobreza e subdesenvolvimento, ela também se encontra em fase de redescoberta a nível mundial, como constata Ponte (2012) “hoje em dia, a terra regressa à construção independentemente do local e com metodologias particulares características da própria evolução da sociedade” (PONTE, 2012, p.15).

A seguir alguns exemplos contemporâneos de construção com terra, assim como de culturas construtivas que empregam técnicas tradicionais em prol da sustentabilidade com propostas visionárias que contribuem para a melhoria do contexto local e das pessoas que ali residem. Os três exemplos estão localizados em lugares remotos, onde os materiais são escassos e a força de trabalho utilizada foi a dos próprios moradores que utilizaram os recursos e as técnicas construtivas disponíveis no local. Sendo assim todas caracterizam-se pelo engajamento social e demonstram especial sensibilidade ao local, às condições climáticas, sociais e econômicas.

A figura 7 ilustra o Centro de Saúde e Promoção Social voltado para fornecer recursos básicos de saúde e médicos para a população local da comunidade de Laongo na África e

arredores. É um edifício construído com tijolos de terra. O arquiteto Francis Kéré, autor do projeto, afirma que o envolvimento das pessoas lhe ensina o modo certo de fazer a arquitetura (KÉRÉ, 2014). E completa que não faria sentido propor soluções industrializadas em comunidades pobres e quase sem recursos como eletricidade.

Figura 7 – Centre de Santé et de Promotion Sociale em Burkina Faso (África)



Fonte: Kéré Architecture (2019).

O foco principal do trabalho do arquiteto Francis Kéré é tratar questões relevantes como pobreza e mudanças climáticas, levando sempre em consideração o contexto local. O mesmo analisa a disponibilidade e o comportamento dos recursos materiais e explora novos usos para materiais tradicionais. Assim sendo sua postura se esforça para alcançar a sustentabilidade social e ambiental.

Já a figura 8 ilustra a escola DESI (Dipshikha Electrical Skill Improvement) onde são oferecidos cursos técnicos de elétrica na comunidade de *Rudrapur* em Bangladesh. O edifício caracteriza-se como uma ressignificação da tradicional herança bengalesa, voltado ao contexto rural e à cultura local. A autora do projeto, Anna Heringer é reconhecida por sua arquitetura artesanal e cooperativa. A escola é apenas um dos exemplos de suas inúmeras obras bioclimáticas feitas com materiais e técnicas locais.

Figura 8 – DESI Trainingcenter em Rudrapur (Bangladesh)



Fonte: Anna Heringer (2019).

E por fim, temos a figura 9 que contempla a *Escuela Nueva Esperanza* no Equador. Esse último exemplo não configura uma construção com terra, porém é um exemplo de “*respuesta estética y de empoderamiento social*” como se auto define o escritório de arquitetura equatoriano fundado em 2007 (AL BORDE, 2019). O mesmo baseia-se na participação da comunidade em todas as fases da construção. A *Escuela Nueva Esperanza* é uma escola rural localizada em Cabuyal, uma comunidade estabelecida na praia, no campo, afastada dos centros urbanos, onde a fonte de subsistência é a pesca e a agricultura. A escola foi feita com técnicas construtivas tradicionais e utilizou materiais locais. O saber-fazer construtivo é o mesmo utilizado pela comunidade para construir suas casas há anos.

Figura 9 – *Escuela Nueva Esperanza* no Equador



Fonte: Francisco Suarez (2019).

A terra é o material mais disponível, acessível e econômico como afirma Correia (2006). Sua gratuidade, simplicidade do seu emprego e a sua inesgotabilidade são qualidades importantes tanto para países em vias de desenvolvimento, como para países mais desenvolvidos, pois responde às incertezas das necessidades energéticas e do meio ambiente (Correia, 2006). “O equilíbrio na construção com terra entre o passado e o presente, entre história e arqueologia e a *arquitectura* e engenharia, entre o patrimônio tangível e o intangível, possibilita uma *interacção* essencial no processo de desenvolvimento do conhecimento cultural” (CORREIA, 2006, p. 18).

Por Patrimônio Intangível, Carvalho e Miranda (2015) afirmam que o mesmo pode ser compreendido a partir da dimensão que ele adquire de acordo com as visões de mundo das sociedades, sendo formas de celebração, transmissão de saberes e conhecimento parte das identidades comuns que conjugam memórias que fortalecem os vínculos identitários.

2.3 Design *versus* Desenvolvimento: o impacto do desenvolvimento nas tradições

As motivações que deram início a essa pesquisa são consideradas mais que inquietações a respeito de uma cultura construtiva que está desaparecendo gradativamente das comunidades rurais e quilombolas no município de Alcântara - MA, decorrendo questionamentos sobre os motivos pelos quais essa cultura está sendo erradicada, sejam espontaneamente ou por imposição em nome do desenvolvimento e do progresso.

Portanto o objetivo deste item é compartilhar ideias acerca do que é desenvolvimento, desde uma visão mais abrangente até uma reflexão mais particular do que representa essas ideias para as comunidades quilombolas no município de Alcântara - MA e, como as mesmas se posicionam mediante o tema. Entende-se por desenvolvimento:

[...] desenvolvimento é o que você quiser que seja, dependendo da sua política e ideologia: crescimento econômico, direitos, liberdade, meios de subsistência, boa governança, conhecimento, poder – todos estes em geral intercalados com palavras como “integração”, “sustentabilidade”, “empoderamento”, “parcerias”, “participação”, “comunidade”, “democracia”, ou “ética”. Combinados, todos os ideais invocados por estas palavras nos oferecem esperança de construir um mundo melhor e mais justo, e, para a maioria pobre ao redor do mundo, um acordo melhor (HAMDI, 2004 apud PATROCÍNIO, 2015, p. 66).

Já para Escobar (2016) o propósito do desenvolvimento foi inventado e difundido por expertos das Nações Unidas que o vitimou com um discurso de eliminação, no qual as filosofias ancestrais deveriam ser descartadas, as velhas instituições sociais desintegradas, as

raças e religiões rompidas. Assim sendo o “desenvolvimento” assume um caráter seletivo ao incluir e excluir economias e sociedades do sistema dominante vigente no que diz respeito, dentre outros itens, à informação, riqueza e poder. Pflueger (2018, p. 157) “ressalta ainda o papel das organizações sociais dentro da nova dinâmica das redes e da globalização como elementos de resistência na mediação da relação dialógica entre o local e o global” ocasionada pelo “desenvolvimento”. E segue, explicando que esse processo ocorre com muitas comunidades quilombolas de Alcântara, que ao terem sido reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 com tal titulação, atuam para conseguir a titularidade das terras dos negros, consoante com o Art. 68 do ADCT.²

No que tange às transformações geradas pelo cambio climático, segundo Escobar (2016) surge a necessidade e a vontade coletiva de questionamentos e negação ao sistema proposto, surgindo uma determinação de inovar e criar novos modelos de vidas, nos quais os designers assumem o papel de mediadores do processo, protegendo e redefinindo o bem estar, os territórios, as economias locais e as próprias comunidades como um todo, juntamente com outros profissionais que compartilham do mesmo ponto de vista.

O período culminante do “desenvolvimento” ocorreu ao longo dos primeiros cinquenta anos entre 1950-2000, sendo marcado por quatro fases. Conforme explica Escobar (2014), nos anos 50 e 60 a ideia de desenvolvimento esteve amplamente associada ao crescimento econômico e ao progresso. Os anos 60-70 foram marcados pela dependência econômica dos países do terceiro mundo em relação aos países do primeiro mundo. Nos anos 80-90 surgiram as primeiras críticas e questionamentos, principalmente por parte dos críticos culturais. E por fim nos anos 2000, o tema fica debilitado, perde interesse e é praticamente abandonado, caracterizando a quarta fase como a ruína do desenvolvimento.

Nos anos 50-60 o crescimento econômico e o progresso se referiam à transformação das sociedades tradicionais em sociedades modernas, igualando-as para que todas fossem ricas, através da sua modernização. Para Latour (1994) a ideia de desenvolvimento sempre esteve de alguma forma ligada à modernidade, que segundo ele possui muitos sentidos e definições, embora todas apontem para a passagem do tempo. E completa, “quando as palavras ‘moderno’, ‘modernização’ e ‘modernidade’ aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável” (LATOUR, 1994, p. 15).

² Art. 68 (ADCT). Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Já nas décadas de 60-70 a noção de desenvolvimento sofreu seu primeiro golpe ao se deparar com o capitalismo vigente que dificultava e até mesmo impedia a dependência econômica das sociedades de países subdesenvolvidos. Essa falta de dependência fez surgir, segundo Patrocínio (2015), a abordagem do desenvolvimento atrelado à atender às necessidades básicas. Para o autor, esse tipo de abordagem foi originada nos países do 1º mundo com o intuito de oferecer assistência e atender as necessidades locais dos países do 3º mundo, baseando-se muitas vezes em valores alternativos diferentes daqueles da sociedade industrial. O que significava considerar as potencialidades e recursos locais disponíveis, assumindo uma postura mais colaborativa e menos passiva, onde o design busca atuar como coparticipante.

Após sofrer esse primeiro golpe, os críticos ao redor do mundo começaram a questionar o conceito de “desenvolvimento”, crendo ser um mecanismo discursivo para manobrar e influenciar a produção cultural, social e econômica dos países do 3º mundo. E, por fim o “desenvolvimento”, para muitos autores e estudiosos, caracterizou-se como uma forma de dominação dos países rotulados como “subdesenvolvidos”, rotulação que surgiu após a 2ª guerra mundial, criada pelos países vencedores e dominantes. A rotulação ganhou força e se proliferou com a ajuda de grandes e importantes organismos e instituições nacionais e internacionais, tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com isso o “desenvolvimento” foi institucionalizado, ganhando força como discurso e tentando transformar a realidade econômica, social, cultural e política de muitos países.

Como renúncia e reivindicação dos discursos e práticas impostas pelos países desenvolvidos, surge o “pós-desenvolvimento” questionando inclusive a forma como os países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos foram autodenominados como tal. O “pós-desenvolvimento” abre espaço para novos discursos e olhares sobre as realidades dos países do terceiro mundo, flexibilizando o “desenvolvimento” e identificando alternativas ao desenvolvimento, tais como o desenvolvimento participativo e/ou sustentável. O pós-desenvolvimento permitiu a desvinculação e obrigatoriedade das premissas de progresso, crescimento e modernidade da forma como eram impostas, dando aos países do terceiro mundo novas alternativas para se desenvolverem de acordo com a sua realidade.

No pós-desenvolvimento podemos perceber a (re)descoberta dos territórios e dos seus valores, condição imprescindível para fortalecer a identidade de um grupo social e identificar alternativas de desenvolvimento centrada nos recursos materiais e imateriais disponíveis, como afirma Fernandes e Carvalho (2014). Consequentemente, os movimentos sociais e as

pessoas comuns ganham voz e o “desenvolvimento” tal como proposto inicial, deixa de ser uma verdade absoluta e inquestionável para conceder espaço para novas ideias. No entanto vale ressaltar que embora o “desenvolvimento” tenha perdido força e fracassado como projeto sócio econômico, seu discurso ainda é forte e presente em muitas sociedades atuais.

Muitas pessoas, entre elas muitos políticos e economistas, até hoje em dia preconizam o “desenvolvimento” e, conseqüentemente a modernização sem considerar os aspectos socioculturais que envolvem o tradicional e o moderno, de acordo com seus interesses e conveniências. Diante desse cenário, Canclini (1989) em seu livro intitulado “*Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e salir de la modernidade*” levanta um questionamento; “vale a pena que se promova o artesanato, se restaure ou reutilize o patrimônio histórico, que se siga aceitando egressos de estudantes em massivas carreiras humanas ou ligadas à atividade em desuso da arte de elite ou à cultura popular?” (CANCLINI, 1989, p. 35). O questionamento faz parte do período que se inicia às críticas ao “desenvolvimento” e faz refletir até hoje, em pleno século XXI, sobre a insegurança que causa aos indivíduos tornarem-se modernos precipitadamente ao tentar adentrar na modernidade sem considerar o contexto em questão.

Segundo Canclini (1989), na América Latina, as tradições ainda estão muito presentes e a modernidade não se instaurou por completo. No entanto observa-se que existem atualmente muitas comunidades rurais tentando adaptar seus saberes para viver na cidade ou ainda readequando seus artesanatos em prol dos interesses e gostos dos consumidores urbanos. A ressignificação do artesanato local ou mesmo a melhoria das técnicas construtivas tradicionais faz-se possível e plausível sem o abandono de suas heranças ancestrais, crenças antigas e de sua identidade étnica.

As contradições e os fracassos ocorrem quando se pretende romper drasticamente com as tradições, negando seus saberes e fazeres e substituindo-os por modelos copiados que não se adequam à realidade local. Reivindicar o saber e as práticas tradicionais e afirmar sua identidade territorial fazem-se necessário também em prol da autonomia e como forma de resistir à subordinação requerida pelos poderes públicos e pelas grandes empresas e incorporações detentoras do poderio econômico.

Para Canclini (1989) as combinações entre “tradição”, “modernidade” e “pós-modernidade” foram fundamentais para considerar a conjuntura latina-americana no final do século XX, segundo o autor os quatro atributos da modernização; emancipação, expansão, renovação e democratização foram sentidos e se manifestaram, ainda que em níveis diferentes. Sendo assim não resta dúvida que os indivíduos foram modernizados, porém é fato

que a modernização ocorreu de forma contraditória e desigual, comparada à modernização ocorrida nos países do primeiro mundo.

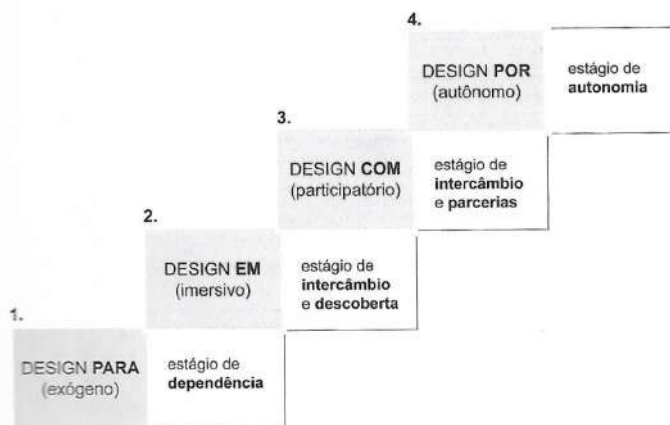
Dentre os quatro atributos, o aspecto mais estancado do “desenvolvimento” na América Latina foi a expansão, principalmente a econômica, devido às dificuldades encontradas em renovar-se através das novas tecnologias. Diante desse panorama é perceptível a luta por autonomia regional e nacional frente à subordinação das empresas que detêm o poder econômico. Tais fatos propiciam a reflexão sobre as relações que o Design assume como veículo do desenvolvimento diante de contextos que precisam primordialmente solucionar necessidades básicas como é o caso de muitos povoados quilombolas com poucos recursos econômicos, distantes dos centros urbanos ou com difícil acesso.

Para Patrocínio (2015) atender às necessidades básicas não anula promover o desenvolvimento – ainda que seja só o humano e o social – e segue afirmando que não obrigatoriamente o “desenvolvimento” tem que estar atrelado a um desenvolvimento econômico e/ou político. E, finalmente enfatiza que “não há desenvolvimento verdadeiro que possa conviver com a miséria” (PATROCÍNIO, 2015, p. 56).

Um aspecto extremamente importante ao discutir a relação do design para a necessidade ou para o desenvolvimento é reconhecer quem detém o conhecimento. Ao atuar para a necessidade, o design assume uma postura decisória onde determina quais são essas necessidades, excluindo e/ou ignorando de certo modo o ator social. Já na atuação do design para o desenvolvimento, o ator incorpora uma postura mais participativa e até mesmo interativa.

Assim sendo, Patrocínio (2015) menciona o modelo conceitual “Escada Virtuosa do Design e do Desenvolvimento” onde os níveis de envolvimento dos grupos sociais nos processos são definidos como: exógeno (design para), imersivo (design em), participatório (design com) e autônomo (design por). Esse modelo utilizado pelo autor e representado na figura 10 abaixo, assim como outros existentes, apontam a evolução progressiva na implementação do design. Sendo que esse modelo em particular demonstra claramente a independência da produção local rumo à autonomia.

Figura 10 – Escada Virtuosa do Design e do Desenvolvimento



Fonte: Patrocínio (2015).

Lima (2018) sintetiza esse modelo descrito por Patrocínio como uma intervenção do design no meio no qual está inserido propondo o desenvolvimento local, baseando-se no envolvimento dos grupos sociais, atores ou usuários no processo numa escala gradativa que começa com o “design para”, perpassa pelo “design em”, “design com” até chegar no nível do “design por”. E incorre-se em erros cometidos há 50 anos se a capacidade local para solucionar seus próprios problemas for desconsiderada. A compreensão da cultura construtiva tradicional como um saber local e empírico desenvolvido e exercido por locais contribui efetivamente para o fortalecimento étnico e a autonomia de um território, sendo que esta situação não impede parcerias e trocas desde que feitas por e entre iguais.

Sendo assim, o designer como mediador e facilitador de processos, e não mais como experto e detentor do conhecimento, atua em colaboração, contextualizando o usuário, que pode ser por sua vez um grupo social, uma comunidade capaz de construir, preservar e valorizar práticas culturais e alternativas a fim de lograr transformações sociais tendo em vista, o desenvolvimento, a sustentabilidade local e a defesa de suas vidas, territórios e culturas ao gerar projetos alternativos que visam, por exemplo, o uso e o manejo dos recursos naturais. Uma relação harmônica com a natureza e uma forma diferente de vida social.

Por autonomia, Escobar (2016) refere-se a criar condições que permitam mudar as normas desde dentro ou mesmo mudar as tradições de forma tradicional, sendo que isto significa segundo o autor, defender algumas práticas existentes e consolidadas, transformar outras e por último criar novas práticas. Dessa forma entende-se que autonomia pode ser, portanto, um processo cultural, ecológico e político que existe e toma decisões de forma independente e soberana.

Portanto a promoção de um design autóctone não impossibilita desenvolver conhecimento ou ainda aprimorá-lo. A noção de desenvolvimento não está desvinculada do

uso racional dos recursos naturais disponíveis e de baixo impacto de tecnologias e materiais. Atuar em prol da preservação de uma cultura construtiva tradicional não exige uma comunidade de se desenvolver, ou seja, manter e valorizar esses saberes e fazeres construtivos não é incompatível com a implementação de inovações que permitem ampliar o repertório técnico da construção partilhando o saber tradicional e o saber científico (CARVALHO E MIRANDA, 2015). O mais significativo desse modo de atuar é que pode convergir também para a solução de problemas sociais relativos à autoestima, identidade cultural e étnica, além de ser uma forma de resistência, semelhante ao que ocorre com o artesanato.

E como afirma Escobar (2016) as técnicas construtivas tradicionais são particularmente relevantes quando destinadas a fortalecer a autonomia comunitária e a resiliência. O autor alerta também para práticas desenvolvimentistas que ele intitula *crímenes contra el futuro* (ESCOBAR, 2016, p. 57).

“El desarrollo de nuevos modos de habitar en el planeta se ha convertido en un imperativo, lo que significa cambiar las prácticas que dan cuenta de nuestra forma de habitar para que nos permitan actuar pensando en el futuro en lugar de insistir en las estrategias actuales de adaptación que desfuturizan (destructoras de futuros) las condiciones materiales de existencia (ESCOBAR, 2016, p. 57).

Diante da convergência entre manter as tradições, incentivando o design para a necessidade e promover o design para o desenvolvimento, Patrocínio (2015) lembra sobre o dilema do antropólogo diante de uma sociedade isolada; “confinar e preservar ou integrar e assumir riscos?” (PATROCÍNIO, 2015, p. 65). No entanto consideramos que hoje em dia já não existe o tradicional isolamento e ignorância em relação ao meio urbano, além disso preservar não significa necessariamente confinar, ao conservar as tradições podemos dar voz a grupos sociais ignorados em situações de vulnerabilidade.

Por outro lado, devemos ter o cuidado de não exaltar deliberadamente as competências locais tradicionais em defesa das práticas e tradições construtivas em vias de extinção, e sim encorajar a adoção de melhorias e tecnologias apropriadas que podem ser conduzidas localmente.

Conforme já citado, são pessoas em condições de vulnerabilidade que perante as autoridades geralmente se sentem intimidadas e temerosas e acabam aceitando o que lhes é imposto ou são ludibriadas com discursos em prol do “desenvolvimento”. Segundo Fathy (1980), as pessoas em situação de vulnerabilidade sentem um misto de respeito e de temor com relação às autoridades e a quem assume um papel importante e fazem o máximo para aceitar o que os outros dizem que eles devem querer.

E para se justificar o “desenvolvimento” ou a política adotada assegura que essas pessoas vulneráveis já não querem suas casas construídas com técnicas construtivas tradicionais e que as mesmas pretendem adotar e importar técnicas contemporâneas de construção. Como alternativa à imposição de uma cultura construtiva alheia à realidade da comunidade rural e quilombola e, conseqüentemente à erradicação de uma tradição, as autoridades competentes poderiam dar suporte e incentivo para que cada família pudesse construir sua própria moradia de acordo com suas necessidades, materiais disponíveis, técnicas dominadas e conhecidas através de gerações, pois “a casa é um símbolo visível da identidade de uma família, e quando é autoconstruída constitui uma expressão verdadeira de sua personalidade” (FATHY, 1980, p. 49).

A cultura construtiva tradicional de um povo pode ser valorizada e restabelecida se for prestigiada.

A posse material mais importante que um homem pode ter, a testemunha permanente da sua existência, sendo sua falta uma das causas mais potentes do descontentamento de um povo e reciprocamente a sua posse uma das garantias mais efetivas da sua estabilidade social, então reconheceria que é indispensável que se dê o máximo de si mesmo em termos de pensamentos, cuidados, tempo e trabalho para a construção da casa na qual se vai viver (FATHY, 1980, p.49).

Para as instâncias governamentais, o território de Alcântara é considerado pouco adensado, enquanto para os habitantes locais, a percepção é que são pessoas invisíveis, onde constata muitas vezes que suas histórias e memórias são desprovidas de valores para estes órgãos e também para a maioria da sociedade alheia a esse universo. A valorização e preservação da identidade étnica e cultural permitem ou minimamente facilita o reconhecimento desses grupos sociais perante o governo e à sociedade como um todo.

A forma como esses grupos encontraram de pertencer a um patrimônio imaterial é através da sua identidade e titulação territorial como quilombolas. O valor da cultura local pode ser reivindicado por meio da riqueza histórica de saberes que ali se encontram tanto no que diz respeito ao artesanato como aos saberes construtivos consolidados e herdados de seus ancestrais.

Observa-se que, o governo ou programas habitacionais quando decidem construir casas em povoados rurais, normalmente impõem um modelo de construção e um estilo de vida sem qualquer preocupação individualizada com as famílias que ali vão residir. O resultado na maioria das vezes é desumano ao ignorar a individualidade, as necessidades, os costumes, os hábitos e a cultura de um povo. Cada família deve ter sua moradia cuidadosamente adaptada às suas necessidades e a seu modo de vida. Tudo isso propicia a

reflexão sobre os valores de uma sociedade e política impositiva, industrial, poluidora, ambiciosa que ignora as minorias em prol dos seus interesses econômicos.

Por outro lado, a valorização expressa e permanente de um saber construtivo tradicional, logra a conservação da memória e a continuidade da cultura local, fundamentando o discurso de preservação destes valores de modo a não se perder aquilo que remete ao passado como aponta Oliveira, Franzato e Gaudio (2017). A preservação é uma forma de agregar valor e o design pode servir de estratégia para gerar um maior envolvimento das comunidades com as suas identidades locais ao fazê-las compreender a importância de manter suas culturas construtivas, reconhecendo e tornando perceptíveis os valores e as qualidades das mesmas.

3. CONSTRUINDO A METODOLOGIA

3.1 Qualificando a pesquisa

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p.17).

Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz (GIL, 2002, p.17).

Conforme explicado anteriormente na introdução, optamos por explanar em um capítulo em separado e dedicado especificamente à qualificação da pesquisa, assim como a apresentação formal do método adotado. Primeiramente tipificamos a pesquisa quanto aos quatro critérios mais utilizados pelos autores; abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

Com relação à abordagem da pesquisa realizada podemos dizer que se constitui em Pesquisa Qualitativa, que segundo GERHARDT e SILVEIRA (2009), não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com a compreensão aprofundada de um grupo social, em questão a comunidade quilombola de Canelatiua. E completa, “os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Na pesquisa qualitativa devemos considerar e nos conformar com a imprevisibilidade dos acontecimentos no desenvolvimento da pesquisa. Não podemos quantificar aspectos da realidade e por isso nos centramos na compreensão e explicação das dinâmicas sociais que segundo Minayo (2001 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009), trata um universo vasto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. E finalmente, legítima que tal abordagem leva em conta “a

compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores” (MINAYO, 2010, p. 73-74).

Para Santos (2008), é inegável que a seleção da abordagem da pesquisa é afetada pelo posicionamento filosófico do pesquisador. E ressalta que “para um mesmo problema, um pesquisador com ênfase filosófica mais fenomenológica tenderá a optar por métodos de pesquisa de natureza mais qualitativa enquanto um pesquisador com natureza mais positiva tenderá a optar por métodos que possibilitem ênfase mais quantitativa” (SANTOS, 2008, p. 217).

Quanto à natureza, é caracterizada em pesquisa aplicada, visto que envolve interesses e verdades locais voltados à aplicabilidade prática de problemas específicos.

Com base em seus objetivos, a pesquisa em questão trata-se de descritiva, representada em um estudo de caso. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis. Salientamos que nosso objeto de pesquisa é a cultura construtiva de uma comunidade remanescente de Quilombo no município de Alcântara por meio de uma abordagem do Design Territorial. Assim sendo, o objeto de estudo já é conhecido, porém propomos descrevê-lo de forma a ter uma nova versão da realidade. Outra característica da pesquisa que a faz ser considerada descritiva é o alcance das opiniões, atitudes e crenças do grupo social em questão, a partir dos seus discursos e práticas.

Por último, caracterizamos a pesquisa quanto aos procedimentos adotados. Os procedimentos nada mais são do que a seleção do (s) método (s) ou o delineamento operacional que consiste na adoção de procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, para sua posterior interpretação. GIL (2002) define dois delineamentos:

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-postfacto, o levantamento e o estudo de caso. Neste último grupo, ainda que gerando certa controvérsia, podem ser incluídas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante (GIL, 2002, p. 43).

O delineamento adotado para a coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa em questão envolveu três etapas principais para sua efetivação, sendo elas: a revisão bibliográfica, a pesquisa de campo e o estudo de caso específico. Decidimos por adotar o

método Estudo de Caso por abordarmos um problema contemporâneo, onde há ainda muitas pessoas envolvidas que possuem a vívida memória de fatos ocorridos e com informações originárias ainda passíveis de serem encontradas intactas. Ao optarmos por esse método, ressaltamos o contexto no qual a intervenção ocorre. Porém, devemos ter claro que o estudo de caso, como método de pesquisa, não necessariamente vai nos proporcionar um único e claro conjunto de resultados.

Podemos considerar também que utilizamos o método da pesquisa-ação, onde abordamos um problema social, cujos dados foram fornecidos pelas pessoas que residem na comunidade de Canelatiua, nosso objeto de estudo. Na pesquisa-ação, o resultado da ação incorre em elevado nível de incerteza, podendo ocorrer resultados adversos ao esperado. Abaixo uma definição da pesquisa-ação:

...um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14 apud GIL, 2002, p. 55).

Vale salientar que a pesquisa bibliográfica faz parte de qualquer trabalho científico, pois permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto e analisar os diversos posicionamentos acerca de um problema. Porém isso não a faz ser menos importante, pois segundo Santos (2008) “a elaboração de estrutura teórica base é imprescindível para a compreensão do problema de pesquisa assim como para subsidiar adequada elaboração do protocolo de coleta de dados em um Estudo de caso” (SANTOS, 2008, p. 97).

Quanto à metodologia de Design adotada para esta pesquisa, refletimos à luz dos fundamentos do Design Territorial, aludidos por Dra. Lia Krucken Pereira (UEMG) que contribuem para a valorização do território, em especial para o território em questão, Canelatiua.

3.2 À luz do Design Territorial

Como forma de entender as percepções e respostas acerca de um saber tradicional em vias de erradicação abordou-se a metodologia do Design Territorial, considerando a contribuição do Design e seus contextos de atuação. No artigo “*Design e Território: estudo de iniciativas de valorização da cultura gastronômica*”, Krucken *et al* (2014) afirma que o debate sobre a valorização do território é crucial, principalmente no Brasil, onde há uma diversidade cultural muito grande, assim como existem muitos recursos do ecossistema. Para

os autores, “a necessidade de desenvolver estratégias para proteger e valorizar os conhecimentos plurais e os recursos naturais – buscando alternativas de transformação e renovação do território e das tradições – representa uma grande responsabilidade e constitui um desafio para pesquisadores e profissionais” (KRUCKEN *et al*, 2014, p. 2).

A pesquisa apoiada nessa metodologia requer considerar o território, seus costumes, modos de vida e expectativas. E no âmbito do nosso trabalho, consideramos principalmente a cultura construtiva da comunidade, percebida como um saber manual passado de geração para geração. Dessa forma levamos em conta o conhecimento tácito e informal do grupo social, assim como os aspectos invisíveis da atividade humana no seu cotidiano. O conhecimento, nesse caso são práticas e interações, interpretativas difíceis de serem descritas e formalizadas. Como indica Spinuzzi (2005):

Quando pensamos em conhecimento, frequentemente pensamos em formas explícitas de conhecimento; coisas que são escritas, definidas, categorizadas, sistematizadas ou quantificadas. (...) temos que entender que muito conhecimento tende a ser tácito. O conhecimento tácito é implícito e não explícito, holístico, em vez de limitado e sistematizado; é o que as pessoas sabem sem ser capazes de articular (SPINUZZI, 2005, p. 167, tradução nossa).

Um dos pontos cruciais da metodologia é promover a valorização de uma cultura construtiva que está em abandono, dando visibilidade a história local e possibilitando a reconstrução e o compartilhamento de conhecimentos dos modos de construir com terra crua. Assim sendo, a valorização do patrimônio imaterial se dá pelo resgate das tradições por meio das histórias de vida de seus moradores. No que diz respeito a pesquisa, o Design Territorial contribui na compreensão das relações dos moradores das comunidades rurais e quilombolas com o seu território por meio de suas moradias feitas de terra, resultantes de um saber tradicional, porém que se encontra em vias de desaparecimento.

Em síntese, consiste em preservar e valorizar esse conhecimento tácito. De forma mais abrangente promove a autoestima, o reconhecimento e a valorização da identidade cultural e territorial de grupos sociais vulneráveis. São comunidades rurais de difícil acesso e remanescentes de quilombo, muitas vezes marginalizadas. E no caso específico das comunidades quilombolas em Alcântara, esses espaços foram e seguem sendo transformados em razão de interesses políticos a partir de uma lógica intervencionista que diz respeito à ampliação de um grande projeto desenvolvimentista de caráter tecnológico e militar em seus territórios, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) que volta a ter protagonismo devido ao novo acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2019.

Essas pessoas de acordo com Ingold (2016) “reconhecem o passado, atentam para as condições do presente e se abrem especulativamente a possibilidades futuras”. Por meio do Design Territorial é possível, impulsionar a cultura local, protegendo o saber fazer construtivo como parte da identidade territorial por meio da ressignificação desse saber fazer, aliando tradição e inovação. O termo “inovação Social” refere-se a soluções multidisciplinares e flexíveis capazes de ir além dos limites institucionais, de gerar mudanças duradouras e de melhorar problemas sociais amplos (GAUDIO, 2014). As inovações são soluções efetuadas pelas próprias pessoas residentes na comunidade em questão a fim de responder as necessidades básicas e cotidianas que podem produzir mudanças significativas nas moradias da comunidade e na vida das pessoas que ali residem.

3.3 Etapas metodológicas

Conforme já explicado anteriormente, as principais etapas metodológicas para realizar este trabalho consistiram em aliar o enquadramento teórico apresentado e que fundamentará esta pesquisa, a um componente de estudo de caso e trabalho de campo muito importante. Dessa forma realizamos as seguintes etapas:

- Selecionamos a leitura e o estudo da bibliografia especializada para obtermos as bases teóricas e, também o próprio método de pesquisa baseada nos princípios do Design Territorial, para a posterior pesquisa de campo.
- Exploramos as referências antigas e atuais de culturas construtivas tradicionais com terra de grande riqueza estética. Neste item encontramos majoritariamente exemplos internacionais que mostram formas contemporâneas de atuar, assim como exemplos consolidados e difundidos de reconhecida construção com terra.
- Elegemos e visitamos a comunidade rural e quilombola de Canelatiua no município de Alcântara - MA, enfatizando o importante contato com a comunidade (habitantes) e utilizadores dos espaços (patrimônio construído), a fim de identificar e conhecer a cultura construtiva da comunidade visitada.

A pesquisa focou na observação direta do cotidiano da comunidade durante um fim de semana, possibilitando uma relação de confiança entre a pesquisadora e os pesquisados. De acordo com Provedel (2013), a confiança pode ser construída por alguns fatores no dia a dia dos diferentes ambientes e espaços sociais, como por meio da abertura do diálogo e disponibilidade, no apoio ao outro nas atividades, na coerência entre o falar e o agir, na sinceridade, na forma de ser, nas interações cotidianas e na empatia.

Com relação às técnicas de coleta de dados utilizadas e implementadas na nossa pesquisa, foram utilizadas: a observação direta, a entrevista semiestruturada e a história oral. Os dados coletados foram essencialmente tratados como hipóteses e as contribuições foram segmentadas com o intuito de apresentar os relatos de forma sistematizada.

Registrar e documentar como a técnica construtiva tradicional é feita e obter um maior conhecimento acerca do material e da técnica utilizados pelas comunidades quilombolas através de relatos e discursos que também interpretaram os valores atribuídos aos mesmos foi viabilizado na pesquisa de campo. Esta intervenção ocorreu por meio de ferramentas do design, levando em consideração as particularidades da técnica e do material, assim como as prováveis resistências por parte das comunidades no uso da terra.

Sendo assim, a opção por realizar uma pesquisa onde se busca indiretamente solucionar uma problemática social derivou da inquietude gerada no risco de se perder um saber-fazer construtivo tradicional. Dessa forma, espera-se que o debate proporcionado pela presente pesquisa, contribua para o fortalecimento da identidade étnica e cultural de um grupo social em situação de vulnerabilidade, mesmo que o processo de substituição das técnicas construtivas tradicionais por métodos contemporâneos seja irreversível.

Almejou-se também provocar questões relativas à sustentabilidade, à herança cultural e ao esquecimento de um povo marginalizado por ser pobre, negro e descendente de escravos, assim como abrir perspectivas de aceitação e retomada da terra como material ecológico e reciclável encontrado no próprio local que não agride a natureza, que é econômico, resistente ao fogo, além de isolante térmico e acústico.

Escutar as pessoas e enxergar os processos de construção dos seus fazeres, entre eles o fazer construtivo juntamente com quem manipula esse saber fazer, nos faz refletir como designers sobre suas necessidades e visões de mundo. O relato é mais que um registro do campo é o ouvido do pesquisador no campo. Registra um tempo presente, nos faz retornar ao passado, aciona nossa imaginação, nos proporciona a experiência. Dessa forma os registros serão acionados por meio da ferramenta história oral que faz uso da oralidade, narrativas e histórias de vida, construindo inventários sobre a cultura construtiva tradicional das comunidades rurais e quilombolas, objeto de estudo.

A lógica da preservação pela narrativa, como explica Sennet (2018), busca maneiras de fazer com que novas formas nasçam das velhas, mas que continuem a se relacionar com ela. No ato de contar histórias, o narrador estimula suas memórias individuais e coletivas, ou seja, suas histórias, seus hábitos, ensejos e dificuldades. Portanto, essas histórias de vida não

devem apenas ser recebidas, elas precisam ser necessariamente analisadas para serem compreendidas e interpretadas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas principalmente com aqueles que reconhecidamente são detentores da memória coletiva do grupo, portadores da história da comunidade e capazes de proceder à narrativa. Estes são na maioria das vezes os mais idosos, com faixa etária acima de 60 anos ou líderes comunitários atuantes. Enfatizamos ainda, que os saberes e fazeres construtivos transmitidos pelos mais velhos confirma aos seus descendentes, o direito sobre o território, cumprindo desta forma a função de fazer lembrar, geração a geração, sua condição de donos da terra.

Abaixo, segue quadro do percurso metodológico a conduzir nesta pesquisa.

Quadro 11 – Quadro da estrutura do percurso metodológico

ESTRUTURA DO PERCURSO METODOLÓGICO		
CULTURA CONSTRUTIVA À LUZ DO DESIGN TERRITORIAL: a valorização de um saber tradicional na comunidade de Canelatiua localizada em Alcântara – MA.		
Objetivo Geral: Identificar e analisar as percepções de moradores sobre os valores atribuídos à cultura construtiva em uma comunidade quilombola de Alcântara por meio do Design Territorial, a partir dos discursos e práticas destes moradores.		
ETAPAS METODOLÓGICAS	MÉTODO	TÉCNICAS
Apresentar o problema da pesquisa, objetivos, justificativa e metodologia.	Revisão Bibliográfica.	Pesquisa em livros, artigos em periódicos científicos, teses, dissertações e bancos de dados de pesquisa científica.
Produzir o referencial teórico sobre o papel da tradição na cultura construtiva; o valor atribuído ao sistema construtivo tradicional e ao patrimônio edificado; o impacto do desenvolvimento nas tradições; e sobre o futuro da construção com terra (referências antigas e contemporâneas).	Revisão Bibliográfica.	Pesquisa em livros, artigos em periódicos científicos, teses, dissertações e bancos de dados de pesquisa científica.
Aproximação com o campo	Mapeamento das comunidades	
Caracterizar e descrever a comunidade a ser visitada e identificar o (s) tipo (s) de cultura (s) construtiva (s) predominante (s) na comunidade.	Revisão Bibliográfica. Pesquisa de campo.	Pesquisa em livros, teses e dissertações. Visitas, observação direta.
Chegada em campo	Participação no cotidiano das comunidades	
Aproximação com as pessoas: visitas as residências e rodas de conversa	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas e observação direta.
Traçar um perfil dos jovens que aprendem as técnicas e dos adultos e/ou idosos que ensinam.	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista não estruturada.
Identificar como se dá a transmissão e difusão dos saberes construtivos.	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista semiestruturada. Registro de áudio.
Reconhecer a organização e divisão das tarefas na construção do patrimônio edificado, assim como identificar a quantidade de pessoas que participam.	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista semiestruturada. Registro de áudio.
Registrar como a técnica construtiva	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação

tradicional é feita, através de relatos.		direta, entrevista semiestruturada. Registro de áudio.
Mostrar as moradias feitas com técnicas construtivas tradicionais, através de registros fotográficos.	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista semiestruturada. Registro de imagem.
Interpretar o valor atribuído à técnica e ao material, através dos discursos e observação.	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista semiestruturada. Registro de áudio.
Identificar a continuidade ou a erradicação das técnicas construtivas tradicionais nas comunidades	História oral.	Pesquisa de campo. Visitas, observação direta, entrevista semiestruturada. Registro de áudio.
Sistematização dos dados coletados no campo		
Análise das informações obtidas na pesquisa de campo por meio dos discursos dos habitantes e dos registros fotográficos feitos pela pesquisadora.	Triangulação de métodos.	Transcrições do áudio. Sistematizar os discursos e organizar as categorias de análise.
Reflexões e debates		
Reflexão dos dados encontrados na pesquisa através dos discursos dos habitantes e dos registros fotográficos feitos pela pesquisadora.	Reflexões e debates.	Refletir sobre as imagens e os discursos obtidos em campo.

Vale ressaltar que o propósito das entrevistas semiestruturadas foi revelar uma percepção e não produzir uma estatística. Revelar também a rapidez com que está ocorrendo a mudança da vida no campo e os motivos que levam a isso. Verificam-se alguns casos em que a população rural em busca de progresso e desenvolvimento tem abandonado as tradições culturais que salvaguardavam a sua história.

Normalmente os detentores da memória coletiva do grupo são reconhecidos pelos membros da própria comunidade a que pertencem e também por agentes externos a esta, como lideranças políticas e sindicais. Ao chegar ao povoado, o primeiro passo foi identificar àqueles informantes tidos como habilitados a narrarem sobre sua cultura construtiva, as formas de acesso à terra, a trajetória do grupo e outros aspectos importantes. Presume-se que a trajetória que foi expressa na fala dos entrevistados mediante uma forma de percepção do tempo, ressaltou a antiguidade dos diferentes povoados através da inclusão de três ou quatro gerações na composição da comunidade a qual o entrevistado tem como referência. Nesse sentido, a noção de comunidade atualizada pelos entrevistados não se reduz ao grupo local de descendência e ainda incorpora e se expande àqueles que mesmo residindo fora mantém vínculos de pertencimento e/ou parentesco com estas comunidades.

3.3.1 Aproximação com as pessoas: visitas as residências e rodas de conversa

Na visita à comunidade de Canelatiua apresentamos aos moradores o objetivo da pesquisa, identificamos e mapeamos quantitativamente todas as moradias de taipa e adobe que ainda existem no povoado, assim como coletamos os dados acerca dos seus proprietários e famílias. Também coletamos informações e percepções sobre o uso e desuso dessas casas, assim como as etapas construtivas. Na ocasião foi possível fotografar e registrar algumas dessas residências existentes no povoado. Em algumas dessas casas, tivemos a oportunidade de adentrar e conhecê-las internamente. Outras se encontravam fechadas e não conseguimos conhecer por dentro.

E finalmente, foi por meio das entrevistas semiestruturadas, da observação sistemática e das narrativas (histórias de vida) que acessamos a multiplicidade de experiências, desejos e sentimentos relativos aos moradores. E como foco principal da pesquisa, também se colheu os discursos e as práticas destes moradores acerca dos valores atribuídos e relacionados à sua cultura construtiva.

A convivência (ainda que curta), a observação e os diálogos em campo, sintetizaram nossos questionamentos e estreitaram os laços com a comunidade, o quê nos facilitou um entendimento sobre os valores identificados pelos moradores com suas moradias. Seguidamente a pesquisa de campo, o esforço consistiu em conectar a base teórica da revisão da literatura e os dados/fatos obtidos em campo.

3.3.2 Informações de campo: transcrições e organização das categorias de análise

Sistematizar a informação colhida, por meio da seleção de trechos com informações mais relevantes para a pesquisa, a transcrição das entrevistas nos fez perceber o que nos foi apresentado na forma de discurso.

Os discursos foram ordenados em categorias de análise identificadas, realizadas em duas etapas, conforme proposto por Santos (2008), onde a primeira etapa consiste na análise inter-participantes e na segunda, a análise das respostas é feita individualmente. Na análise inter-participantes analisamos as respostas do conjunto dos entrevistados, mediante comparação e identificação de recorrências, convergências entre os relatos, com vistas à obtenção de uma perspectiva geral dos resultados, segundo propõe Santos (2008). Já na análise individual dos discursos, identificamos as contradições e inconsistências, bem como novos conceitos que surgiram.

O resultado dessa pesquisa possibilitou um diagnóstico dos problemas existentes na perpetuação das construções com terra crua e os riscos dessa técnica se perder na comunidade

em questão, permitindo assim apresentar em um trabalho futuro, melhorias às técnicas construtivas tradicionais, solucionando os desafios encontrados e preservando a tradição. Além de iniciativas para requalificar a moradia e o território em questão.

3.4 Procedimentos metodológicos

Aqui demonstramos os procedimentos metodológicos que serão utilizados ao longo da pesquisa, para melhor compreensão das análises apresentadas futuramente. Acredita-se que o uso de tais procedimentos ajudará a conhecer e compreender o objeto de estudo e apresentar com clareza as reflexões e as percepções em campo.

3.4.1 História Oral

Diante do pouco conhecimento, por parte da pesquisadora, e sendo sua primeira aproximação com o procedimento metodológico história oral, decidiu-se tratá-lo em um item separado. Sendo assim, de início será definido em que consiste essa ferramenta que segundo Meihy (2006) já atingiu sua maturidade como entidade teórica. Embora para Meihy (2006) a ferramenta já esteja suficientemente madura e consolidada, Freitas (2006) considera que ainda existem dificuldades na sua delimitação. Sua abrangência, segundo Freitas (2006), deve-se a seu caráter interdisciplinar. Abaixo a definição de história oral segundo Freitas (2006).

História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. De abrangência multidisciplinar, ela tem sido sistematicamente utilizada por diversas áreas das ciências humanas, a saber: História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Psicologia, entre outras (FREITAS, 2006, p. 18).

Denominamos de moderna História Oral àquela, cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador (FREITAS, 2006, p. 27).

A definição de Meihy (2006) é ainda mais abrangente. Para o autor, a história oral pode ser considerada uma “ferramenta”, uma “técnica”, uma “metodologia” ou meramente um “saber”. Porém chama a atenção para o fato que jamais será uma matéria independente e sim, um apoio qualitativo que permite interações e confrontações com as fontes escritas oriundas da pesquisa bibliográfica.

A história oral nos possibilitou reflexões e resultados sobre o campo por meio do registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas, na interpretação do imaginário coletivo e

na análise das representações sociais. A motivação do uso dessa ferramenta também consistiu em dar voz a diferentes narradores, que nesse caso, são considerados subalternos tradicionalmente relegados, atuando contra a “subalternidade” conforme defendido por Spivak (2010).

Trabalhar em comunidades que sofrem com crises de identidade étnicas, principalmente pode prejudicar ou tornar as narrativas frágeis. Identificar e analisar os fatos e as percepções dos moradores através das narrativas e discursos talvez tenha sido o maior e difícil desafio no percurso metodológico trilhado. Mas também, foi bastante gratificante refletir e apreciar o quanto do passado se reflete no futuro ao redescobrir histórias que estruturam vidas há tanto tempo e que podem continuar ensinando.

O intuito da ferramenta é dar sentido e visibilidade à vida das pessoas que vivem nessas comunidades quilombolas, através de suas histórias e relatos privilegiando um aspecto em especial, sua cultura construtiva. A comunidade em questão, interage conjuntamente, pois partilham de um mesmo passado e projetam expectativas futuras, onde possuem interesses e valores mais ou menos semelhantes. No entanto, ademais da cultura construtiva, interessa também as representações e relações das pessoas com seu patrimônio tangível e com o material que utilizam para construir suas casas. Esses relatos utilizam na sua construção memórias e lembranças, muitas vezes com o propósito de fomentar a memorização e o compartilhamento de mensagens e informações.

Dessa forma, consideramos ainda mais conveniente e satisfatório utilizar essa ferramenta, uma vez que questões como memória e identidade são fundamentais no âmbito dessa pesquisa. Os relatos individuais e/ou coletivos são fontes documentais quando registrados. Além, de enquadrarem a memória de uma comunidade e fortalecerem sua identidade. Servem como provas e assumem o compromisso de registrar e até mesmo esclarecer um dado tema pesquisado.

A principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2004, p. 16).

A história oral atua onde as fontes convencionais não alcançam. Revelam aspectos subjetivos com detalhes geralmente desprezados pelos documentos formais. Resgata o passado e registra o presente para as gerações futuras. Segundo Freitas (2006) “fornece

documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história. A história oral legitima a história do presente, pois a história foi, durante muito tempo, relegada ao passado” (FREITAS, 2006, p. 46).

Durante muito tempo, o principal meio de transmissão de conhecimento, cultura, valores e costumes entre os povos primitivos foram os contadores de histórias e, por isso, a oralidade representa um instrumento primário de comunicação e de agregação, segundo Freitas (2006). Daí se percebeu a importância do ato de narrar histórias que deram e continuam dando sentido à vida das pessoas em diferentes épocas, desde os primórdios até hoje.

No entanto, a história oral utilizada na pesquisa como ferramenta, foi mais abrangente do que o simples ato ancestral de contar histórias, pois foi também um ato de inclusão; político, social e econômico. E, além de narrar histórias, transmitiu fatos, reais ou ficcionais, transformando pessoas desconhecidas em protagonistas de sua própria vida. E como defende Minayo (2010), a ferramenta logrou conhecermos as experiências e as definições vividas por pessoas, por um grupo, por uma organização, na forma como esses sujeitos interpretam suas experiências (MINAYO, 2010).

A concretização da história oral como procedimento metodológico decorreu de pesquisas prévias sobre a comunidade quilombola em questão. E por fim, serviu como fonte documental do trabalho realizado, valorizando a transmissão geracional da cultura construtiva e aspectos relevantes relativos à vida social, cultural e econômica de um grupo.

A história oral garantiu também, o registro e a produção de um resultado, cujo conteúdo abordou a nossa perspectiva sobre o tema. Segundo Freitas (2006), “a realização de depoimentos pessoais permite-nos captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2006, p. 48-49). Assim sendo, sua importância reside na identificação e interpretação dos fatos que estão influenciando a substituição das técnicas construtivas tradicionais, produção secular das moradias, e adoção de técnicas convencionais com materiais alheios à comunidade.

Após a coleta dos discursos em campo, sintetizamos e sistematizamos os resultados obtidos. Segundo Meihy e Ribeiro (2011) devem-se traçar combinações das narrativas formuladas a fim de garantir consistência analítica e autonomia documental. O diálogo que resulta entre as entrevistas é obtido por meio da análise que nesses casos, devem ser comparativas, mesclando opiniões, pontos de vistas ou fatos revelados nas gravações dos entrevistados que possuem referências e vivências próprias.

Dessa forma, desenvolvemos uma categorização das falas dos narradores em sequências curtas que facilitam o entendimento. As categorias formuladas por meio das distintas narrativas são capazes de nos mostrar as percepções dos moradores acerca dos valores relacionados a sua cultura construtiva.

3.4.2 Entrevistas semiestruturadas

A entrevista, conforme definição de Freitas (2006) apresentada no item anterior, constitui-se em uma técnica utilizada pela história oral. Os relatos individuais obtidos por meio das entrevistas são fontes documentais quando transcritos e registrados através da gravação de áudios. Como já mencionado, servem como provas, trazendo à tona muitas informações e esclarecendo um dado tema pesquisado.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 1994, p. 57).

O critério de seleção das pessoas a serem entrevistadas tomará por base a idade e a representação de liderança que essas pessoas têm estabelecida com as comunidades. A prioridade são as pessoas mais idosas, com faixa etária a partir dos sessenta anos, que são reconhecidamente portadores da história do grupo e capazes de proceder à narrativa desta. Segundo Nunes (2011), normalmente essas pessoas são tidas como detentoras da autoridade para falar em nome do grupo legitimando os direitos deste às suas terras.

Por outro lado, entrevistamos também a Sra. Neta, uma pessoa adulta de quarenta e seis anos, líder comunitária atuante e que possui dados e informações acerca da comunidade e de seus moradores. As entrevistas semiestruturadas ofereceram flexibilidade tanto ao pesquisador como ao pesquisado, pois combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2010).

Na estrutura destas entrevistas conteve informações acerca da provável erradicação de saberes e fazeres, a perspectiva de continuidade da tradição, a transmissão, difusão e o aprendizado desses saberes, o interesse dos jovens de aprender e ainda construir com as técnicas construtivas tradicionais, como os jovens aprendem as técnicas e como os adultos

e/ou idosos as ensinam, como se organizam e dividem as tarefas na construção das casas, quantas pessoas participam, como ocorre a retirada do barro, molde, secagem, dentre outros inúmeros aspectos relativos à cultura construtiva tradicional da comunidade.

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 1994, p. 58).

Durante as conversas informais e entrevistas semiestruturadas, os moradores demonstraram grande apego às memórias vividas na comunidade e histórias pessoais que se misturaram com a história do povoado revelando um aspecto importante na relação das pessoas com o lugar. São histórias de vinculação com o lugar e de apropriação do território que está diretamente associada aos processos de desenvolvimento e ao ordenamento territorial mais amplo.

As abordagens visaram indagar também sobre o passado, sobre o momento presente e, sobre alternativas e soluções futuras. As perguntas foram abertas, pois permitem maior liberdade aos narradores durante o relato acerca do tema. E puderam ser respondidas dentro de uma conversa informal no decorrer das atividades cotidianas. Acreditamos que a eficácia da comunicação se dá por meio da qualidade das relações entre as pessoas envolvidas, como afirma Peruzzolo (2006). E na esteira desse pensamento, Freitas (2006) afirma:

A aplicação dos roteiros nas entrevistas não é feita de forma rígida, uma vez que muitas questões vão surgindo naturalmente no discurso do depoente no transcurso da entrevista e, essas, às vezes, nos suscitam outras. Cada entrevista tem a sua própria dinâmica, e cada entrevistado mostra-nos diferentes interesses na abordagem de determinadas questões. (FREITAS, 2006, p. 89).

Consideramos relevante também identificar o número de habitantes da comunidade, a origem da comunidade, sua localização e outros aspectos importantes e inerentes à mesma. Posteriormente, as entrevistas semiestruturadas foram analisadas segundo nossa percepção em campo e referenciadas teoricamente. Na utilização dos equipamentos, como gravador, câmera ou mesmo cadernos de anotações tivemos a obrigatoriedade e o cuidado de sermos éticos e mostrarmos previamente o mesmo. Abaixo, no quadro 12 sintetizamos as questões elaboradas por nós e que foram investigadas em campo por meio das entrevistas e conversas.

Quadro 12 – Quadro das questões investigadas

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
QUESTOES INVESTIGADAS
A perspectiva de continuidade da tradição construtiva.
O risco de erradicação da tradição construtiva.
Como se dá o aprendizado, a transmissão e a difusão dos saberes e fazeres construtivos.
Reconhecer o interesse ou a falta dele de aprender e construir com as técnicas construtivas tradicionais por parte dos jovens.
Identificar como os jovens aprendem as técnicas construtivas tradicionais.
Identificar como os adultos e idosos ensinam aos jovens as técnicas construtivas tradicionais.
Como ocorre a organização e divisão das tarefas na construção do patrimônio tangível da comunidade em questão.
Quantas pessoas participam da construção.
Como ocorre a retirada do barro no campo.
Como ocorre o molde e secagem do barro.
Quais valores atribuídos e percebidos pelas comunidades às técnicas construtivas tradicionais e ao material, a terra.
A vinculação com o lugar por parte da comunidade.
A apropriação do território por parte da comunidade.

Nas referências às citações dos entrevistados recorreremos à identificação por nome e sobrenome, mesmo que muitos sejam conhecidos por apelidos. Tal opção tem a ver com uma tentativa de padronizar e equalizar o tratamento dado às referências seja autores reconhecidos, estudiosos ou moradores. Também tivemos o extremo cuidado de transcrever as falas com total fidelidade, em todas as citações diretas dos entrevistados. Lembrando que a transcrição fidedigna dos relatos dá visibilidade e relevância a narrativa do colaborador.

3.4.3 Triangulação de métodos e sistematização pós-campo

A triangulação é um procedimento metodológico de análise que nos permitirá abordar as informações colhidas pela designer-pesquisadora da UFMA no território de Canelatiua, possibilitando estabelecer diálogos, principalmente sobre os saberes e modos de fazer relacionados à cultura construtiva, mas também sobre muitos outros saberes desenvolvidos na comunidade, como a pesca, o artesanato e a produção de farinha. Também foi possível conhecer a história de luta e de resistência do povoado, imprescindível para a consolidação político-organizativa da comunidade e contra a constante ameaça, sentida pelas comunidades rurais e quilombolas do município de Alcântara, de novos deslocamentos forçados. E sobre o procedimento a ser utilizado, segue:

A triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apóia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares. Esta abordagem teórica deve ser escolhida quando contribuir para aumentar o

conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar. (MINAYO, 2010, p. 59).

Vale ressaltar que nessa estratégia de pesquisa, destacamos a abordagem qualitativa, embora seja uma estratégia que enfatize também a abordagem quantitativa. Segundo Minayo (2010), a abordagem qualitativa “preocupa-se com a compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2010, p. 73). Na sistematização e interpretação dos dados qualitativos, realizadas pós-campo, analisamos as informações coletadas pela triangulação de métodos. Foram analisadas as atitudes, comportamentos e ações dos moradores de Canelatiua, a fim de entender como os mesmos interpretam e dão sentido a suas experiências e a realidade em que vivem. Para Minayo (2010), o objetivo dessa estratégia é:

Compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados. Ou seja, acredita-se que exista uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes. (MINAYO, 2010, p. 74).

Dentre as técnicas mais comumente utilizadas para a triangulação, utilizamos as seguintes nesta pesquisa; história oral, entrevistas, observação e estudo de caso. E foi a combinação dessas técnicas por meio da triangulação que produzimos um conhecimento mais aprofundado da realidade da cultura construtiva da comunidade de Canelatiua. Sobre as entrevistas, Minayo (2010) as considera como “conversas com finalidade” (MINAYO, 2010, p. 85) que podem ser classificadas segundo sua organização. Dentre as diferentes classificações utilizadas por Minayo (2010), aplicamos nesta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas, conforme já comentamos no item 3.4.2.

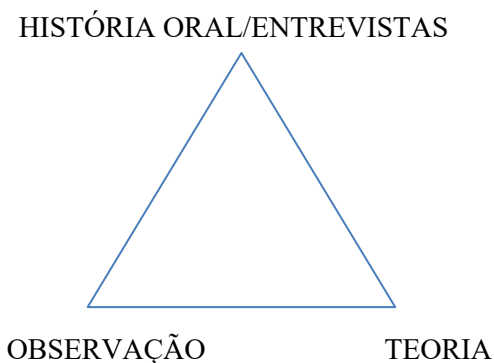
As conversas – com finalidade – estabelecidas na comunidade, nos propiciaram informações e histórias de vida, com a ajuda em especial, da líder comunitária Dorinete Serejo que dispôs de seu tempo e espaço (sua casa) para nos acompanhar nesta pesquisa. Esse encontro presencial se deu, por meio da visita de campo realizada durante um final de semana. E seguiu de forma remota, através das inúmeras mensagens trocadas com a Sra. Neta após a visita, a fim de esclarecermos eventuais dúvidas que foram surgindo durante as transcrições e também com o intuito de complementarmos informações que considerávamos necessárias.

A análise parte das observações da pesquisadora no campo e das histórias de vida obtidas. Essa etapa decorre do procedimento anterior de organização e tratamento das narrativas. A partir das análises propriamente ditas, refletimos sobre as percepções que os

moradores do povoado constroem sobre sua realidade construtiva, sistematizando nas seguintes categorias; *erradicação, aprendizagem, cadeia produtiva, envolvimento e valores territoriais* em triangulação com as falas e conversas durante a pesquisa de campo em diálogo com os autores da revisão teórica que fundamentam a presente pesquisa para que haja uma aproximação com os objetivos propostos. Segundo Tayomara (2020), também os pensamentos emitidos durante a visita e oriundos das conversas, fazem parte do repertório que será analisado, por meio da triangulação.

Assim sendo, a análise feita pela triangulação de métodos, segundo demonstrado na Figura 13, faz uso de múltiplos métodos com intuito de obter os dados de forma mais satisfatória possível sobre a temática pesquisada; a história oral que são as informações efetivas levantadas com a pesquisa (dados empíricos), a observação em campo e o diálogo com os autores que estudam o tema em questão (fundamentação teórica). A multiplicidade de métodos nos permite descobrir dimensões desviantes do tema, assim como, diferentes pontos de vista que desvelam determinados aspectos que não se ajustam a uma teoria ou a um modelo pré-estabelecido.

Figura 13 – Triangulação como análise da pesquisa



Fonte: autora (2020).

Por fim, optar pela análise por meio da triangulação de métodos, nos possibilitou adotar um comportamento reflexivo-conceitual do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, complementando com interpretações e conjecturas a temática pesquisada, conforme sugere os autores Marcondes e Brisola (2014). Por conjecturas, entendemos a atribuição de significados aos dados levantados.

4. ESTUDO DE CASO: o território em questão

Estudo de Caso é um método de pesquisa de cunho empírico que investiga fenômenos em seu contexto de vida real, com pouco controle do pesquisador sobre os eventos e onde a separação entre os fenômenos investigados e o contexto não são claramente definidos (YIN, 2010 apud SANTOS, 2008, p. 92).

A seleção do Estudo de Caso como método de pesquisa em uma dissertação ou tese de doutorado é pertinente quando é adotada uma abordagem fenomenológica para alcançar a compreensão holística do fenômeno (SANTOS, 2008, p. 93).

Quando o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi implantado, imaginava-se ou queriam acreditar que nessa região rural de Alcântara houvesse um grande vazio demográfico. Segundo o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (2019), o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) ocupa uma área considerada de segurança, selecionada após cuidadosa análise e projetado dentro de padrões internacionalmente reconhecidos. Sendo assim, alegaram um desconhecimento da existência de terras de quilombos e somente em 1988 lhes foram concedidos direitos à titulação das terras.

No seu livro “Redes e Ruínas”, Pflueger (2018) cita que a Fundação Palmares no ano de 2000 contabilizou 17 mil pessoas integrando 150 comunidades que compõem o território étnico de Alcântara. A partir dessa integração, a desapropriação das terras e das comunidades negras para a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) mudou ao legitimar os direitos destas às suas terras, embora ainda seja pouco significativa na prática. Assim sendo a legitimação ainda hoje tem pouca relevância e segue rivalizando com os discursos e outras classificações oficiais.

Os povoados de Alcântara constituem um “território étnico” ou “território de exclusividade negra” segundo o Laudo Antropológico realizado por Almeida (2006) e grande parte dessas comunidades encontra-se nas áreas que foram sendo desapropriadas pela base espacial de Alcântara que segundo a professora Pflueger (2018) contabiliza aproximadamente 3.600 famílias. As áreas que o governo do Maranhão desapropriou está dividida em 2 áreas; Área I e Área II. Sendo a primeira chamada de “área de segurança” e a segunda sendo uma área que abriga as moradias dos técnicos e oficiais da base, um aeroporto e algumas agrovilas que receberam comunidades deslocadas.

No entanto não são apenas as famílias que estão dentro da área da base que sofreram e continuam sofrendo consequências da instalação do centro, inúmeras outras também sentem o efeito e o impacto do projeto espacial. Dentre os efeitos mais sentidos, Pflueger (2018) cita o

êxodo rural, formação de favelas, palafitas e ocupações irregulares na zona urbana do município, precariedade das condições nas agrovilas, irrisórias indenizações já pagas para as comunidades deslocadas, ameaça de desestruturação de algumas comunidades por conta da inclusão de agrupamentos forçados, esgotamento dos recursos naturais, destruição ambiental e talvez o principal de todos que é a ameaça constante de novos deslocamentos forçados. Este último efeito e receio vêm tomando cada vez mais força diante da iminente assinatura de novos acordos.

Pflueger (2018) dividiu a situação atual das comunidades em três categorias.

- 1) Ameaçadas de deslocamento: comunidades que estão na iminência de ser obrigadas a deixar suas terras. Elas sofrerão deslocamento forçado para áreas que pertencem a outras comunidades;
- 2) Ameaçadas de desestruturação: comunidades que estão na iminência de receber em suas áreas centenas de famílias provenientes das “comunidades ameaçadas de deslocamento”. Isso iria gerar a desestruturação da cultura, da produção, dos recursos naturais e do modo de viver destas comunidades;
- 3) Deslocadas: comunidades que foram forçadas a deixar suas terras e foram deslocadas para “agrovilas” no período inicial de implementação do Centro de Lançamento de Alcântara. Estudos da Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) mostram que a instalação da Base Espacial aumentou os casos de prostituição de gravidez na adolescência nas comunidades (PFLUEGER, 2018, p. 162).

Com relação à classificação das terras de Alcântara - MA, Almeida (2006) alerta para o advento de uma identidade étnica mantida sob invisibilidade social com suas respectivas territorialidades cognominadas como “terras de santo ou santíssimo”, “terras de preto ou caboclo, terras de herdeiros ou parentes e terras de pobreza”, todas reconhecidas no âmbito local porém não necessariamente registradas. E existem ainda outras denominações menos significativas como terras de câmara e terras de índios. O significado destas denominações encontra-se nos contextos de descendência e dos atributos pelos quais se auto representam e são vistos.

As “terras de santo ou santíssimo” se aplicam às terras doadas às ordens religiosas como o povoado de Itamatatiua dedicado à Santa Teresa D’Avila e onde estivemos na primeira visita de campo. As “terras de preto ou caboclo”, por se auto definirem pretos. “Terras de parentes ou herdeiros” são aquelas doadas por herança e por fim as “terras da pobreza” doadas pelos antigos proprietários aos pobres. Vale enfatizar que “na análise das interpelações, pode-se asseverar que tais territorialidades específicas se interpenetram simbolicamente, consoante o tipo de critério que possibilita sua delimitação em diferentes planos organizativos” (ALMEIDA, 2006, p. 38). Outro fato relevante é a constatação de

registros de quilombos em todas as territorialidades específicas, segundo atesta Almeida (2006).

A comunidade de Canelatiua, escolhida para a pesquisa é uma territorialidade autodenominada quilombo e cognominada Terra da Pobreza. “Dizer-se referido à terra da pobreza ao invés de denotar algum sentido pejorativo, assume caráter fortemente positivo porquanto é expressão da condição de proprietário das gentes, dos trabalhadores ou dos moradores que vivem neste lugar” (NUNES, 2011, p. 49).

Para finalizar, consideramos que a experiência da pesquisa foi iniciada em 2018, na primeira inserção no campo para um reconhecimento preliminar. Conhecer brevemente a zona rural de Alcântara e, posteriormente ler a tese de doutorado de Patrícia Portela Nunes que trata sobre Canelatiua e outras comunidades quilombolas, nos fez eleger tal território para ser trabalhado. Nesse primeiro contato, identificamos e reconhecemos as edificações em taipa e adobe das comunidades pelas quais passamos, exercitando mais amplamente nossa imaginação acerca da cultura construtiva de Canelatiua. Também tivemos uma primeira consciência da substituição que vem ocorrendo das técnicas construtivas tradicionais pelas técnicas convencionais. E dessa forma, acreditamos ser possível por meio do registro destas valorizar um saber fazer construtivo em vias de se perder.

Assim sendo, neste capítulo dividimos os tópicos do desenvolvimento da pesquisa em duas partes: a primeira parte trata das características relacionadas ao território e ao contexto local; a segunda parte aborda os aspectos relacionados à cultura construtiva tradicional. Em ambas, permitiremos a compreensão de fenômenos sociais complexos e de significativos acontecimentos da vida real.

4.1 O município de Alcântara

Alcântara é um município localizado na chamada Amazônia Legal Brasileira na região da Baixada Ocidental Maranhense, recortado pelas Baías de Cumã a oeste e São Marcos a sudeste. Como possui o Oceano Atlântico delimitando o litoral norte e nordeste, o município assume feições peninsulares. É um município constituído por mais de 200 povoados espalhados pelo território que são pouco ou quase nada controlados pela sua sede ou cidade. Ao visitar os povoados é perceptível o descaso e a ausência dos poderes públicos. Segundo dados do Censo Demográfico de 2019 do IBGE, Alcântara possui uma população estimada em 22.097 pessoas. A maioria, aproximadamente 73,3% reside na zona rural, segundo o laudo antropológico de Almeida (2006).

A cidade de Alcântara possui uma história peculiar e ostenta a condição de monumento nacional. Segundo Pflueger (2018), o claro interesse em sua preservação é sentido em 1948 com o decreto de tombamento de Alcântara em patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao perceber o processo de deterioração do seu patrimônio construído, detectando sua fragilidade e vulnerabilidade. No livro “Redes e Ruínas”, Pflueger (2018) narra sobre o apogeu e o declínio da cidade de Alcântara. O momento do seu apogeu econômico e social ocorreu no século XVIII, conforme conta Pflueger, para em seguida abordar as razões do seu declínio.

Para Pflueger (2018), a principal razão abordada no declínio de Alcântara diz respeito ao contexto de falência dos ciclos econômicos do Estado do Maranhão, do algodão, da cana de açúcar, das fábricas e também do babaçu. E Pflueger (2018) ainda chama atenção para a “existência de um discurso recorrente dos intelectuais e técnicos sobre o declínio da cidade de Alcântara” (PFLUEGER, 2018, p. 94) que juntamente com as decisões políticas tomadas na época contribuíram e reforçaram para este intenso processo de decadência e letargia da cidade.

Esta especificidade sobre o declínio de Alcântara é relacionada por Nunes (2001) como responsável pela própria formação histórica dos agrupamentos rurais, que aconteceu de forma lenta e gradativa, devido à desagregação das fazendas em épocas e tempos distintos. E vale ressaltar que a consolidação dos agrupamentos rurais aconteceu de forma autônoma sem grandes interferências do poder público e administrativo.

Almeida (2006) reforça ainda que esse processo de territorialização das comunidades rurais aconteceu de forma descontínua e heterogênea. E embora o processo tenha ocorrido de forma variada, o processo converge para a formação de um território étnico que ainda segundo Almeida é “a expressão maior, em Alcântara, do processo de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos, evidenciando sua extrema complexidade” (ALMEIDA, 2006, p. 45). Abaixo, segue a definição de quilombo.

O significado de quilombo compreende um processo de trabalho autônomo, que por atos deliberados recusa a submissão forçada a terceiros, e as respectivas práticas de uso comum dos recursos e de livre comercialização de sua produção agrícola e extrativa. Compreende formas de cooperação simples e práticas de reciprocidade positivas entre as unidades familiares que se agrupam sob uma mesma identidade diante dos mesmos antagonistas. Tem-se aqui, uma afirmação, simultaneamente étnica e econômica, de produzir para circuitos de mercado e de reverter domínios fundiários reconhecidos pela legislação colonial, em virtude de os grandes proprietários terem perdido o seu poder de coerção, como no caso de Alcântara, e buscado acordos verbais prometendo alforria e terras, ante a incapacidade de

saldarem suas dívidas com comerciantes e de proverem os recursos para a “escravaria” se alimentar e produzir (ALMEIDA, 2006, p. 42).

O acesso dos diferentes grupos a essas terras ocorreu de formas diversas, contribuindo para a nomeação das mesmas de acordo como foram adquiridas ou apropriadas e considerando também as características intrínsecas de cada grupo étnico. Sendo assim as denominações adotadas são mais que meros termos ou expressões, consistindo em categorias classificatórias. Tais categorias originam designações locais, tais como “terras de santo, terras da santa, terras de santíssimo, terras de santíssima, terras santistas, terras de caboclo e terras de preto” (ALMEIDA, 2006, p. 52).

Atualmente existem cerca de duzentos e cinquenta povoados no município de Alcântara, segundo Nunes (2001), que desenvolveram formas diferentes de apropriação dos recursos naturais, como a relação com a terra e a utilização dos terrenos de cultivo. Embora tenham se desenvolvido de forma diferenciada, ao longo do tempo construíram uma relação de troca e auxílio mútuo que ocasionou certa interdependência entre os mesmos. Essas relações se dão no âmbito econômico, político, religioso, fúnebres, de parentesco, de cura, dentre outros.

A escolha de Alcântara como objeto empírico da pesquisa se deu pelo fato de apresentar uma população predominantemente rural e de possuir em seu território um número significativo de comunidades que se autodeclaram perante o Estado Brasileiro como comunidades remanescentes de quilombo. Segundo os autores Benedito Souza Filho e Maristela de Paula Andrade:

O município de Alcântara, no litoral ocidental maranhense, apresenta população preponderantemente rural e de formação histórica peculiar. Sua sede, instalada em 1648, é das poucas cidades brasileiras a ostentar a condição de monumento nacional. É também o único município do país a ter oficialmente reconhecido, num mesmo perímetro e de forma contínua, um extenso território étnico, integrado por mais de centena e meia de povoados camponeses que reivindicam a condição de *quilombolas*. Por outro lado, é apontado por militares e planejadores oficiais como um dos melhores locais do planeta para a instalação de plataformas de lançamento de artefatos espaciais, o que tem ocasionado sérias disputas pelo território entre quilombolas e aparelhos do Estado. (ANDRADE e SOUZA FILHO, 2012, p. 76-77).

No entanto vale ressaltar que embora a maioria das comunidades hoje em dia esteja reconhecida como comunidade quilombola, a titulação definitiva ainda não foi emitida pelo Estado Brasileiro, conforme determina o dispositivo constitucional (NUNES, 2015).

Segundo o texto base do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara/MA elaborado em outubro de 2019, existem aproximadamente duzentas comunidades quilombolas, localizadas no município de Alcântara, Estado do Maranhão. Juntas constituem o Território Quilombola de Alcântara, o Território de Santa Tereza e o Território da Ilha do Cajual. Estes territórios estão organizados, articulados e mobilizados por meio das seguintes instituições representativas: Associação do Território Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (STTR/Alcântara), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (SINTRAF/Alcântara), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA) e todas as Associações Comunitárias de cada comunidade (Texto base do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara/MA, 2019).

O reconhecimento é feito mediante certidão emitida pela Fundação Cultura Palmares, uma autarquia subordinada ao Ministério da Cultura (FCP-MinC), a partir da autodefinição apresentada pelo grupo. Para tanto, são exigidos três documentos de acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007. São eles; ata de reunião específica para tratar do tema da autodeclaração, breve relato histórico da comunidade e requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020). Abaixo trecho explicativo do site da FCP acerca das certidões emitidas.

O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Esclarecemos que esta FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

Segundo Nunes (2015), a conquista das emissões dos certificados de reconhecimento é fruto dos esforços de lideranças políticas e sindicais representados pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE). O movimento criado em 2001 representa a luta e a resistência em favor dos direitos das comunidades. Como explica Vargas, a ruptura de rotinas, práticas e lugares aflora expressões de luta por permanência e defesa do seu território, revelando naqueles que estão sendo afetados o processo de desterritorialização (VARGAS, 2016).

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi implantado pelo Ministério da Aeronáutica (por meio de agências militares) em 1980 desapropriando primeiramente 52.000 hectares (decreto estadual) e posteriormente mais 10.000 hectares (decisão federal), totalizando 62.000 hectares que compreendem metade da superfície do município, como relata Almeida (2006). Nunes (2015, p.167) afirma ainda que “na ocasião, essa medida afetou diretamente a mais de duas mil famílias que aí residiam e trabalhavam autonomamente há muitas gerações”.

Decorridos, no entanto, mais de 30 anos desde o primeiro decreto de desapropriação de terras, datado de 1980, o projeto do Estado Brasileiro de investimento em tecnologia aeroespacial foi modificado em seus propósitos, diretrizes e estratégias de implementação por inúmeras vezes e inúmeras foram as polêmicas que as lideranças políticas e sindicais estiveram referidas desde a década de 1980. Se, por um lado, há vitórias que foram comemoradas pelas lideranças e pelos autodesignados quilombolas, por outro, há também o sentimento de que, quando se pensou que a luta tinha chegado ao seu fim e que os direitos constitucionais tinham vindo em benefício das comunidades, uma nova política de governo tenha se instituído ou uma nova orientação das regras que regulamentam o processo de reconhecimento das comunidades tenha surgido como mais um obstáculo. Expressão desse sentimento parece ter sido vivida na ocasião em que representantes do Mabe e lideranças sindicais tomaram conhecimento das intenções do governo em construir mais nove plataformas de lançamento de foguetes em Alcântara, para servirem de plataformas de aluguel, fato ocorrido em 2005: se a implantação de uma única plataforma já havia provocado tantas mudanças interpretadas como drásticas do ponto de vista da organização social das comunidades, antecipar, por imaginação, os possíveis efeitos provocados pela construção de dez plataformas ainda se coloca como impensável para as lideranças e agentes sociais atingidos (NUNES, 2015, p. 168).

Tais obstáculos ao reconhecimento dos direitos assim como à emissão das titulações definitivas às comunidades quilombolas são atribuídos aos interesses incessantes do Estado Brasileiro em ampliar as atividades espaciais no território de Alcântara. Sendo assim, existe um descompasso entre as comunidades certificadas e as comunidades tituladas, evidenciando um percentual muito baixo de comunidades que oficialmente obtiveram o reconhecimento por meio das publicações das Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas (NUNES, 2015).

Canelatiua está entre as comunidades certificadas conforme explica abaixo a moradora e integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Dorinete Serejo Moraes. A mesma acrescenta que todas as fases de reconhecimento foram cumpridas, porém a titulação nunca foi assinada. Sendo motivo de luta

e resistência por parte da comunidade. Completa que caso tivessem a titulação, o risco de serem remanejados seria menor, pois a comunidade teria poder de decisão (MORAES, 2020).

Nós não temos titulação, essa é a briga. Nós temos a certificação pela Palmares. A certificação não fala nada, a certificação só diz o seguinte; esse território é quilombola, mas ele precisa ter o título do território. (MORAES, Dorinete Serejo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Porém nem sempre foi assim, durante muito tempo, essas vastas extensões territoriais e os grupos sociais que nelas viviam ficaram sem interferência do setor público e administrativo, assim como sem pressões sobre essas terras. A situação mudou justamente com a imposição dos atos desapropriatórios para a implantação da *Base* e também com os deslocamentos compulsórios, como o ocorrido entre 1986-1987 que deslocou 312 famílias para as denominadas *agrovilas*, como explica Nunes (2001).

O deslocamento compulsório de famílias residentes no litoral para unidades administrativas denominadas *agrovilas*, ainda teve o agravante de deixar essas famílias sem acesso ao mar. Sendo assim, inúmeras famílias de pescadores foram forçadas a abandonar suas atividades pesqueiras. Além disso, a Aeronáutica adotou medidas que restringiu o uso dos recursos naturais, da organização social prevalecente, bem como das manifestações culturais. Restrições estas que ameaçam as formas de existência coletiva dos diferentes grupos sociais (NUNES, 2015).

Percebemos que ao longo do tempo, os discursos e os objetivos propostos inicialmente foram se alterando e tomando novos rumos. Segundo a história do CLA contida no site da Força Aérea Brasileira: Centro de lançamento de Alcântara, a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que deu origem ao CLA, visava estabelecer competência no país para gerar, projetar, construir e operar um programa espacial completo, tanto na área de satélites e de veículos lançadores, como de centros de lançamentos. Dessa forma, a princípio, o CLA foi implantado como um grande projeto nacional idealizado e planejado para atender aos interesses do Estado Brasileiro a fim de garantir e gerir a soberania nacional.

Hoje em dia a MECB evoluiu para o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE e a partir do ano 2000, através de acordos entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos, o CLA assume novos propósitos, vistos como comerciais ao assumir e funcionar como uma espécie de Base de aluguel, segundo Vassallo (2020). Dessa forma, surge o primeiro acordo de salvaguarda firmado no ano 2000 com os EUA, porém que não seguiu adiante devido às acusações de ameaça à soberania nacional, segundo explica SCHREIBER (2018).

A contínua complexidade no incremento e na mudança das políticas de desenvolvimento das atividades espaciais em Alcântara persiste até os dias atuais e conta atualmente com uma eminente ampliação da Base de lançamento de foguetes pelo Ministério da Aeronáutica, devido à retomada do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre Brasil e Estados Unidos em 2019. Conforme relata Vassallo (2020) na reportagem para o jornal Estadão datada de 3 de abril de 2020, houve uma videoconferência no dia anterior, onde foram pontuadas as iniciativas a serem tomadas para que o projeto de expansão do CLA tenha início prontamente.

Na videoconferência ficou acordado que o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPED) não faria a remoção prevista das famílias devido ao cenário de calamidade nacional em decorrência da pandemia do COVID 19 que estamos vivendo. De certo modo, a medida é tranquilizadora. Porém fica claro e quase certo que após e superada a crise na saúde, novas famílias e comunidades serão afetadas com a retirada de suas terras, rompendo vínculos culturais e afetivos com as mesmas. Participaram da videoconferência o brigadeiro José Vagner Vital, vice-presidente da comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) da Força Aérea Brasileira, o coordenador Antônio Carlos Bigonha da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF), o membro titular do colegiado subprocurador-geral da República Mario Bonsaglia e o procurador da República no Maranhão Hilton Melo (VASALLO, 2020).

Já Carvalho (2020), na reportagem para o site “Brasil de Fato”, acrescenta que a remoção deve prejudicar aproximadamente 800 famílias de 30 comunidades quilombolas, de acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Assim como também é iminente a incorporação de mais 12.000 hectares de área ao CLA.

Embora não tenha uma data fixada e nem prevista para as futuras remoções das famílias afetadas, a iminente ameaça por novos deslocamentos compulsórios volta a tomar protagonismo com a deliberação definitiva da retomada da terceira fase de implantação do CLA, aflorando as tensões sociais entre os grupos que estão a ponto de perder seus bens essenciais. E dentre os bens essenciais vale chamar a atenção para os saberes e fazeres incorporados pelos grupos sociais em sua prática cotidiana. Corroborando com Nunes (2001), a presente pesquisa interpreta e entende esse saber-fazer “como elementos de distinção de uma forma de existir e viver”. E para analisar esses saberes e fazeres construtivos, optamos como objeto de estudo dessa pesquisa, o povoado de Canelatiua.

4.2 Canelatiua: a “terra da pobreza”

Canelatiua é um dos povoados situados dentro da área desapropriada pela Base, a denominada “área de segurança da Base” que corresponde a 30.000 hectares de terra, sendo quase a metade de toda a área desapropriada (ALMEIDA, 2006, p.24). É uma área considerada especialmente ameaçada pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space que atualmente representa as ações do governo, habilitada a comercializar e administrar o CLA. Segundo Nunes (2015), as ações e os projetos da referida empresa para atender a demanda do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) desconsidera as identidades e territórios consolidados historicamente nessa área.

Localizada no litoral nordeste do município de Alcântara, seu porto defronta-se para o Oceano Atlântico. No passado, foi um dos portos mais importantes e de maior circulação em Alcântara. Nunes (2001) em sua tese relata que no século XX os povoados portuários “constituíam-se em verdadeiras praças de comércio e os donos das vendas aí se colocavam também como donos das embarcações que fazia os fretes para os agricultores escoarem sua produção para a capital” (NUNES, 2001, p. 122).

Sendo assim, Canelatiua possui uma posição geográfica privilegiada, contando com dois acessos: o porto e a estrada. Muitos moradores relembram com nostalgia desse tempo onde muitos promoviam o comércio entre o povoado e a capital São Luís por meio do mar. No entanto hoje em dia, as relações comerciais entre Canelatiua e São Luís é quase inexistente e se resume ao escoamento de farinha e carvão. Os barcos, que antes existiam no porto, foram substituídos por canoas utilizadas para as atividades pesqueiras ainda presentes no povoado e destinadas ao consumo familiar ou ao comércio interno, conforme relatado e observado na pesquisa de campo.

Canelatiua designa-se localmente como *Terra da Pobreza* devido à forma como a comunidade teve acesso às terras, se apropriando delas através de doações explícitas de fazendeiros e por disposição registrada em cartório. Sendo assim, com relação ao direito adquirido de propriedade das terras e as apropriações das mesmas, Almeida (2006) afirma que “consistem numa conquista efetiva, historicamente consolidada, que não pode mais ser ignorada técnica e juridicamente” (ALMEIDA, 2006, p. 39).

Sobre a categoria de autodefinição incorporada pelo povoado de Canelatiua como *Terra da Pobreza* pode-se dizer que funciona também como meio de associar a identidade que a comunidade assumiu, diante das interações estabelecidas, ao território em questão. E

isto leva ao reconhecimento e a aceitação das fronteiras da sua unidade territorial (NUNES, 2015).

Estima-se que os povoados que compõem a *Terra da Pobreza* já possuem autonomia há mais dois séculos pelo menos, desde a derrocada da economia algodoeira. Segundo Almeida (2006, p. 144), “as chamadas Terras da Pobreza são subdivididas em quatro que têm como limite: a oeste, a antiga fazenda Mato Grosso; ao sul, as terras dos povoados de Brito e Itapera, limitado este pelo igarapé de Canelatiua; a leste, o oceano, e ao norte, pelo povoado de Retiro, alcança também o mar”.

Em termos demográficos, Canelatiua é o maior povoado da designada “terra da pobreza” segundo Nunes (2001). Além do porto marítimo, o povoado conta com um cemitério, duas igrejas (evangélica e católica), posto de saúde, escola até o 5º ano, duas mercearias, bar e posto telefônico. Outra edificação de caráter relevante na comunidade é o Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica de Canelatiua, inaugurado em 2016 na esfera das atividades de cooperação técnico-científica com o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA - UEMA), do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e Sindicato dos Trabalhadores. Abaixo, na figura 14, um registro da fachada principal do Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica, feito durante a pesquisa de campo.

Figura 14 – Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica em Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Entre os saberes e fazeres que estão expostos no Centro, vimos os cestos de palha (figuras 15 e 16) confeccionados manualmente por membros da comunidade fazendo uso da

folha da palmeira, através do emprego de tramas e traçados (MOURÃO, 2020). Infelizmente, na atualidade essas peças quase já não são mais confeccionadas pela comunidade.

Figura 15 – Produtos expostos no Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica



Fonte: autora (2020).

Figura 16 – Cestos expostos no Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

O povoado também é referido e reconhecido como “comunidade remanescente de quilombo”, assegurado pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT) da Constituição Federal promulgada em 1988, que institui como direito constitucional a propriedade definitiva das terras da referida comunidade nos seguintes termos: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (NUNES, 2001, p. 17).

O direito ao título de comunidade remanescente de Quilombo perante o Estado brasileiro assegura a Canelatiua o acesso aos recursos básicos necessários à sua reprodução física e social. Também é uma forma de garantir direitos territoriais em face de constante ameaça da desapropriação das terras pelo governo federal. Em função da iminente ampliação da Base de foguetes e da posta em prática da terceira fase de implantação do CLA, a comunidade sente que a conquista do seu direito à terra está ameaçada, podendo ser usurpada pelo atual governo, segundo a apreensão manifestada pelos próprios moradores do povoado.

A identidade quilombola assumida pelos agentes sociais no campo político pareceu-me assim indissociável da situação de conflito instaurada com a implantação da Base de lançamento de foguetes no município. Uma análise sobre o processo de construção identitária desses grupos, que se apresentam como comunidades remanescentes de quilombo, não dispensa o conflito como uma instância de mediação entre a construção da identidade quilombola e a delimitação de um território tido como de exclusividade étnica, consoante as ações de mobilização dos agentes, que redesenha inclusive o mapa do município de Alcântara (NUNES, 2015, p. 177).

No entanto, a auto titulação como comunidade remanescente de quilombo não é suficiente para a comunidade garantir seus direitos, sendo necessário a comunidade definir os elementos que compõem seu entendimento étnico e cultural, a fim de incorporar tais elementos para a construção da sua identidade coletiva. E nessa construção, o reconhecimento de saberes e práticas específicas ganham protagonismo na medida em que caracterizam e distinguem uma forma de existir e viver independente das relações de parentesco existente entre os mesmos. Para Nunes (2011), a noção de comunidade não se reduz ao grupo local de descendência e ainda inclui aquelas pessoas que mesmo residindo fora do povoado, mantém vínculos de pertencimento e/ou parentesco com estas comunidades.

A ideia de pertencimento, segundo Krucken (2017), principalmente em relação à dimensão simbólica é necessária e importante para que as pessoas possam se sentir parte de uma comunidade e possam com isso desenvolver ações, como cuidar do lugar e reconhecer direitos e deveres em relação ao seu território, na busca de experiências do bem viver e do bem comum. Podemos interpretar a sensação de pertencimento como a apropriação afetiva do território pelos seus habitantes.

As lutas e conquistas pelas comunidades remanescentes de quilombo ganharam cada vez mais conhecimento e visibilidade social por parte das próprias famílias que residem em Canelatiua, assim como pelas demais comunidades quilombolas. Diante desse reconhecimento, Canelatiua se tornou em 2008 uma das 10 Comunidades-Polos responsáveis pelas “Oficinas de Consulta para a Titulação”, organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores

e Trabalhadoras Rurais (STTR), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (Momtra) e Associação dos Moradores do Povoado Arenhengaua (Ampa), segundo Nunes (2015).

Dessa forma, a noção de direito às terras pode ser resumida ao direito de permanência assegurado pelo uso dos recursos naturais, pelas relações sociais e pelos detentores do saber prático, muitas vezes atribuído aos antepassados e aos mais velhos, ou aos direitos constitucionais assegurados pela condição de quilombola, que neste caso está relacionado às diferentes formas de acesso à terra e aos meios de transmissão destas (NUNES, 2001).

Nunes (2015) acrescenta ainda que a situação de conflito vivenciada em Canelatiua e a forma como estão organizados politicamente mediante mobilizações coletivas, constituem elementos que também justificam e ajudam a compreender a identidade de quilombo assumida e requerida pelas comunidades.

Com relação à cultura construtiva, objeto de estudo dessa pesquisa, sabe-se que no contexto de conflito existente entre a Base e os povoados ameaçados de deslocamento, como é o caso de Canelatiua, a comunidade positivou e valorizou por muito tempo às suas casas de taipa e palha em detrimento das casas de alvenaria de tijolo cerâmico fornecidas pela aeronáutica às comunidades que eram deslocadas para as *agrovilas*. Essa positivação por muito tempo serviu de luta e resistência, como narrou Nunes (2001) e confirmado nas conversas com a Sra. Dorinete Serejo Moraes, mais conhecida como Neta.

Segundo a Sra. Neta (2020), a aeronáutica quando implantou o CLA em 1980, trouxe a “casa modelo” feita com técnicas construtivas convencionais, ou seja, de alvenaria de tijolo cerâmico como modelo ideal de residência, quando ainda ninguém da comunidade possuía esse tipo de moradia. Como forma de resistir por um modelo padronizado de casa, a comunidade de Canelatiua não aceitou a imposição da Base e, conseqüentemente as “casas modelos” foram recusadas. Posteriormente e gradativamente, os moradores foram se rendendo a esse modelo, porém de forma autônoma e com recursos próprios deram início à construção de algumas casas de alvenaria.

Atualmente, percebe-se que a comunidade aos poucos se rendeu às técnicas construtivas convencionais com tijolo e telha cerâmica ou telha de fibrocimento, diante das inúmeras dificuldades encontradas em manter o método construtivo tradicional.

Também a forma de demonstrar resistência aos processos de subordinação externos, fez com que a comunidade adotasse o método convencional com alvenaria de tijolo cerâmico para construir suas próprias casas. Dessa forma, mostravam que não tinham interesse em aceitar as “casas modelo” fornecidas pela aeronáutica ou as “casas de projeto” subsidiadas

pelo Governo, por meio do Programa Nacional Habitacional Rural (PNHR), visto que eles mesmos eram capazes de construir suas próprias casas com tijolo cerâmico.

O PNHR consiste em um programa criado pelo Governo Federal “com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando, ampliando ou concluindo uma existente” (CAIXA, 2020), no âmbito do programa *Minha Casa Minha Vida – Habitação Rural*. O processo de organização e planejamento, assim como de seleção das famílias, é realizado por Entidades Organizadoras sem fins lucrativos, como cooperativas e sindicatos. As casas de projeto que existem em Canelatiua são parte do Programa organizado por uma entidade do município de Santa Maria. Em Canelatiua não existe, até o momento, nenhuma entidade organizadora do PNHR.

As entidades são responsáveis em formar grupos de pessoas interessadas em participar do PNHR. Os beneficiários interessados devem cumprir alguns pré-requisitos determinados pelo programa. Porém, para que o beneficiário seja apto ao programa, o critério principal são os limites de renda. A contrapartida do beneficiário é efetuar o pagamento em quatro parcelas anuais de 4% do valor do subsídio concedido para a construção ou conclusão, reforma, ampliação da unidade habitacional.

4.3 Chegando em campo

Partindo de São Luís, capital do Maranhão, saindo do terminal da Ponta da Espera, alcançamos o município de Alcântara pelo terminal do Cujupe. A travessia da Baía de São Marcos é de 22 km em mar aberto e pode ser feita em ferry-boat, transporte com capacidade para mais de 1.000 passageiros e setenta veículos, em média por embarcação, segundo dados da empresa Serviporto. Duas empresas de embarcações de transportes intermunicipais de passageiros de modal aquaviário fazem essa travessia em São Luís, a Internacional Marítima e a Serviporto. Ambas oferecem travessias a cada hora pré-fixadas ao longo do dia que duram em média uma hora e meia. Escolhemos a empresa Serviporto e saímos do terminal da Ponta da Espera às 7h da manhã de sábado do dia 29 de fevereiro de 2020.

Chegando ao terminal do Cujupe percorremos de carro próprio pela MA-106 em direção à cidade de Alcântara, até atingirmos o ramal à direita da MA-106 que leva ao povoado de Canelatiua. Nossa experiência acerca da comunicabilidade e acessibilidade às comunidades rurais de Alcântara constatou o mesmo que havia relatado Pflueger em seu livro, onde diz que “o acesso aos povoados é feito por estradas de terra, dificultando as trocas

comerciais e favorecendo o isolamento” (PFLUEGER, 2018, p. 166). No percurso passamos por vários outros povoados até chegarmos a Canelatiua, localizada no fim da linha da estrada carroçável. Muitos desses povoados margeiam a estrada e deixam a vista suas roças e construções características, como as casas de taipa e palha. A figura 17 ilustra nossa saída do Terminal do Cujupe rumo à cidade de Alcântara.

Figura 17 – Terminal do Cujupe no município de Alcântara



Fonte: autora (2020).

A nossa chegada ao povoado no final de fevereiro, em plena estação chuvosa não foi dificuldade, visto que no dia que chegamos estava um dia ensolarado e a estrada de terra ou designado *ramal* (figura 18), que leva a Canelatiua encontrava-se em razoável estado. O incômodo se deve a trepidação dos pneus tornando todo o trecho da viagem pelo ramal trulculenta. Podendo ser ainda pior quando está chovendo, inclusive podendo ser interrompida em alguns trechos.

Figura 18 – Estrada de terra ou designado *ramal* que leva a Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Figura 20 – Chegando à Canelatiua e vislumbrando o verde da vegetação densa e nativa



Fonte: autora (2020).

Abaixo, na figura 21, também podemos apreciar essa tranquilidade percebida logo ao chegar ao povoado de Canelatiua em meio ao verde. Por ser uma comunidade isolada e distante do centro urbano e também da rodovia, não encontramos forasteiros, sendo nossa presença percebida por todos os moradores e inusual à rotina das famílias que ali residem.

Figura 21 – Chegando à comunidade de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Em seguida, perguntamos a alguns moradores logo no início do povoado, onde se situava a casa da nossa anfitriã (figura 22). Já havíamos recebido o convite de pernoitar na casa da Sra. Dorinete Serejo Moraes, a Neta.

Figura 22 – Casa da nossa anfitriã Sra. Dorinete Serejo Moraes



Fonte: autora (2020).

A Sra. Neta é líder comunitária, que se tornou ainda mais atuante após a morte do seu padrinho o Sr. Domingos Ramos Ribeiro que faleceu há aproximadamente um ano atrás. Na tese da Patrícia Portela Nunes, percebemos a presença constante e relevante do Sr. Domingos na vida da comunidade. O mesmo assumia a condição de porta voz dos interesses das famílias da comunidade no contexto de conflito social ocasionado pelo conjunto dos atos governamentais efetuados pelo governo do Estado a partir da implantação da Base. Na sua ausência, percebemos que a Sra. Neta assumiu seu lugar de fala. Demonstração da importância do Sr. Domingos para a comunidade, sentimos também ao nos deparar com um *banner* (figura 23) exposto no Centro de Saberes sobre a vida do mesmo.

Figura 23 – Banner exposto no Centro de Saberes de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

A Sra. Neta nasceu em Canelatiua, mas foi para São Luís estudar e cursar o ensino médio. Primeiramente morou com a tia na Vila Palmeira e depois na Vila Embratel. Após concluir o ensino médio trabalhou um ano na ilha até retornar há pouco mais de duas décadas, com vinte e quatro anos de idade, para o povoado de Canelatiua, onde trabalha como agente de saúde no único Posto de Saúde da comunidade. Hoje em dia também possui um comércio, que abriu há aproximadamente dois anos. A Sra. Neta participou do documentário “Mulheres guardiãs da floresta”, uma série de documentários que reúne histórias de vida de lideranças femininas (quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, extrativistas) que enfrentam desafios diários, como os problemas socioambientais e, no caso da Sra. Neta a luta pelas terras e a resistência à implantação e agora ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Canelatiua conta atualmente com aproximadamente cinquenta e duas famílias e setenta casas, segundo o relato da Sra. Neta. As principais fontes de renda são aposentadorias, pensões e bolsas família. A agricultura é de subsistência e a pesca artesanal, corroborando com Pflueger (2018, p. 167) que relata “na zona rural, a agricultura de subsistência é centrada no plantio da mandioca, banana, milho, arroz, na produção tradicional do carvão vegetal, na extração do coco de babaçu e na pesca artesanal”.

Embora em menor escala, o povoado também vive da pesca e a agricultura se resume primordialmente a plantação e ao cultivo da mandioca. O plantio do arroz, segundo relatos já é quase inexistente. Por sua vez, a aposentaria dos idosos representa uma importante fonte de recursos das unidades familiares, quase sempre utilizadas não só nas despesas domésticas, mas também no sustento de filhos e demais parentes. Muitas vezes esse recurso também é utilizado para propiciar e financiar o estudo e a estadia de filhos e netos no meio urbano. Diante disso, os idosos assumem e ocupam uma posição relevante que efetiva tradicionalmente uma autoridade incorporada por eles.

Na pesquisa de campo entrevistamos e escutamos seis narrativas, contadas por Dorinete Serejo Moraes - Neta (quarenta e seis anos), José Inaldo Correa Ribeiro (sessenta e sete anos), Maria José Serejo Lopes - Maria Preta (cinquenta e oito anos), Lorenzo Boaventura Ferreira – Digé (setenta e um anos), Aldenora da Conceição Garcia (sessenta anos) e Honorato Diniz Serejo (oitenta e quatro anos). A exceção da Sra. Neta, todos os moradores com os quais conversamos são idosos. A Sra. Neta, por sua vez é líder comunitária bastante atuante e detentora dos dados quantitativos e informações relativas a todas as famílias que residem no povoado e, também daquelas que já não moram na comunidade, porém mantém o vínculo de pertencimento e/ou parentesco. Esse vínculo de pertencimento,

muitas vezes é sentido por meio de suas moradias, que embora vazias, são mantidas fechadas no povoado.

Por meio das narrativas, coletamos as informações necessárias para a compreensão da cultura construtiva local e os motivos e razões pelas quais estão sendo substituídas por técnicas convencionais de construção. Nas conversas informais também foi possível abordar questões sociais e econômicas relativas à comunidade e desse modo conhecer as dificuldades enfrentadas no dia a dia do povoado, assim como os ensejos dos mais idosos de melhores condições de vida para seus descendentes. Todos os moradores do povoado com os quais tivemos contato, invariavelmente se autodefinem como pretos e quilombolas, manifestando e enaltecendo a identidade coletiva, fruto da territorialidade correspondente.

Constatou-se também que a autoridade da Sra. Neta permanece reativada e fortalecida diante da iminente ampliação da Base e diante de um contexto dramático e conflitivo em que percebem os riscos de deslocamento compulsório da comunidade em questão. Sua autoridade também é reconhecida diante do seu conhecimento acumulado sobre todas as famílias que estruturam o povoado. A história oral detalhada do grupo em questão foi transmitida graças a esse saber genuíno, somado a uma competência e habilidade inerente da nossa anfitriã, também construída diante da experiência atuante como líder social.

A seleção dos moradores com os quais conversamos foi conduzida pela própria Neta, ao intermediar e nos indicar todas as pessoas que ainda residem em casas de taipa, favorecendo em certa medida para o esclarecimento das questões relativas à cultura construtiva local. Conforme explica Almeida (2006), através dessa modalidade discursiva, os entrevistados expõem suas tradições, seus elementos identitário e suas formas de uso dos recursos naturais propiciando informações que dificilmente poderão ser checadas inteiramente, mas nem por isso constituem verdades ou mentiras, sendo somente a realidade do que vivem e acreditam.

Também tivemos a oportunidade de visitar juntamente com nossa anfitriã a praia (figuras 24 e 25) próxima ao povoado, podendo constatar como a natureza mesmo estando remota e apartada da civilização ainda sim pode sentir os estragos da degradação do meio ambiente. Um paraíso que possui ao longo das suas areias inúmeros lixos advindos do mar.

Figura 24 – Lixo recolhido na praia próxima ao povoado de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Figura 25 – Praia próxima ao povoado de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Um aspecto importante no âmbito desta pesquisa, foi identificar logo no início do trabalho de campo quem detinha a autoridade de reconstituir a história do lugar e, coincidentemente foi quem havia nos recebido e nos hospedado. Facilitando sobremaneira o acesso a todas as informações que precisávamos. Com exceção da Neta, todos os demais que detinham essa autoridade eram as pessoas mais idosas do povoado, sejam homens ou mulheres. A maioria dos informantes e principalmente nossa anfitriã, estabeleceu uma relação entre a história e a identidade coletiva da comunidade nos seus relatos. Ficando clara sua

demanda junto aos órgãos competentes de reconhecimento como remanescente de quilombo e sua luta por reconhecimento como mulher negra.

Percebemos também certa familiaridade por parte dos moradores do povoado, e principalmente por parte da nossa anfitriã, em lidar com a nossa presença, visto que desde a implantação da Base de lançamentos de foguetes os mesmos estão acostumados com pesquisadores e agentes sociais externos.

Alvo de intervenção do poder governamental, os moradores do município são recorrentemente interpelados pela presença de agentes do governo que chegam para realizar levantamentos, cadastrar, aplicar questionários, dentre outros atos; atualizar enfim, por meio de ações diferentes, formas de classificação fundamentadas em categorias pré-construídas, como “trabalhadores rurais”, “quilombolas”, “negros”, “moradores das agrovilas” ou “pobres”. Os pesquisadores, por sua vez, atraídos pela situação de conflito têm orientado seus interesses de pesquisa para os povoados do município (NUNES, 2001, p. 23-24).

Sobre as moradias, constatamos que no povoado existem ainda doze casas de taipa e cinco de adobe, do total de aproximadamente setenta casas existentes atualmente no povoado. Segundo a Sra. Neta (2020), a técnica construtiva tradicional de adobe não foi aprofundada em Canelatiua, sendo mais característica de outras comunidades como São João de Cortes. Neta ainda completa que a técnica com adobe “não é da cultura de Canelatiua”, relacionando claramente o sistema construtivo como parte integrante da cultura da comunidade. Nas conversas e entrevistas realizadas logramos identificar as inúmeras razões pelas quais a cultura construtiva da comunidade está se perdendo com o tempo.

Um dos motivos indicados pelos próprios entrevistados, a saber; é a dificuldade crescente em encontrar os recursos naturais estratégicos para a produção de moradias de taipa e palha, como a madeira utilizada na construção das casas, denominada Pau de Candeia (*Plathymenia foliolosa Benth*), também conhecida e chamada pelos moradores de Pau Amarelo. Nos dias de hoje, quando encontradas próximas ao povoado, não estão maduras suficientes para resistir aos anos. Dessa forma os moradores precisam ir mais distante e adentrar cada vez mais na mata para encontrá-las em boas condições para construir.

As narrativas adquiridas em campo proporcionaram o entendimento de como a comunidade se relaciona com suas moradias e com as técnicas construtivas tradicionais, assim como os valores atribuídos as mesmas. Notadamente valores econômicos, sociais e culturais. Também a compreensão da forma como essas moradias estão desaparecendo ao longo do tempo, como algo natural e espontâneo. Fruto de inúmeras razões práticas, mas também da

persuasão que os centros urbanos causam aos mais jovens, quando estes vão estudar na cidade e retornam ao povoado com o desejo de morar em casas de alvenaria de tijolo cerâmico.

Além disso, a relação com a natureza tem mudado no que diz respeito à apropriação dos recursos naturais e matérias-primas para a construção das casas. A forma como esse ecossistema local tem respondido ao incessante extrativismo, tornando-se frágil a partir da devastação das matas ao longo do tempo. A natureza na comunidade em questão, como explicou Almeida (2006, p. 32), “pode ser entendida como produto de um repertório de práticas centenárias de uso comum, encetadas em Alcântara por unidades de trabalho familiar organizadas em povoados a partir da desagregação das fazendas”.

Dessa forma fica claro a recorrência do discurso que o estoque de recursos disponíveis já não é o de outrora, tornando-se gradativamente mais escasso nas proximidades do povoado e conseqüentemente mais difícil o acesso aos mesmos. Uma maior distância para encontrar madeiras e palhas apropriadas para a construção, assim como a falta de jovens para extrair esse material é sem dúvida um dos motivos pelos quais a cultura construtiva tradicional dessas comunidades está desaparecendo.

Conseguimos apurar muitos relatos concernentes a iminência do desaparecimento das técnicas construtivas tradicionais no povoado em questão. Motivos estes que trataremos com mais detalhes no Capítulo 5, referente às Reflexões em Campo. Podemos presumir que é uma realidade que pode ser interpretada e expandida para os demais territórios remanescentes de quilombo que existem em Alcântara. Tal como apontado por Almeida (2006), uma vasta gama de povoados em Alcântara se inter-relacionam em muitos aspectos, incluindo a forma de produzir suas moradias, convergindo para um território étnico determinado.

E embora, Canelatiua não tenha sido afetada diretamente pela implantação da Base, não fazendo parte dos povoados que foram deslocados compulsoriamente para as agrovilas, a apropriação de grandes extensões de terra pelo CLA restringiu de um modo geral o estoque de recursos naturais ao alcance de todas as comunidades, fato confirmado por Almeida (2006) que afirma, “a implantação da Base militar provocou uma migração forçada e uma catástrofe natural” (ALMEIDA, 2006, p. 33).

Finalmente, os registros obtidos em campo, que serão relatados no seguinte capítulo, constituíram narrativas de reconstituição histórica de como as casas eram produzidas ao longo do tempo, registros estes em forma de narrativas propiciadas pelos próprios moradores ou pela nossa principal narradora, a Sra. Neta. Também ouvimos muitas histórias relativas a constante ameaça de deslocamento compulsório e a luta para que isso não aconteça. E

constatamos que o trabalho de campo, em certa medida, consiste em um meio de dar visibilidade a grupos sociais, territórios e situações, que permanecem na invisibilidade social.

Com relação à elaboração da cartilha, infelizmente não foi possível devido à pandemia do COVID-19. O objetivo era voltarmos ao povoado em uma 2ª visita de campo para registrar por meio de imagens, o sistema construtivo com técnicas tradicionais realizadas na comunidade quilombola de Canelatiua. Apreenderíamos neste momento a demonstração de como é feita uma parede de taipa na comunidade, segundo seus saberes. Dessa forma, esse conhecimento ficaria registrado em imagens para gerações futuras e até mesmo para caso a técnica tradicional seja erradicada, como possivelmente venha a acontecer, naturalmente, segundo demonstra a pesquisa.

5. REFLEXÕES E RESULTADOS SOBRE O CAMPO: análises dos discursos, práticas e percepções em campo

O ato de aprender, de se apropriar de informações e de concepções teóricas para, posteriormente, ter condições de exercitar a própria consciência crítica deve ser considerado como um dos objetivos centrais dos que buscam trilhar pelos caminhos da pesquisa. (MARCONDES e BRISOLA, 2014, p. 208).

Nas conversas informais e entrevistas semiestruturadas realizadas na pesquisa de campo em Canelatiua percebemos a importância da memória e da lembrança como elemento de reconstrução e reconhecimento do que já foi visto e vivido, como abordamos no início do trabalho. Essa memória e lembranças dos fatos já vivenciados pelos mais idosos os convertem nos melhores narradores da cultura construtiva do povoado. Sendo a memória dessas pessoas provedora dos repertórios necessários para a construção das narrativas e, conseqüentemente, coletânea suficiente para elaborarmos as reflexões e percepções obtidas em campo.

Em todas as conversas, decidimos por utilizar o gravador. Embora a espontaneidade do narrador possa ficar ameaçada diante desse instrumento, relevamos sua utilidade e importância ao nos permitir o registro da narrativa, e com isso facilitando *a posteriori* a lembrança da cena e do contexto daquele momento. No entanto, nosso propósito é analisar os discursos e as práticas obtidas em campo, e não simplesmente reproduzir a oralidade dos narradores em um texto escrito. Nas referências às citações dos entrevistados recorreremos à identificação por nome e sobrenome. Isto se deve a postura adotada de igualar o tratamento dado às referências, sejam de autores academicistas, sejam dos moradores do povoado.

Deste modo, dedicamos o Capítulo 5 às reflexões, ou seja, às análises e as interpretações dos discursos e práticas obtidas em campo. Para isso, foram necessárias certas tarefas, tais como: gravar e anotar as narrativas; ouvir inúmeras vezes as gravações; transcrever, revisar incansavelmente a transcrição e, finalmente, selecionar, organizar e formatar todo o material coletado. Sendo assim, a observação direta e a história oral dos moradores locais verificados *in loco* no povoado foram os meios utilizados para elencar as categorias de análise em triangulação com as falas, as conversas e os pensamentos emitidos durante a pesquisa de campo em interlocução com os autores da fundamentação teórica que embasam a realização deste trabalho.

O material de análise se resume a seis narrativas, contadas por: Dorinete Serejo Moraes, José Inaldo Correa Ribeiro, Maria José Serejo Lopes (Maria Preta), Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé), Aldenora da Conceição Garcia e Honorato Diniz Serejo. Estas

narrativas foram divididas em categorias. Por meio dos relatos do Sr. José Inaldo Correa Ribeiro e da Sra. Dorinete Serejo Moraes, logramos conhecer um pouco da história de vida dos moradores – pretos e quilombolas – que residem no povoado. As conversas informais e espontâneas nos proporcionaram identificar e analisar as percepções dos moradores sobre os valores relacionados a cultura construtiva da comunidade.

No entanto, a análise destas narrativas permitiu evidenciarmos não só aspectos referentes à cultura construtiva, mas também certos temas e problemas enfrentados, tipos de formulações e opiniões, ou princípios de condução de vida, dessas pessoas.

5.1 Práticas e percepções em campo: palavras de quem detém a memória da comunidade

Por meio dos relatos do Sr. José Inaldo Correa Ribeiro e da Sra. Dorinete Serejo Moraes, assim como das conversas informais e espontâneas com outros moradores de Canelatiua, logramos conhecer um pouco da história de vida das pessoas que residem no povoado e principalmente identificar e analisar a relação que as mesmas possuem com suas moradias e com a cultura construtiva do território em questão. Ambos residem atualmente em casas de alvenaria de tijolo cerâmico. Por meio de suas memórias nos relataram o tempo e a experiência de quando viviam em casas feitas com técnicas construtivas tradicionais.

A análise destas narrativas permitiu evidenciar certos temas e problemas relativos não só à cultura construtiva do território, mas também outros aspectos relevantes da vida na comunidade. Também nos foram evidenciadas formulações de teorias e opiniões ou princípios de condução de vida (ou que a esta conduzem) que nas narrativas aparecem latentes e que nos traduzem histórias de vida. A Sra. Dorinete, como líder comunitária atuante detém não só memórias, mas também possui dados e informações (devidamente anotados) acerca de todos os moradores, assim como dos tipos de moradias existentes no povoado. Foi quem nos contabilizou e narrou sobre todas as casas de taipa e adobe que ainda persistem em Canelatiua. E apesar de não intencional, o fato de estarmos hospedados na casa da Sra. Dorinete, muito favoreceu a qualidade das informações que pudemos dispor.

5.1.1 O Sr. José Inaldo Correa Ribeiro

Nascido em 27 de novembro de 1952, possui sessenta e sete anos de idade. Ele é natural de um pequeno povoado (localizado na BR), próximo à comunidade de Santa Maria.

O mesmo reside há quarenta e três anos em Canelatiua. Está casado há quarenta com a Sra. Joana Batista. Embora não seja natural de Canelatiua, relata que sua descendência é de lá. Segundo o Sr. José Inaldo, sua mãe após contrair matrimônio foi embora de Canelatiua e só retornou quando ele tinha vinte e poucos anos. Considera-se Alcantarense, com muito orgulho. Hoje em dia, é membro da Associação de Moradores de Canelatiua.

Quando o pai faleceu, o Sr. José Inaldo ajudou a mãe a cuidar dos seus irmãos. Diz já ter criado várias gerações, entre irmãos, filhos e netos. Assumindo desde muito cedo as responsabilidades que competem a um pai, segundo sua fala “fazendo a sombra de pai”. Atualmente tem duas netas que vivem com ele em Canelatiua, enquanto a filha (a mãe das crianças) trabalha em São Luís-MA.

Foi o único dos irmãos que não foi para São Luís-MA concluir os estudos, pois na época o povoado oferecia o ensino apenas até o 4º ano. A vida toda exerceu a profissão “legítima” de lavrador. Refere-se dessa forma, por ser a profissão com a qual se aposentou e recebe sua aposentadoria. No entanto, sempre exerceu a atividade de pescador também. Dessa forma, considera-se lavrador e pescador. Conta que antigamente toda a lavoura da mandioca e a fabricação da farinha eram feitas manualmente e hoje em dia diz que “evoluiu muito” porque já dispõem de máquinas que facilitam muito o trabalho.

Com relação à sua moradia, diz ter adquirido o terreno quando se casou. Antes morava com a mãe em outra gleba. Após comprar o terreno, construiu sua casa de taipa. Segundo sua fala aprendeu a técnica com seu pai e até hoje sabe fazê-la.

Sei fazer uma casa de taipa. É uma mão de obra também bem grande. Você tem que ir pro mato, tira os esteios, que se chama, né! Aí aproximadamente deve ser uma faixa de 100/200 esteios para fazer uma casa maiorzinha. Aí tira as varas. Aí era coberta de palha também, pindoba, né! ...outra coisa que quase não se usava na casa também, era só banco de madeira. Hoje é o plástico, o sofá, é a cadeira que você tem também. Aí as privadas era tudo no mato. (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Os esteios são peças de madeira que servem para segurar ou escorar as paredes. Enquanto a palha de pindoba é retirada da folha da palmeira de babaçu e serve para cobrir as casas. Na figura 26, um registro da palha de pindoba a ser utilizada como cobertura.

Figura 26 – Palha de pindoba no povoado de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Hoje em dia o Sr. José Inaldo mora em uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico, construída há aproximadamente seis anos. O mesmo teve que comprar os materiais necessários e contratar a mão de obra de pedreiros e carpinteiros para construir sua casa com técnicas construtivas convencionais.

A diferença da casa de alvenaria para a de taipa é porque mesmo você rebocando toda a casa de taipa, mas as cascas das varas das madeiras, elas apodrecem e fofa. Aí cai o reboco todo. Aí você tem que tá de vez em quando renovando, de vez em quando renovando, porque ela não segura direito. (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Quando questionado sobre fazer sua casa de adobe, o Sr. José Inaldo disse não se sentir seguro com a técnica, já que “utiliza massa crua”. E relata, “nunca fui chegado à casa de adobe, primeiro porque é uma massa crua e aí eu tinha medo de umedecer e ela desmoronar. Aí era pior” (JOSÉ INALDO, 2020). A casa de alvenaria não está finalizada, mesmo após iniciada há seis anos. A fase de acabamento, segundo o Sr. José Inaldo, é muito dispendiosa. Porém diz estar “bem começado, graças a Deus, tá bem começado” (JOSÉ INALDO, 2020).

As construções das casas de taipa não dependiam de dinheiro para a contratação de mão de obra ou para a compra dos materiais, visto que a comunidade se organizava para ajudar, desde a retirada da matéria-prima nas matas até a construção da casa. Todo o processo era autônomo e não necessitava da ajuda de pessoas alheias à comunidade. A contratação de mão de obra de um pedreiro, assim como a compra de materiais para a construção de casas de alvenaria de tijolo cerâmico, supõe um custo e uma arrecadação que não fica na comunidade.

Não dependia de dinheiro para comprar né... você ia pro mato, você mesmo tirava, eu mesmo armava, eu mesmo construía tudo. As portas não eram de madeira na época. Eram tudo de mançaba feito da palha de pindoba. Eu sei

fazer também. Então era muita vantagem, não era preciso dinheiro, né... eu mesmo fazia. E aí, já era uma economia a mais sobre isso (...) mais frágil, mais (...) (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

E sobre a necessidade de contratar mão de obra de pessoas alheias à comunidade, relata que não era necessário quando fazia sua casa de taipa, narrando “sempre aqui nesta comunidade, sempre nós gostamos de trabalhar em mutirão” (JOSÉ INALDO, 2020). A comunidade se ajudava mutuamente, não havia contratação de mão de obra por meio de dinheiro. Com a ajuda da comunidade, fazia-se uma casa em aproximadamente uma semana. A casa possuía geralmente, um quarto, uma sala e uma varanda. Sendo a varanda alargada, ocupando toda a frente da casa. Muitos não tinham cama e dormiam em redes espalhadas por esses ambientes.

Saía tudo fácil pra nós. Eu podia não ter nenhum tostão. Na hora que eu dizia... rapaz, vou fazer minha casa, tô com o material pronto. Aí faz o mutirão, com uma semana eu já tinha armado, já tinha coberto. Isso é só coisa que você faz tudo muito rápido, armar e cobrir. Tapar é questão de uma manhã. Você envara tudinho, amarra as varas tudinho... aí reúne o pessoal para tapar em uma manhazinha, você tapa. Aí, o solo era batido com um pau grande, que a gente chama manceto. Se batia, se fazia e não se gastava esse dinheiro (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

A decisão por construir uma casa de alvenaria e não seguir mantendo a casa de taipa e cobertura de palha como sempre havia feito foi justificado na recorrente manutenção exigida por esta última. Decidiu por construir a casa de alvenaria quando estava “com mais resistência” e “mais forte”, referindo-se a aproveitar enquanto ainda tinha saúde e disposição física. A retirada do material na natureza e o transporte do mesmo até o povoado, também exigem esforço físico e a idade cada vez mais avançada resulta em um dificultador.

Outro ponto destacado sobre a manutenção é a necessidade de rebocar a casa de taipa com certa frequência. Mas, ainda sim, relata que a casa de taipa depois de “tapada” e rebocada não consegue ser diferenciada de uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico. Segundo o Sr. José Inaldo “Tinha pessoas que chegava aqui na minha casa e perguntava: Inaldo, essa casa é de adobe ou de tijolo? Não, é de taipa. Tudo rebocadinho, tudo acabadinho, sem custar dinheiro” (JOSÉ INALDO, 2020). Nós constatamos o esforço em diferenciar as técnicas construtivas utilizadas ao nos depararmos com duas casas vizinhas, sendo a casa rosa à esquerda de taipa e a casa verde à direita de alvenaria de tijolo cerâmico, conforme figura 27. Quem nos esclareceu a respeito de cada técnica construtiva utilizada foi a Sra. Neta.

Figura 27 – Casas (taipa e alvenaria de tijolo cerâmico) no povoado de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Quando questionado sobre como havia aprendido a fazer sua casa de taipa, o Sr. José Inaldo relatou que aprendeu observando o pai fazer e fazendo também. Segundo relato, as crianças aprendem desde muito cedo as técnicas, observando e participando. E quando se tornam adultos e contraem matrimônio, constroem suas próprias casas.

Isso aí vem de (...) desde criança porque eu aprendi com os mais velhos, meu pai que foi o primeiro a eu ver construir uma casa depois que a família cresceu. Ele teve que desmanchar o casebrezinho e fazer uma maior. (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Vale ressaltar que o Sr. José Inaldo participou da construção de quase a totalidade das casas de taipa que havia e ainda há no povoado de Canelatiua. Juntamente com a Sra. Neta foi quem nos indicou e quantificou todas as casas de taipa e adobe que atualmente existem na comunidade.

5.1.2 A Sra. Dorinete Serejo Moraes

Mais conhecida como “Neta”, nasceu em Canelatiua e toda sua família é natural de Alcântara-MA. A Sra. Neta tem quarenta e seis anos e foi quem nos recepcionou e nos hospedou no povoado. Fica claro a sua condição de porta-voz e líder comunitária de Canelatiua. Reconhecidamente portadora da história do grupo, foi ela quem nos facultou o acesso aos “informantes-chave” que conforme explica Nunes (2011), são aqueles “reconhecidos como detentores da memória coletiva” (NUNES, p. 36, 2011). Contar com a participação e companhia da Sra. Neta no decorrer da pesquisa de campo foi imprescindível para a obtenção dos dados e das informações que almejávamos, assim como das narrativas aqui tratadas, fazendo toda a diferença na coleta dos dados.

Com relação à sua moradia, a Sra. Neta relatou que sempre residiu no mesmo local. Sendo nessa casa onde ficamos hospedados e escutamos os inúmeros relatos sobre a cultura construtiva do povoado e histórias de vida dos moradores. A casa passou por inúmeras mudanças, desde que seus pais se casaram há 58 anos. Porém, sempre ocupando o mesmo terreno. A configuração atual já tem quatorze anos e foi feita com técnicas construtivas convencionais, ou seja, de alvenaria de tijolo cerâmico.

No entanto, sua infância foi vivida em uma casa de taipa com cobertura de palha. A primeira mudança ocorreu quando a filha mais velha do casal faleceu aos vinte e dois anos. Devido ao ocorrido, o filho que morava em São Luís-MA, voltou a residir no povoado com o intuito de ajudar a mãe a superar tamanha tristeza. Logo, esse filho casou e levou a esposa para morar com a família. Foi quando a casa sofreu a primeira alteração, pois o pai decidiu dividir a sala para construir um quarto para o jovem casal. O casal ficou morando na casa junto com a família, até adquirir uma casa pronta de alguém que havia ido embora de Canelatiua.

A Sra. Neta foi embora do povoado para estudar o ensino médio em São Luís-MA. Na capital, sempre morou com familiares, primeiramente na Vila Palmeira e depois na Vila Embratel. Após concluir o 3º ano do ensino médio no Centro de Ensino Liceu Maranhense, ficou um ano em São Luís-MA entre idas e vindas para Canelatiua, até voltar definitivamente para o povoado, após passar no concurso para agente comunitária de saúde, assumindo o posto de saúde do povoado. Além de trabalhar como agente comunitária de saúde, a Sra. Neta possui há dois anos um comércio. Diz que somente voltaria a morar em São Luís-MA se fosse para estudar Ciências Sociais, no entanto depois que o pai faleceu, vê poucas possibilidades de voltar, pois não pensa em deixar a mãe sozinha em Canelatiua.

Coincidindo com a ocasião do retorno à comunidade, após concluir o ensino médio, a casa passou por outra alteração. Dessa vez, a reforma consistiu na substituição da cobertura de palha por uma cobertura de telha cerâmica. Quando da substituição da cobertura, aproveitaram para fazer três quartos na casa. Para acrescentar os novos quartos na casa existente, foi necessário ampliar o fundo com novas paredes de taipa. Conta que essa mudança implicou mexer na estrutura existente, mantendo poucas paredes da casa no formato original.

A alteração seguinte compreendeu a construção de um banheiro, dividindo o espaço da despensa existente. O motivo foi a fossa rudimentar que cada vez mais enchia de água quando chovia. Para essa alteração, um dos irmãos que morava em São Luís-MA foi ajudar o pai a fazer o serviço. E assim, a casa de taipa esteve erguida e habitada durante muitos anos, até

decidirem desmanchá-la para construir uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico (figura 28). A essa altura, o pai já contava com pouco mais de setenta anos. Foi a segunda casa de alvenaria de tijolo cerâmico a ser construída na comunidade e já conta com catorze anos. Segundo a Sra. Neta, desse tempo até hoje, todo ano ocorre no povoado alguma substituição de casa de taipa por casa de alvenaria de tijolo cerâmico.

Figura 28 – Casa da Dorinete Serejo Moraes em Canelatiua



Fonte: autora (2020).

A Sra. Neta relatou ainda que, o pai já não tinha condições físicas para fazer as manutenções que a casa de taipa exigia e por isso decidiram construir a casa de alvenaria de tijolo cerâmico. Também os demais filhos já não moravam no povoado e, portanto, o pai já não podia contar com essa ajuda. Queriam algo mais definitivo que não necessitasse de tantos reparos. Somado a esse motivo, conta também que foi um gesto de resistência ao CLA, visto que o mesmo sempre menosprezou as casas de taipa, oferecendo em troca casas de alvenaria para os moradores de Canelatiua e região. Ao construir a casa de alvenaria, demonstraram autonomia para levantar suas próprias casas com técnicas construtivas convencionais. Segundo Krucken (2017) uma forma de (re)significar as lutas e resistências no território. Demonstrando ser possível a não subordinação às políticas impostas pelo governo em decorrência do CLA.

Conforme sua recordação, a primeira casa de taipa era composta de uma sala, um quarto, uma despensa e uma cozinha aberta com parede baixa de aproximadamente 1,00 metro de altura. Nessa casa, todos dormiam em redes no mesmo quarto. E à medida que as crianças iam crescendo, se mudavam para a sala. Somente muito tempo depois foi que passaram a dormir em camas. A Sra. Neta também contou que na casa sempre havia alguém

de fora e que dificilmente ficava somente a família. Ela mesma quando voltou de São Luís-MA, levou consigo uma amiga para conhecer Canelatiua. Também um casal de sobrinhos morou um tempo na casa junto aos avós, quando uma das suas irmãs separou.

Seu pai tinha barco que transportava a mercadoria para São Luís-MA (Camboa). Os barcos eram os únicos meios de transporte que havia na época. Como Canelatiua só tinha acesso pelo mar, seus moradores tinham pouco contato com a sede em Alcântara-MA. O contato acontecia de forma direta e mais intensa com a capital. O barco transportava todos os produtos que eram produzidos no povoado e também trazia mercadorias que não eram encontradas na comunidade. Dentre os produtos que eram levados para São Luís-MA, estavam: melancia, coco, limão, banana, babaçu, dentre outros.

Também por conta do acesso limitado, a maioria dos jovens quando decidiam estudar fora do povoado, optavam por São Luís-MA e não por Alcântara-MA, uma vez que aproveitavam a travessia e o transporte que acontecia com frequência para a capital. Por conta dos transportes que fazia, o pai da Sra. Neta passava muito tempo fora de casa e como se diz no povoado, “embarcado”. Seus pais tiveram dez filhos.

Quando seu pai faleceu, moravam na casa a Sra. Neta, sua mãe e uma sobrinha. Pouco tempo depois, a sobrinha foi morar com a mãe em São Luís-MA, ficando somente a Sra. Neta e a matriarca da família no povoado, permanecendo somente as duas até os dias de hoje. A mesma contou que cumpriu vinte e quatro anos morando em Canelatiua e trabalhando como agente comunitária de saúde, depois que retornou de São Luís-MA. Também relatou que seus irmãos estiveram presentes em todas as alterações pelas quais a casa passou. Assim como na construção da casa de alvenaria, porém dessa vez como ajudantes de pedreiro. Para essa construção tiveram que contratar a mão de obra de um pedreiro e comprar material fora da comunidade. Quando questionada sobre a substituição da casa de taipa pela de alvenaria de tijolo cerâmico, diz que em termos de conforto térmico não sentiu diferença, tendo em vista que fizeram um telhado alto e optaram por não colocar forro na casa.

Como quase todos os irmãos já residiam em casas de alvenaria na capital, tinham noções de conforto térmico intuitivamente e souberam construir com os requisitos necessários para torná-la mais ventilada. Também a implantação adequada faz com que o sol da tarde não atinja a casa, bem como o fato de ser avarandada com grandes beirais permitindo que as paredes estejam protegidas da radiação solar direta. Por isso, resistem em forrar a casa, visto que a colocação do forro implicaria possivelmente no uso do ar condicionado para manter o mínimo de conforto térmico. E dessa forma, aumentaria o custo de manutenção segundo explica a Sra. Neta. O único ambiente da casa atualmente forrado é o banheiro.

Sobre suas lembranças e memórias de como era a comunidade quando era criança, a Sra. Neta nos relata que a maior mudança percebida está relacionada a quantidade de casas. Embora tenha crescido o número de casas, a Sra. Neta diz que o quantitativo de pessoas que residem no povoado, reduziu. Explica que as casas são mantidas fechadas, quando seus moradores optam por viver na capital, mantendo suas raízes. Sendo a casa, o elo que os liga com seu local de origem, para onde muitos planejam retornar ao se aposentarem.

Em termos de infraestrutura, a primeira conquista da comunidade foi a construção de um poço artesiano há vinte e um anos, que a abasteceu de água. Depois veio a energia elétrica para em seguida chegar ao povoado o serviço de telefonia, através de um “orelhão” (figura 29). O quarto serviço básico foi a implantação da tecnologia para o uso do telefone celular rural, sendo a Sra. Neta, a primeira moradora do povoado a adquirir um. Mais recentemente, a comunidade foi contemplada pelo governo federal com antena via satélite.

Figura 29 – Local onde fica o “orelhão” em Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Sobre sua atuação como líder comunitária, conta que quando voltou a residir em Canelatiua, continuou com o trabalho de catequese na igreja do povoado, trabalho esse iniciado quando estava residindo em São Luís-MA. Através da igreja entrou para o movimento social e passou a se interessar e a se envolver com as causas e as demandas da comunidade. Conta que quando saiu do povoado em janeiro de 1988, a base de lançamento já estava instalada e inclusive, algumas comunidades já haviam sido remanejadas para as agrovilas, em 1986. Desde então, começou a participar das reuniões junto com seu falecido padrinho o Sr. Domingos. Ele foi quem a levou para participar dos encontros uma vez que

precisava de alguém que soubesse ler e escrever, para lhe ajudar. Até hoje segue atuando em defesa dos direitos da comunidade.

Conta que recentemente entre 2018 e 2019 foram realizadas várias oficinas para a elaboração do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara determinado pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção número 169 da OIT trata sobre os povos indígenas e tribais, apresentando importantes avanços no reconhecimento dos direitos coletivos com significativos aspectos dos direitos econômicos, sociais e culturais (OIT, 2020).

A convenção número 169 é atualmente, o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos povos tradicionais. De acordo com a convenção, as terras devem ser concebidas como a integralidade do meio ambiente das áreas ocupadas ou usadas. Abarcando aspectos de natureza coletiva e de direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos civis. A mesma enfatiza o direito de consulta e participação no uso, gestão e conservação de seus territórios. Assim como prevê o direito à indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais. O direito de propriedade deve ser compatível com a compreensão de um direito à terra composta de preocupações da ordem econômica, social e cultural.

No entanto, Dorinete (2020) ressalta que mesmo com a elaboração do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, a comunidade não terá garantia que de fato será ouvida, uma vez que o governo pode se apropriar de todo o litoral, pois segundo determinação do decreto de apropriação, o CLA pode avançar. Afirmo que seguirão lutando e resistindo:

Buscamos, diariamente, permanecer em nosso território tradicionalmente ocupado/utilizado por nós na sua inteireza e plenitude, como forma de assegurar a cultura do nosso modo de fazer e de criar, bem como para criar as reais condições a fim de que as gerações futuras do nosso povo possam gozar em iguais medidas dos mesmos recursos naturais presentes em nosso território (Texto base do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara/MA, 2019, p. 06).

5.2 Práticas e percepções em campo: panorama da cultura construtiva da comunidade

Das setenta casas que constam no povoado, doze são de taipa e cinco de adobe, conforme descrito no quadro 30.

Quadro 30 – Moradores *versus* Técnica construtiva tradicional

Canelatiua	
Moradores	Técnica construtiva tradicional
Sra. Deonice Ferreira Costa (Nice)	Taipa
Sr. João José Torres Diniz (Zé Prego)	Taipa
Sra. Nelci Mônica de Lemos	Taipa
Sra. Rosita Ferreira Saraiva	Taipa
Sr. Benedito Edvaldo Nogueira (Ed)	Taipa
Sr. Jeanderson Ferreira Ribeiro (Túlio)	Taipa
Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé)	Taipa
Sra. Maria José Serejo Lopes (Maria Preta)	Taipa
Sra. Maria Lina Moraes (Lina) – Barra Limpa	Taipa
Sra. Rosimary Torres Diniz (Rosa)	Taipa
Sra. Silda Araújo Serejo	Taipa
Sr. Vital Prudêncio Moreira (Vital)	Taipa
Sr. José Eugenio Ribeiro Moreno (Zé de Vital)	Adobe
Sr. Leocadio Torres Diniz (Vebo)	Adobe
Sr. Honorato Diniz Serejo	Adobe
Sr. Euzébio de Ribamar Azevedo Braga (Ribinha)	Adobe
Sra. Aldenora da Conceição Garcia	Adobe

Fonte: autora (2020).

O povoado conta atualmente com aproximadamente cinquenta e duas famílias e setenta casas, segundo a Sra. Neta nos relatou. Dentre as casas existentes, doze foram feitas com a técnica construtiva tradicional em taipa de mão e cinco com a técnica construtiva tradicional em tijolo de adobe. Dentre os moradores das casas feitas tradicionalmente, conseguimos conversar informalmente com quatro deles: o Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé), a Sra. Maria José Serejo Lopes (Maria Preta), o Sr. Honorato Diniz Serejo e a Sra. Aldenora da Conceição Garcia. Os dois primeiros residem em casas de taipa, o terceiro em casa de adobe e o quarto em uma casa mista feita com alvenaria de tijolo cerâmico (paredes externas) e adobe (paredes internas).

Vale ressaltar que das doze casas de taipa existentes hoje em dia no povoado de Canelatiua, quatro encontram-se fechadas, são elas as casas de: Deonice Ferreira Costa (Nice), João José Torres Diniz (Zé Prego), Nelci Mônica de Lemos e Rosita Ferreira Saraiva.

Na sequência, iniciaremos os relatos sobre as casas que se encontram fechadas, expondo os motivos pelos quais as mesmas encontram-se nessa situação. Posteriormente, relataremos sobre as demais casas de taipa e adobe. Sendo as oito casas de taipa existentes no povoado e habitadas, pertencentes a: Benedito Edvaldo Nogueira (Ed), Jeanderson Ferreira Ribeiro (Túlio), Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé), Maria José Serejo Lopes (Maria Preta), Maria Lina Moares (Lina), Rosimaire Torres Diniz (Rosa), Silda Araújo Serejo e Vital Prudêncio Moreira (Vital).

Ressaltamos que não nos foi possível conversar com todos os moradores que possuem as moradias feitas com técnicas construtivas tradicionais, pois muitos não se encontravam no povoado no momento da visita ou não estavam disponíveis. Dessa forma exporemos brevemente suas histórias de vida e de suas casas, por meio das informações e relatos fornecidos pela Sra. Neta, considerando o seu extenso conhecimento acerca da comunidade e de seus moradores, além do seu papel de líder comunitária bastante atuante e comprometida com os interesses de todos.

5.2.1 A Sra. Deonice Ferreira Costa

Mais conhecida como Nice. Desde muito jovem mora em São Luís-MA. Foi estudar e não retornou ao povoado, porém mantém a casa de taipa fechada que o pai deixou para ela e os demais irmãos. A Sra. Nice é a filha que assumiu a responsabilidade de cuidar e manter a casa no povoado. Costuma ir em média seis vezes ao ano para Canelatiua. Possui duas irmãs que moram em São Luís-MA e um irmão que mora há muitos anos em Belém-PA. Uma das suas irmãs faleceu recentemente. Sendo assim, restou a Sra. Nice e a outra irmã morando na capital. A casa, embora passe a maior parte do tempo fechada, encontra-se em boas condições, segundo relato da Sra. Neta.

A casa (figura 31.a e figura 31.b) rebocada e pintada na cor rosa com suas portas e janelas pintadas na cor verde, confere à mesma um bom aspecto. Inserida no conjunto de casas que existentes no povoado, chama a atenção por seu aspecto bem cuidado e alegre.

Figura 31.a e Figura 31.b – Casa de taipa da Sra. Deonice Ferreira Costa (Nice)



Figura 31.a

Figura 31.b

Fonte: autora (2020).

5.2.2 O Sr. João José Torres Diniz

O Sr. Zé Prego, como é conhecido na região, mora no caminho que leva ao porto marítimo de Canelatiua. Quando este se casou teve que construir sua própria casa e a técnica construtiva utilizada, foi a de taipa de mão. Porém, segundo a Sra. Neta, a casa foi feita sem uma adequada seleção da matéria-prima a ser utilizada. Dessa forma, foram usados diversos tipos de madeira. O critério utilizado na seleção da matéria-prima decorreu da disponibilidade da mesma ser próxima ao povoado. A falta de exigência com relação ao tipo de madeira mais resistente e adequada para esse tipo de construção teve como consequência o comprometimento da estrutura da casa. Por isso, o Sr. Zé Prego se cadastrou e foi contemplado há alguns anos com a casa de projeto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e hoje em dia reside nela. A casa de taipa encontra-se fechada.

5.2.3 A Sra. Nelci Mônica de Lemos

A Sra. Nelci foi contemplada com uma casa de projeto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), porém mantém sua casa de taipa fechada. Ela alega que sua família é grande e precisa de espaço para acomodá-la quando estão todos de passeio no povoado. Mora há quatro na casa de projeto do PNHR que fica ao lado da sua casa de taipa. Mora atualmente com o companheiro e um neto. A mesma esteve casada em duas oportunidades e

teve doze filhos, sendo oito deles do primeiro casamento e quatro do segundo. Apenas um dos filhos mora na comunidade, os demais foram embora estudar e trabalhar na capital.

A Sra. Neta conta, que a Sra. Nelci teve os doze filhos em Canelatiua com a ajuda das parteiras que havia antigamente no povoado e que a maioria dos partos aconteciam na própria comunidade. E quando a parteira não conseguia conduzir o parto sozinha, chamavam o Sr. Domingos. Ele era considerado um “doutor”, um “pajé” ou um “conselheiro em assuntos espirituais”, segundo relatado na tese de Nunes (2011). E sobre o Sr. Domingos, completa que “além de ser reconhecido como benzedor, o Sr. Domingos dispõe de saberes práticos relativos a certo conhecimento que possui no trato de ossos, articulações, ligamentos e tendões do corpo humano que o habilita a ser visto como uma espécie de doutor local” (NUNES, 2011, p. 410).

Mas, hoje em dia já não existe parteira no povoado. Atualmente, as mães são acompanhadas durante o pré-natal pela equipe de agentes do posto de saúde e vão para Alcântara-MA ter os filhos no momento do parto. Como hoje em dia, as mulheres fazem laqueaduras, o número de crianças no povoado reduziu bastante. Hoje em dia, conta com apenas duas crianças menores de dois anos de idade na comunidade, conforme informações obtidas com a Sra. Neta (2020).

5.2.4 A Sra. Rosita Ferreira Saraiva

Trata-se da pessoa mais idosa da comunidade, possui noventa e seis anos de idade. Inclusive, tinha mais idade que o Sr. Domingos, quando este estava vivo. Atualmente, mora em São Luís-MA revezando entre as casas dos filhos que residem na capital. Segunda a Sra. Neta, agora se encontra no bairro da Liberdade na casa de uma das filhas. A Sra. Rosita mantém sua casa de taipa em Canelatiua há mais de vinte anos. A Sra. Neta conta ainda que, até o ano passado, a Sra. Rosita foi para Canelatiua passar as férias escolares no povoado. Quando não está na comunidade, a casa fica fechada a cargo de alguém da comunidade que fica responsável pela limpeza e manutenção da mesma. Os seus filhos costumam mandar dinheiro para a manutenção da casa.

A mesma foi morar em São Luís-MA contra a sua vontade por decisão e imposição dos filhos. Como morava sozinha no povoado, possuía uma idade avançada e demandava cuidados de saúde, os filhos decidiram levá-la para a capital. Sua casa de taipa rebocada e pintada na cor verde possui uma espaçosa varanda feita de alvenaria de tijolo cerâmico. Embora a varanda tenha sido feita em alvenaria de tijolo cerâmico, toda a casa foi feita com a

técnica construtiva tradicional de taipa de mão. As portas e janelas são de madeira e possuem detalhes nas suas superfícies. A casa com varanda em “L” e cobertura de telha cerâmica (figura 32.a e 32.b) parece muito acolhedora.

Figura 32.a e Figura 32.b – Casa de taipa – Rosita Ferreira Saraiva



Figura 32.a

Figura 32.b

Fonte: autora (2020).

5.2.5 O Sr. Benedito Edvaldo Nogueira

Ele é conhecido no povoado como Ed, a sua mãe teve muitos filhos de relacionamentos distintos. O Sr. Ed é o primogênito e morou aproximadamente vinte anos no norte do Maranhão, próximo ao município de Cururupu. Em uma das visitas a Canelatiua, conheceu e começou a namorar uma jovem de lá. Quando voltou para o norte do Maranhão, o Sr. Ed levou consigo a jovem que se tornaria sua esposa e mãe de suas duas filhas, que hoje residem em São Luís-MA e no Rio de Janeiro-RJ. O casal voltou para viver em Canelatiua há quatorze anos. Para tal, o Sr. Ed fez sua casa com a técnica construtiva tradicional em taipa, com a ajuda da comunidade, no terreno que era do sogro.

5.2.6 O Sr. Jeanderson Ferreira Ribeiro

Conhecido também como Túlio possui vinte e quatro anos de idade. O Sr. Túlio herdou a casa de taipa do pai, quando este faleceu há seis anos. Como é de costume, foi o pai quem a construiu com a ajuda da comunidade. Hoje em dia, o Sr. Túlio mora sozinho na casa. É pescador e vive de prestar pequenos serviços na própria comunidade. O mesmo não tem plano nem vontade de sair da comunidade, embora já tenha recebido vários convites de familiares (incluindo sua irmã que mora em Brasília-DF), segundo conta a Sra. Neta.

5.2.7 O Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira

Mais conhecido como Digé, nasceu e sempre viveu em Canelatiua, até os dias de hoje. A sua mãe, já falecida, também era “filha de Canelatiua”. O Sr. Digé não chegou a conhecer o pai, pois este foi embora do povoado quando se separou, deixando a esposa grávida. Hoje em dia, o Sr. Digé está morando em uma casa de taipa emprestada (figura 33) por uma família do povoado, que atualmente reside em São Luís-MA. Essa família frequenta Canelatiua esporadicamente, como nos feriados, festas comemorativas e férias. Por outro lado, o Sr. Digé deixou a casa que construiu (quando ainda era casado), também de taipa, para a mulher ao se separar dela.

Figura 33 – Casa de taipa – Lorenzo Boaventura Ferreira



Fonte: autora (2020).

A casa que construiu e viveu com a família antes de se separar, encontra-se fechada porque a ex-esposa (Rosimary Torres Diniz) está em Brasília-DF fazendo tratamento médico. Com a ex-esposa, teve seis filhos (cinco homens e uma mulher). Nenhum dos filhos quis seguir a vida em Canelatiua, onde três moram em Brasília-DF e três em São Luís-MA. A casa fechada é mantida para quando um dos filhos ou a matriarca da família retorna à comunidade. Segundo o Sr. Digé, os jovens hoje em dia não querem mais viver no povoado.

O Sr. Digé participou e ajudou a erguer muitas casas de taipa em Canelatiua, inclusive ajudou a erguer a casa emprestada que atualmente reside. Ele conta que a casa original tinha um modelo distinto e que foi desmanchada para ser construída outra no mesmo terreno com a técnica construtiva tradicional, porém com configuração diferente. Diz ter aprendido a técnica naturalmente, quando ainda era criança, observando e participando juntamente com os

adultos. Conta também que as mulheres da comunidade participavam e ajudavam no processo de construção das casas, com a tarefa de prover a água. Com isso, constatamos que é um processo onde todos participam conjuntamente; sejam homens, mulheres e/ou crianças.

O mesmo ainda relata que, na etapa de “tapar”, que consiste em preencher a estrutura (as varas) com o barro úmido, forma-se um “mutirão” para ajudar, incluindo as crianças do povoado. Esse trabalho de “mutirão” é realizado coletivamente e gratuitamente entre os moradores da comunidade, sendo muito comum no meio rural. Em média, podem participar de 30 a 40 pessoas do mutirão, de acordo com o Sr. Digé. E acrescenta que a etapa de “tapar” é considerada rápida e pode ser concluída somente em uma manhã.

Quando questionado sobre a retirada do barro, relata que a escavação é feita no próprio terreno (quintal) onde será construída a casa. Com isso poupa-se adentrar no campo para a retirada do barro e o posterior transporte do mesmo até o povoado, facilitando o processo. Após a retirada do barro, a escavação é preenchida com os resíduos da própria construção. Abaixo, segue explicação da Sra. Neta sobre parte do processo de arrematar as paredes, chamando a atenção para o “embuço” que consiste em uma primeira camada de recobrimento das varas, também com terra crua. Dessa forma as paredes ficam mais lisas e niveladas para receber o reboco de barro.

... do jeito que tá aqui a parede, ela foi tapada que é quando você coloca o barro entre as varas e já fez a primeira camada de arremate que é o embuço (...) você já vai cobrindo as varas para quando vier o reboco a parede já tá mais certa possível pro reboco já ficar direitinho, não ficar muito cheio de ondulações, aí chama embuço. (MORAES, Dorinete Serejo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Vale ressaltar que o reboco de barro é o mais adequado, visto que o reboco de cimento solta com pouco tempo embora a princípio, possa aderir melhor. Pode-se dizer que a última etapa do processo consiste em cobrir a casa.

Desse modo, o “mutirão” realizado em Canelatiua pode ser considerado uma forma de celebração, onde os saberes são transmitidos de geração para geração no qual as pessoas aprendem, fazendo. Para Carvalho e Miranda (2015, p. 6), “a função de taipeiro é um processo de aprendizagem entre gerações. Tutelado pela influência paterna, o ofício do passado é repassado como técnica construtiva”, e acrescentam:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível pode ser compreendido a partir da dimensão que ele tem de acordo com as visões de mundo das sociedades humanas. Essas formas de celebrações, transmissão de saberes e conhecimento fazem parte das nossas identidades comuns, conjugando memórias que fortalecem os vínculos identitários. Por mais que o mundo globalizado tenda a homogeneizar e massificar os costumes, a identificação

e preservação do Patrimônio Imaterial são de fundamental importância para que isso não ocorra. Neste contexto destaca-se a preservação dos modos de vida e das técnicas construtivas vernaculares, que são transmitidas pela oralidade, reforçando a memória das coletividades tradicionais (CARVALHO; MIRANDA, 2015).

No entanto esses vínculos identitários que são criados, vivenciados e fortalecidos estão se perdendo na medida em que a cultura construtiva da comunidade é substituída por técnicas construtivas convencionais importadas do meio urbano. Registrar é uma maneira de perpetuar a técnica e preservar esse “saber fazer” compreendido como Patrimônio Imaterial ou Intangível da comunidade. Ainda, “a taipa de mão é um exemplo dos saberes e técnicas nas quais as edificações residenciais eram e ainda são construídas em muitas regiões do Brasil. Divulgar e perpetuar a técnica e o “saber fazer” são formas de preservá-los” (CARVALHO; MIRANDA, 2015, p. 4).

Seguindo com o relato do Sr. Digé, o mesmo enfatiza a necessidade de contratar mão de obra e comprar material para construir as casas de alvenaria de tijolo cerâmico, corroborando com o Sr. José Inaldo. E quando questionado sobre sua preferência em residir em uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico e uma casa de taipa, afirma ser indiferente. E diz, “é a mesma coisa desde que tenha conforto”. E com essa contestação, nos despertou o interesse em saber em que consiste esse conforto segundo sua visão de mundo e, obtivemos a resposta “viver bem”.

Embora sua explicação acerca do conforto seja elementar, reconhece que a palha torna a casa mais “fresca” e ventilada, propiciando maior conforto térmico. Em detrimento da telha de fibrocimento (figura 34), opção muitas vezes utilizada no povoado para substituir a cobertura de palha.

Figura 34 – Casa de taipa com cobertura de telha de fibrocimento em Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Inclusive uma das Casas da Farinha ou Casas de Forno do povoado (figura 35) também está coberta com telha de fibrocimento, comprometendo ainda mais o conforto térmico, levando em consideração às atividades que exigem esforço físico e que ali são desenvolvidas. As Casas da Farinha são locais onde se produz a farinha e outros subprodutos utilizando processos manuais e instrumentos artesanais, sendo uma edificação muito comum nas comunidades rurais.

Figura 35 – Casa de Forno com cobertura de telha de fibrocimento em Canelatiua



Fonte: autora (2020).

Outro aspecto coincidente com o relato do Sr. José Inaldo, diz respeito à manutenção exigida e recorrente da casa de taipa. O Sr. Digé conta que as varas quebram com o tempo e as paredes da casa vão cedendo ou segundo sua fala, “arriando”. Um aspecto interessante relatado pelo Sr. Digé é a utilização do plástico na base dos esteios, como forma de resistir mais tempo à umidade visto que o mesmo assume a função de impermeabilizante. Os esteios são enterrados envoltos em plásticos comuns, dificultando e até impedindo o contato direto da terra úmida com a madeira, que nesse caso é o Pau de Candeia. Segundo o Sr. Digé, trata-se da única madeira capaz de resistir ao cupim.

Além da técnica de envolver a madeira em um plástico com o intuito de protegê-la da umidade, a Sra. Neta nos relatou que em algumas casas, o esteio foi enterrado sobre uma base de cimento a fim de evitar o contato direto do mesmo com a terra úmida. Dessa forma, a base de cimento utilizada faz a vez de alicerce.

Quando foi feito o buraco para colocar o esteio, foi colocado uma massa de cimento no fundo pra poder colocar o esteio pra dificultar o trabalho da terra de comer a madeira, de dar cupim. (MORAES, Dorinete Serejo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Sabemos que existem diversas formas diferentes de construir com terra. Assim como diferentes técnicas, sendo as mais utilizadas no Brasil a taipa de mão e a taipa de pilão. Em Canelatiua, encontramos somente a taipa de mão. Entendemos também que a taipa pode ser utilizada sobre alicerces e bases de pedra, evitando dessa forma o contato direto com o solo e a introdução de água por capilaridade, a principal inimiga das construções de terra.

Observamos que nas paredes da casa de taipa que visitamos, havia suportes para redes, reforçando o relato do Sr. José Inaldo ao contar que antigamente não havia camas e as pessoas dormiam em redes espalhadas pelos cômodos da casa. Perguntamos sobre a resistência das paredes para suportar o peso de uma pessoa na rede e o Sr. Digé nos afirmou que as paredes são resistentes. O problema reside nas trincas que aparecem, provavelmente, decorrentes também do reboco de barro utilizado.

5.2.8 A Sra. Maria José Serejo Lopes

Conhecida como “Maria Preta”, também é moradora de Canelatiua, porém nasceu em Itapera. Já reside no povoado há quarenta anos. Seu pai era de Canelatiua, porém foi embora para Itapera onde casou e constituiu família. Ela era irmã do avô da Sra. Neta, fazendo parte da família Serejo. A Sra. Maria José foi morar em Canelatiua quando contraiu matrimônio com um rapaz da comunidade. Ela esteve casada durante trinta e dois anos e já leva oito anos separada. A mesma teve quatro filhos, sendo que um faleceu e logo a Sra. Maria José adotou uma criança. Dentre os quatro filhos, três são homens e uma é mulher.

Todos os quatro filhos foram criados em Canelatiua, mas atualmente moram em São Luís-MA onde casaram e constituíram família. Segundo sua fala “eu criei todos aqui, mas hoje não mora mais ninguém, eu vivo eu só com Deus... todo mundo casado, todo mundo tá de filho, mãe de filho”. Sendo assim, Maria Preta passa temporadas junto aos filhos e netos na capital, mas sempre retorna ao povoado. Diz ter vontade de voltar para sua terra natal, Itapera, e é contundente ao afirmar que não deseja morar em São Luís-MA. Quando questionada se tem vontade de ir embora de Canelatiua diz “tenho! Se eu tiver que voltar, eu vou voltar pra meu lugar, porque pra São Luís que eu não quero ir morar. São Luís só dá pra ir mesmo por necessidade, pra morar não dá, né?!.

Quando era casada, morava em uma casa que construiu junto com o marido, de alvenaria de tijolo cerâmico, contudo quando se separou deixou a casa para seu ex-cônjuge. E foi morar em uma casa emprestada. Logo depois a comunidade se juntou para construir a casa de taipa que a Sra. Maria José mora atualmente (figuras 36.a e 36.b), reforçando os laços de

união existente entre seus moradores. É uma das construções mais recente do povoado, feita com técnicas construtivas tradicionais. As mais novas são dos moradores “Zé Prego” e “Barra Limpa”, segundo informado pela Sra. Neta. A casa de taipa da Sra. Maria José foi construída há oito anos.

Figura 36.a e Figura 36.b – Casa de taipa – Maria José Serejo Lopes



Figura 36.a

Figura 36.b

Fonte: autora (2020).

Sua experiência numa casa de taipa foi inversa ao que vem acontecendo habitualmente com os moradores de Canelatiua, pois a Sra. Maria José voltou a morar em uma casa de taipa após residir em uma casa de alvenaria. Diz ter sido por necessidade e não por opção, “não... não foi um gosto meu não e nem porque eu quis, foi uma situação meio difícil”, frisou ela. Dessa forma percebemos que o caráter emergencial ou de necessidade é responsável e preponderante pela sobrevivência dessa técnica construtiva tradicional nos dias atuais. O aspecto cultural não é relevante para a comunidade e já não prevalece como antigamente.

Ao comparar sua atual casa de taipa com a anterior construída de alvenaria, diz não saber se é pior, ou melhor, morar em uma casa de taipa, no entanto considera a casa de taipa menos segura. Ao mencionar o termo segurança, a Sra. Maria José deixou claro sua preocupação com a manutenção requerida pela casa de taipa em desvantagem ao cuidado que é exigido em manter a casa de alvenaria.

Diante da necessidade de concluir a casa em um prazo mais curto de tempo, pois precisava devolver a casa emprestada, foi utilizado na construção todo tipo de madeira e não somente o Pau de Candeia. Segundo seu relato, não houve tempo de selecionar a madeira e por isso a resistência da casa ficou comprometida. A madeira considerada mais adequada, Pau de Candeia, com as dimensões adequadas para a construção, já não se encontra facilmente próxima do povoado, conforme explicado pela Sra. Neta. Devido a essa dificuldade, foram

utilizados na casa diferentes tipos de madeira encontrada e disponível próxima ao povoado. Já na cobertura utilizou-se a telha de amianto, material também não adequado tecnicamente.

Percebe-se um esvaziamento crescente por parte dos jovens da comunidade. Esse esvaziamento era ainda maior há aproximadamente quatro ou cinco anos quando não havia transporte escolar. A única escola existente na comunidade vai até o 5º ano, fazendo-se necessário o deslocamento das crianças e jovens para cursar o restante do ensino fundamental e do ensino médio fora da comunidade. Ao disponibilizarem o transporte escolar, os alunos puderam concluir seus estudos até o ensino médio residindo no povoado.

Quando não havia o transporte, as crianças e os jovens eram obrigados a fixarem residência em outros municípios para estudar e só retornavam ao povoado nas férias ou nas festas da comunidade. Contudo, ao finalizar o ensino médio, muitos jovens ainda optam por abandonar o povoado para seguir com os estudos na capital ou até em busca de oportunidades de trabalho. Segundo a Sra. Neta, a televisão exerce muita influência nos jovens que tendem a sonhar com uma vida melhor na cidade. Esse sonho muitas vezes é frustrado ao ser deparado com as dificuldades encontradas nos grandes centros. Na maioria dos casos, locais desiguais no que diz respeito ao acesso e a participação das pessoas em nítidos cenários de exclusão social.

De acordo com os relatos dos moradores com os quais estivemos e conversamos, o povoado possui tudo para garantir a sobrevivência dos seus moradores e a Sra. Neta completa, “aqui tem sossego, tranquilidade... nós não tem riqueza, nem dinheiro, mas de fome, aqui ninguém morre”. Na comunidade de Canelatiua, não existe o hábito de tirar produtos da natureza com o intuito de comercializá-los, ao contrário do que ocorre em comunidades vizinhas que vendem dentre outros produtos, a polpa das frutas. Em Canelatiua, tudo que é retirado da natureza é para o próprio consumo e sobrevivência dos seus moradores.

5.2.9 A Sra. Maria Lina Moraes

Conhecida no povoado como “Barra limpa”, a Sra. Maria Lina tem aproximadamente 80 anos de idade e mora sozinha na sua casa de taipa. Ela teve dois filhos que já faleceram. Quem cuida da Sra. Maria Lina é a ex-nora, que já estava separada do seu filho quando o mesmo faleceu. A ex-nora reside em frente à casa da Sra. Maria Lina e dá assistência que a mesma precisa. A residência é a casa de taipa construída mais recentemente no povoado. A mesma foi construída há quatro anos por um dos filhos com a ajuda da comunidade, porém

encontra-se inacabada. Foi somente tapada, não foi revestida, conforme as figuras 37.a e 37.b abaixo.

Figura 37.a e Figura 37.b – Casa de taipa – Maria Lina Moraes



Figura 37.a



Figura 37.b

Fonte: autora (2020).

5.2.10 A Sra. Rosimary Torres Diniz

Conhecida como “Rosa”, a Sra. Rosimary possui sessenta e seis anos de idade, nasceu e sempre morou em Canelatiua. Sua casa de taipa sem varanda e pintada na cor verde foi feita há dezoito anos. Ela teve cinco filhos, sendo que um deles mora no povoado e os demais em São Luís-MA e em Brasília-DF. Quando os filhos estão no povoado, ficam todos juntos na casa da mãe. A casa de taipa (figura 38) possui quatro quartos, cozinha interna, despensa, sala e cozinha externa. Apenas a lavanderia e o banheiro que foram feitos depois, são de alvenaria de tijolo cerâmico. A casa foi crescendo à medida que a necessidade por mais espaço foi surgindo. Hoje em dia compete com a casa da Rosita (casa verde avarandada) como sendo a maior casa de taipa existente no povoado, em termos de tamanho.

Figura 38 – Casa de taipa – Rosimare Torres Diniz (Rosa)



Fonte: autora (2020).

5.2.11 A Sra. Silda Araújo Serejo

Ela não nasceu em Canelatiua e sim no povoado de São João de Cortes. Seu pai, primo legítimo da mãe da Sra. Neta, é natural de Canelatiua. No entanto, sua esposa era de São João de Cortes e o mesmo foi morar lá. Quando a Sra. Silda era adolescente foi morar na sede em Alcântara na casa de um familiar, até conhecer seu primo de 2º grau que era de Canelatiua, com quem se casou.

Enquanto esteve casada, morou em uma casa próxima da casa de farinha. Quando o casamento acabou, foi viver em uma casa emprestada até construir sua atual casa de taipa, aonde vive hoje em dia. Sua casa de taipa possui aproximadamente dez anos. Mora com um companheiro do povoado de Itapera e que vai para Canelatiua com frequência. Seus dois filhos adultos constituíram família e seguem vivendo no povoado. A Sra. Silda é professora da escola em Canelatiua há mais de trinta anos.

5.2.12 O Sr. Vital Prudêncio Moreira

O Sr. Vital possui oitenta e cinco anos de idade e nasceu em São Vicente um pequeno povoado próximo de Canelatiua. O mesmo ficou órfão bem jovem e, portanto, foi criado pelo seu tio (irmão de sua mãe) e esposa em São João de Cortes. Foi para Canelatiua por intermédio da madrinha, a Sra. Raimunda Francisca Ribeiro. Ele conheceu e namorou uma das filhas de sua madrinha com quem é casado até hoje e tem seis filhos, onde cinco destes residem em Canelatiua e um em Imperatriz-MA.

Sempre residiu em casa de taipa. A casa de taipa que mora atualmente já possui seis anos e foi construída com a ajuda dos filhos que moram em Canelatiua. A madeira utilizada nos esteios foi a Pau Amarelo e a do telhado, mirinzeiro. Em regime de mutirão, como é de costume no povoado, as paredes foram preenchidas com barro. A cobertura é de telha cerâmica, as paredes são rebocadas e pintadas e o piso de cimento.

5.2.13 O Sr. José Eugenio Ribeiro Moreno

O Sr. Zé de Vital, como é conhecido no povoado, possui cinquenta anos de idade. Ele é filho do Sr. Vital Prudêncio Moreira. A sua casa de adobe encontra-se em bom estado – rebocada e pintada. Foi construída por moradores de São João de Cortes. No entanto, o Sr. Zé

de Vital, mantém sua casa de adobe fechada, pois decidiu morar na casa de projeto que foi contemplado pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

5.2.14 O Sr. Leocadio Torres Diniz

Mais conhecido como Vebo, o Sr. Leocadio possui sessenta e três anos de idade. A sua casa de adobe também foi construída por moradores do município de São João de Cortes. Encontra-se em boas condições. Segundo a Sra. Neta, ambas as casas de adobe encontram-se em bom estado porque foram feitas pelos moradores do povoado de São João de Cortes, que segundo a mesma detêm a melhor técnica para tal.

5.2.15 O Sr. Honorato Diniz Serejo

O Sr. Honorato possui oitenta e quatro anos de idade. Nasceu em Canelatiua e sempre morou no povoado, “desde menino”. Devido à idade avançada, hoje em dia trabalha somente na roça, mas conta que antigamente também se dedicava à pesca. Morava em uma casa de taipa que desmanchou, para construir em outro terreno, a casa de adobe que reside atualmente. A moradia atual foi feita com a técnica construtiva tradicional de adobe e possui aproximadamente dez anos. Foi feita por ele mesmo e seus “compadres”, em mutirão. Segundo o Sr. Honorato, sua casa ficou pronta em três semanas e explica que esse prazo depende da quantidade de pessoas envolvidas.

Conta que na época “teceram” uns seis milheiros de adobe para sua casa e outras também. Segundo o Sr. Honorato, o processo consistiu em pegar o barro, amassar, colocar na fôrma, retirar e deixar secar durante semanas, conforme o sol. Enquanto seca ao sol, os tijolos de adobe devem ser virados para secar dos dois lados, conforme explica. E acrescenta que o tijolo, deve ficar exposto ao sol no mínimo durante dez dias.

Ele mora na casa de adobe somente com sua esposa. Seus dois filhos moram também em Canelatiua, porém nas suas respectivas casas com suas famílias. Quando questionado sobre sua preferência entre a casa de taipa e a casa de adobe, diz que o melhor mesmo é a casa de alvenaria de tijolo cerâmico. Sua casa de adobe encontra-se rachada no piso e na parede, devido à falta de aprimoramento da técnica, segundo a Sra. Neta que nos acompanhou até a casa. Porém, a mesma deixa claro que no povoado existe casa de adobe bem-feita que se encontra em bom estado, no entanto foram construídas por pessoas da comunidade de São João de Cortes que dominam a técnica do adobe.

O Sr. Honorato e a esposa foram contemplados com uma casa de projeto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma das quatro existentes na entrada do povoado. Eles estão aguardando a ligação da energia pela empresa responsável pelo abastecimento de energia da região para efetivar a mudança de residência. Para pleitear a casa de projeto tiveram que preencher um cadastro, cumprir certos requisitos e aguardar aproximadamente quatro anos para concluir o processo. Dentre os requisitos exigidos, funcionário público não pode ser contemplado.

Contam que, antigamente, o povoado era muito atrasado, considerando a vida hoje em dia mais fácil. Recordam da época que não havia estrada e o único acesso era pelo mar com barcos à vela que tardavam dias para chegar a São Luís-MA. Com satisfação e orgulho, o Sr. Honorato conta que a estrada foi “roçada” pelos próprios moradores do povoado na década de setenta, “feita pelos braços do povo daqui, roçado por eles” (HONORATO, 2020). Depois de abrirem seis km de estrada, o padre ajudou emprestando o trator da igreja. Iam a pé até a sede em Alcântara, muitas vezes levando os enfermos em redes. Costumavam ir entre dez e doze homens que levavam aproximadamente seis horas para chegar no município.

5.2.16 O Sr. Euzébio de Ribamar Azevedo Braga

Mais conhecido como Ribinha, o Sr. Euzébio está com cinquenta anos de idade. Ele é vizinho da Sra. Neta. A sua casa de adobe está bastante comprometida.

5.2.17 A Sra. Aldenora da Conceição Garcia

Trata-se da esposa do Sr. Mario, irmão da Sra. Neta. A mesma não nasceu em Canelatiua, mas já mora no povoado há quarenta anos. Antes morou em Aru Velho, povoado onde nasceu e também no povoado de Retiro. Foi para Canelatiua já casada e com os filhos. Primeiramente morou em uma casa de taipa com cobertura de palha, presente do sogro. Ela tem cinco filhos, onde três são homens e duas mulheres. Somente uma filha mora na comunidade, os demais foram embora. Três vivem em São Luís-MA e um no estado do Rio de Janeiro.

A Sra. Aldenora gosta de morar em Canelatiua, destacando como os grandes motivos a segurança e as relações de amizade que nutre na comunidade. Diz ter medo de residir em São Luís-MA, sendo assim costuma ir para a capital somente quando necessita de consulta e cuidados médicos, passando de dois a três meses junto aos filhos que ali residem. Quando

questionada se pretende ir embora de Canelatiua, diz: “só se for daqui pro São Francisco”. Sendo que São Francisco é o nome do cemitério próximo do povoado.

Sua casa atual possui as paredes externas de alvenaria de tijolo cerâmico e as internas de adobe. Segundo relato, faltou recurso e “o dinheiro não deu” para fazer a casa toda em alvenaria de tijolo cerâmico. Relaciona o tipo de moradia com a condição financeira dos moradores. Quando questionada da época que morava em uma casa de taipa, diz que gostava “porque não tinha outra opção”. Conta que antigamente, as casas eram quase todas de taipa e algumas tapadas com folha de pindoba. Eles se alimentavam sentados no chão e fazendo uso de cuias. A farinha era o prato principal da família.

Quando vivia no povoado de Aru Velho, morou em uma casa tapada com a folha de pindoba e a folha de juçareira. A cobertura era de palha de buriti. Como a casa era toda de palha, relatou o cuidado que tinham com o fogo. Considera que já melhorou de vida, pois relaciona o progresso econômico da família com a técnica construtiva da casa que reside. Também os hábitos e os costumes adotados hoje em dia, como se alimentar sentados a uma mesa com os utensílios adequados. Ela diz: “tô dizendo que sou pobre, não tenho nada, mas a Sra. já tá vendo a diferença, né?!”

A Sra. Aldenora dedica-se, dentre outros afazeres, a produzir azeite de coco babaçu para consumo próprio, comercializando muito pouco ou quase nada do que produz. Ela explicou que pega os cocos no povoado de Araraí, trazendo-os nos lombos dos animais. O processo consiste em quebrar, torrar, socar e cozinhar o coco. O azeite pronto serve para cozinhar seus alimentos.

5.3 Análises dos discursos

Como já mencionado no item 3.4.3, utilizamos o procedimento metodológico da triangulação de métodos para análise dos discursos, tomando como referência Minayo (2010). Segundo a autora, a triangulação como recurso metodológico processa-se por meio do diálogo entre diferentes métodos, técnicas, fontes e pesquisadores. Dessa forma, remata que a triangulação trata de “compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados” (MINAYO, 2010, p. 74).

Precedente à análise por meio da triangulação de métodos, organizamos e sistematizamos os discursos em categorias que aprofundaram a compreensão das questões

investigadas apresentadas no quadro 12. Para tanto, os discursos foram contextualizados, criticados, comparados e por fim, triangulados. Por discursos, delineamos as informações obtidas em campo pela história oral e pelas entrevistas, a partir das quais elencamos as 5 categorias, são elas: *Erradicação*, *Aprendizagem*, *Cadeia produtiva*, *Envolvimento* e *Valores Territoriais*. Essas categorias respondem as questões que nortearam a pesquisa, por meio das narrativas e histórias de vida que nos foram contadas diretamente por alguns dos moradores de Canelatiua e, também sobre os mesmos através dos relatos da Sra. Neta, que claramente detém o papel de porta voz dos interesses das famílias que residem no povoado.

Para análise das categorias elencadas, foram utilizadas diferentes técnicas na triangulação, como a história oral, as entrevistas, a observação da pesquisadora e o diálogo entre os autores que abordam os temas pertinentes às categorias que emergiram das narrativas. Esse diálogo foi de fundamental importância para ancorar os dados coletados em conceitos ou referenciais teóricos, além de proporcionar contextualizações sobre os dados que vão além das falas e dos fatos descritos. Assim sendo, as categorias a seguir, são inferências que estão por trás das narrativas.

5.3.1 Erradicação

Na categoria da Erradicação, conseguimos abordar as questões acerca da perspectiva de continuidade da tradição construtiva e o risco de erradicação da mesma. Ao analisar os relatos, percebemos nas falas que a tradição construtiva se mantém mais por falta de recursos dos moradores em adotar outras técnicas construtivas, do que por desejo e vontade de manter e/ou preservar a tradição. Segundo os relatos, a adoção das técnicas construtivas convencionais com alvenaria de tijolo cerâmico supõe um custo, que alguns moradores não podem assumir e, portanto, permanecem em suas casas de taipa. Também sugerem que as casas de tijolo são mais resistentes e, portanto, requerem menos cuidado. Ao contrário da recorrente manutenção exigida pelas casas de taipa. O Sr. José Inaldo (2020), por exemplo, chama atenção da necessidade de rebocar a casa de taipa com frequência.

O Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (2020) – Digé – concorda com o Sr. José Inaldo quando se refere à manutenção exigida e recorrente das casas de taipa de mão. E conta que as varas quebram com o tempo e as paredes começam a ceder ou segundo sua fala, vão “arriando”. Porém o Sr. Digé é consciente que alguns procedimentos podem melhorar a resistência das casas, como evitar ou impedir o contato direto da madeira com o solo úmido, na colocação dos esteios. No entanto, sabemos que a taipa pode ser utilizada sobre alicerces e

bases de pedra, evitando assim o contato direto com o solo e a introdução de água por capilaridade, considerada por muitos especialistas, a principal inimiga das construções de terra.

Abaixo, fotos da casa do Sr. Digé que atesta a umidade por capilaridade, assim como as trincas que surgem nas paredes visivelmente “a olho nu” por dentro e por fora da casa. Podendo ser decorrentes do reboco utilizado. Presumimos também que falta conhecimento por parte dos moradores sobre como aprimorar as técnicas utilizadas, assim como não há interesse em gerar alternativas e melhorias.

Não identificamos nos relatos, qualquer intuito de resgate das técnicas construtivas tradicionais, ao contrário do que vem ocorrendo em vários lugares do mundo. Carvalho e Miranda (2015), sugerem no artigo “A taipa como patrimônio cultural: a preservação do saber fazer”, a ampliação do repertório técnico da construção em taipa de mão por meio de inovações que partilhem o saber tradicional e o saber científico (acadêmico), de modo que essas inovações retornem às comunidades e contribua para a continuidade da taipa como saber fazer e como herança cultural (CARVALHO e MIRANDA, 2015).

Figura 39.a e Figura 39.b – Umidade e trincas na casa do Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé) –

Vista interna



Figura 39.a

Figura 39.b

Fonte: autora (2020).

Figura 40 – Umidade e trincas na casa do Sr. Lorenzo Boaventura Ferreira (Digé) – Vista externa



Fonte: autora (2020).

Com relação à manutenção da tradição construtiva por falta de recursos, a história de vida da Sra. Maria José Serejo Lopes, conhecida como Maria Preta nos deixa claro como a falta de opção é um dos motivos pelos quais ainda existem algumas casas de taipa de mão no povoado. Maria Preta (2020) nos relatou que quando estava casada, morava em uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico construída juntamente com seu marido na época. Contudo, quando se separou, não teve recursos econômicos e financeiros para construir uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico novamente. Diante dessa situação e da necessidade de moradia por parte da Sra. Maria Preta, a comunidade se juntou e construiu a casa de taipa de mão que mora atualmente.

O ocorrido com a Sra. Maria Preta é inverso ao que acontece habitualmente com os moradores de Canelatiua. Uma vez que muitos optam por construir uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico após morar em uma casa de taipa de mão. Maria Preta (2020) frisa que “não... não foi um gosto meu não e nem porque eu quis, foi uma situação meio difícil”. Sua fala evidencia que a necessidade por moradia a fez residir novamente em uma casa de taipa de mão, não sendo por sua opção ou desejo.

Dessa forma, concluímos que a circunstância emergencial ou de necessidade por uma morada é responsável e preponderante pela perpetuação da técnica construtiva tradicional nos dias atuais na comunidade em questão. O aspecto cultural e simbólico não é considerado, nem possui relevância para a comunidade. Presumimos ainda que esses aspectos não são percebidos conscientemente por parte dos seus moradores. Abaixo, foto da casa da Sra. Maria Preta, onde podemos constatar os mesmos problemas encontrados na casa do Sr. Digé, a umidade por capilaridade e as trincas nas paredes pelo lado de dentro da casa. Sendo visível também pelo lado de fora.

Figura 41 – Umidade e trincas na casa da Sra. Maria José Serejo Lopes (Maria Preta) – Vista interna



Fonte: autora (2020).

Com o posicionamento semelhante da Sra. Maria Preta, por parte da maioria dos moradores da comunidade, a cultura construtiva está desaparecendo espontaneamente e gradativamente. O Sr. Inaldo, por exemplo, optou por construir sua casa de alvenaria de tijolo cerâmico em substituição à sua antiga casa de taipa de mão e cobertura de palha, devido a recorrente manutenção exigida por esta última. Diz ter tomado essa decisão quando ainda tinha saúde e disposição para tal. Uma vez que a construção das casas de taipa de mão exige esforço físico no ato de construir e também de retirar os materiais da natureza.

A manutenção e os cuidados exigidos das construções com terra, foram citados por vários moradores, entre os motivos pelos quais a técnica está desaparecendo. E são considerados pelos moradores, mais recorrentes se comparados à casa de alvenaria de tijolo. Pontuou-se também a dificuldade cada vez mais crescente em encontrar madeira apropriada para a construção, próxima do povoado. Sendo necessário, muitas vezes, adentrar bastante na mata para conseguir boas madeiras, como a Pau Amarelo. Quando encontrada próxima da comunidade não está tão madura e em condições de resistir por muitos anos.

Nesse sentido, constatamos que das setenta casas existentes no povoado, apenas doze são de taipa e cinco de adobe. E entre as doze casas de taipa, quatro encontram-se fechadas e sem uso. Restando somente oito casas de taipa de mão, devidamente habitadas. Já das cinco casas de adobe, apenas três encontram-se ocupadas. Ressaltamos ainda que a casa de taipa de mão da Sra. Maria Preta foi levantada há oito anos e é uma das casas de taipa de mão construídas mais recentemente.

Consideramos a crescente descaracterização e/ou erradicação de uma cultura construtiva tradicional, tão grave quanto ao desaparecimento da produção artesanal de uma determinada localidade. Tal desaparecimento é considerado por Oliveira e Pêgo (2014) como um problema grave, “pois a ameaça de sua “morte” representa, em um futuro bem próximo, a extinção da cultura material (produtos) e da cultura imaterial (saber-fazer) de um povo”. E, questionam; “o que é um povo sem cultura?” (OLIVEIRA e PÊGO, 2014, p. 102-103). Aprofundando a reflexão, concluímos que o mesmo podemos dizer sobre a cultura construtiva de um povo.

5.3.2 Aprendizagem

Outra categoria refere-se à Aprendizagem. Esta diz respeito as seguintes questões investigadas; como se dá o aprendizado, a transmissão e a difusão dos saberes e fazeres construtivos, reconhecimento do interesse ou a falta dele de aprender e construir com as técnicas construtivas tradicionais por parte dos jovens, identificação de como os jovens aprendem as técnicas construtivas tradicionais e, finalmente a identificação de como os adultos e idosos ensinam aos jovens as técnicas construtivas tradicionais.

Segundo Miranda e Carvalho (2015), a transmissão de saberes e de conhecimento fazem parte das nossas identidades comuns, conciliando memórias que fortalecem os vínculos identitários. E neste contexto, os autores destacam a preservação dos modos de vida e das técnicas construtivas vernaculares, que são transmitidas pela oralidade e também pela visualização dos movimentos de quem constrói, reforçando a memória das coletividades tradicionais (MIRANDA e CARVALHO, 2015).

O aprendizado, a transmissão e a difusão dos saberes e fazeres construtivos se dá ao longo de gerações através de registros da memória individual e coletiva dos moradores. Identificamos como os jovens aprendem e como os adultos e/ou idosos ensinam as técnicas e concluímos que essa memória é capturada desde muito cedo, na infância, através da participação das crianças no processo construtivo por meio da visualização dos movimentos gestuais e corporais articulados de modo não verbal e *in loco*. O Sr. Digé relata que, no momento de “tapar”, que consiste em preencher com barro úmido as varas estruturadas, é a etapa do processo construtivo onde mais as crianças participam.

As narrativas demonstraram que os saberes construtivos eram transmitidos de geração para geração, onde tanto as crianças como os jovens que participavam do processo, aprendiam, fazendo. Logo, precisa também do engajamento das pessoas envolvidas no

processo construtivo de aprenderem a construir com as técnicas tradicionais e mais do que isso, da vontade dessas crianças e jovens seguirem aprendendo e construindo dessa forma.

A reconhecida falta de interesse, percebida nas narrativas, por parte dos jovens, atualmente compromete a transmissão e difusão desses saberes empíricos. De acordo com Miranda e Carvalho (2015), a função de taapeiro é adquirida no decorrer do processo de aprendizagem entre gerações. E ainda segundo os autores, esse processo é tutelado pela influência paterna, sendo um ofício do passado repassado para as gerações futuras (CARVALHO e MIRANDA, 2015).

Antigamente, o ato de construir as casas de taipa de mão na comunidade mobilizava várias pessoas. Era um trabalho realizado coletivamente e gratuitamente pelo vínculo identitário que possuem, com o propósito simplesmente de ajudar seus pares. Esse trabalho coletivo realizado na construção das casas, chama-se “mutirão”, sendo muito comum no meio rural. Segundo o Sr. José Inaldo Correa Ribeiro (2020), na comunidade de Canelatiua, os moradores sempre trabalharam em “mutirão” não havendo necessidade de contratar mão de obra alheia em troca de dinheiro. O Sr. José Inaldo narrou “sempre aqui nesta comunidade, sempre nós gostamos de trabalhar em mutirão” (JOSÉ INALDO, 2020).

Ressaltamos que o método de “mutirão” reforça os laços de união existentes entre os moradores de uma determinada localidade. É uma forma de demonstrar apreço pelo próximo pois segundo a Sra. Neta (2020) quanto mais querida é a pessoa, mais ajuda terá. E completa “depende muito de cada dono, quando é uma pessoa que se dá bem com um monte de gente, vem um tanto de gente ajudar” (DORINETE SEREJO, 2020). Os menos apreciados, costumam receber ajuda de um grupo menor.

Com o crescente esvaziamento da comunidade por parte dos jovens, a transmissão e a difusão dos saberes construtivos andam comprometidos e estão se perdendo com o tempo. Muitos são os jovens que decidem ir morar para estudar e/ou trabalhar nos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, segundo seus pontos de vista. A Sra. Neta nos relatou que a maior mudança percebida por ela nas suas lembranças e memórias de infância de como era a comunidade antigamente, está na quantidade de casas existentes hoje em dia. Embora tenha aumentado o número de casas, Sra. Neta diz que a quantidade de pessoas que residem em Canelatiua reduziu consideravelmente. Daí o fato de existirem muitas casas fechadas que são mantidas pelos seus donos e familiares que vivem na capital.

E mesmo, aqueles jovens que permanecem na comunidade já não demonstram o mesmo interesse de outrora em aprender e construir com as técnicas construtivas tradicionais, pois os mesmos sofrem influências do meio urbano. O isolamento da comunidade que antes

existia, faz parte do passado, quando o acesso era extremamente dificultoso e não havia as tecnologias atuais, como televisão e internet. O Sr. Honorato recordou nos seus relatos que o povoado era muito atrasado, não havendo nem sequer caminho por terra. O único acesso era realizado pelo mar e tardavam vários dias para chegar na capital. Somente na década de setenta, a estrada foi aberta pelos próprios moradores com a ajuda da igreja que emprestou um trator. Conta que os moradores levavam horas a pé para chegar na sede, em Alcântara.

Com relação aos serviços essenciais, o telefone celular rural foi o quarto serviço a ser implantado na comunidade, após a construção do poço artesiano, o abastecimento da energia elétrica e o serviço de telefonia por meio da instalação de um telefone de uso público (orelhão). A implantação do celular rural foi o pontapé inicial rumo à utilização e adoção de novas tecnologias, como é o caso mais recente da antena via satélite contemplada pelo governo federal.

5.3.3 Cadeia Produtiva

No que tange à categoria Cadeira Produtiva, conseguimos contestar como ocorre a organização e divisão das tarefas na construção, como ocorre a retirada do barro no campo e finalmente como ocorre o molde e a secagem do barro. Já mencionamos acima que o processo construtivo tradicional se dava por meio de mutirão. A comunidade se ajudava mutuamente, não havendo contratação de mão de obra em troca de dinheiro ou alheira à comunidade. Como já explicado anteriormente, essa ajuda era realizada gratuitamente. Segundo relatos, quanto mais a pessoa era estimada pela comunidade, mais pessoas ajudavam na construção, sendo a casa construída mais rapidamente. No entanto, não existia um número exato e padrão de pessoas que participavam. Segundo o Sr. José Inaldo, a comunidade se organizava para ajudar, desde a retirada da matéria-prima na natureza até a finalização da casa.

Sobre a retirada da terra, descobrimos pelos relatos que era feita no próprio lote onde ocorria a construção da casa, nos fundos do terreno, diferentemente do que pensávamos inicialmente, que a terra era retirada do mato. Após a construção, esse buraco que era feito para a retirada da terra, era tapado com os restos da própria obra. E no caso, das casas de adobe, os tijolos são moldados pelos próprios moradores também em sistema de mutirão, e deixados secar ao sol. O Sr. Honorato (2020), um dos moradores das casas de adobe que ainda persistem, diz que a casa foi feita por ele mesmo e seus “compadres” em mutirão. O mesmo relata que sua casa ficou pronta em três semanas, porém que esse prazo depende da quantidade de pessoas envolvidas na construção. Na etapa de secar ao sol, os tijolos devem

ser virados para secar dos dois lados. E segundo o Sr. Honorato, devem ficar expostos no mínimo durante dez dias.

Porém como já foi mencionado no decorrer da pesquisa, em Canelatiua, a técnica construtiva com adobe não é bem desenvolvida por seus moradores. A Sra. Neta nos esclareceu que a técnica é dominada pelos habitantes do município de São João de Cortes. E inclusive, ressalta que as casas de adobe existentes no povoado em bom estado, foram construídas por pessoas de São João de Cortes. Este não é o caso da casa do Sr. Honorato, que se encontra em mal estado com rachaduras no piso e na parede, conforme figura abaixo:

Figura 42.a e Figura 42.b – Rachaduras na casa do Sr. Honorato Diniz Serejo



Figura 42.a

Figura 42.b

Fonte: autora (2020).

O Sr. Honorato está prestes a deixar sua casa de adobe para viver em uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico, pois o mesmo foi contemplado com uma das quatro “casas de projeto” do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que existem na entrada do povoado. Segundo relato, o Sr. Honorato encontra-se bastante satisfeito na sua contemplação e afirma, ao ser questionado se possui preferência entre a casa de adobe e a casa de taipa de mão, que o melhor mesmo é a casa de alvenaria de tijolo cerâmico (HONORATO, 2020).

Concluimos que a não identificação dos moradores de Canelatiua com a técnica de adobe é a razão pela qual, existam apenas cinco casas de adobe no povoado. E destas, apenas três estão habitadas. Em breve, quando o Sr. Honorato se mudar para a “casa de projeto”, restarão somente duas casas ocupadas. E, finalmente por meio dos relatos, percebemos que a técnica do adobe não é percebida pelos moradores de Canelatiua como parte da sua cultura construtiva, diferentemente da taipa de mão.

5.3.4 Envolvimento

A categoria Envolvimento diz respeito ao quantitativo de pessoas que participam da elaboração da casa de taipa de mão, a fim de revelar ou mensurar o comprometimento da comunidade com a sua cultura construtiva. E conseqüentemente, avaliar a provável perda dos vínculos que são gerados pelo ritual da construção como forma de celebração. Como já mencionamos na Cadeira Produtiva, não havia um número fixo ou padrão de pessoas participantes. Esse número, normalmente era definido pelo apreço que a pessoa tinha na comunidade. Quanto mais querida e estimada, mais moradores se envolviam a ajudar na construção da casa. Presumimos que hoje em dia, o Envolvimento é afetado pelo envelhecimento dos moradores que já não possuem condições físicas e disposição para ajudar, assim como o crescente desinteresse dos jovens em aprender as técnicas construtivas tradicionais.

Dessa forma, fica constatado pelos relatos que o Envolvimento hoje em dia se resume aos membros de cada família, tanto na manutenção requerida, como na construção de uma nova casa quando se faz necessário para algum familiar. Muitos foram os casos relatados, onde os próprios filhos que moram fora, ajudaram os pais a erguer uma nova casa ou fazer a manutenção quando estes estão de férias ou a passeio no povoado.

Atualmente, a maioria dos que optam por construir suas casas de taipa de mão, são jovens que estão constituindo família no povoado e não possuem renda fixa. Reiteramos que essa opção se dá mais por necessidade do que por desejo de morar em uma casa de taipa de mão e/ou adobe. A Sra. Aldenora (2020) relatou a falta de recursos para fazer a casa que mora atualmente, com as paredes externas em alvenaria de tijolo, deixando esta terminada com as paredes internas em adobe. Porém considera um progresso, uma vez que residia anteriormente em uma casa de taipa. E diz que, na época não tinha outra opção. Também já morou em uma casa tapada com folha de pindoba e juçareira. Relaciona a progressiva substituição da técnica construtiva ao longo do tempo, com a melhoria das condições econômicas da família. A casa da Sra. Aldenora é um exemplo de construção com técnicas construtivas tradicionais e convencionais existente na comunidade.

Também para a Sra. Neta, a alvenaria de tijolo cerâmico representa uma melhoria da qualidade de vida e afirma contraditoriamente que, a substituição das casas de taipa pelas casas de alvenaria, que se presencia atualmente, não significa que as casas de taipa não são boas ou resistentes. Ela insiste que o grande problema reside na manutenção requerida. Quando questionada se o processo de erradicação vai impactar negativamente na cultura da comunidade, afirma que não. Ainda de acordo com a mesma, diz que esse saber construtivo se manterá nas casas de apoio construídas no quintal das casas de alvenaria para servirem de

depósito ou guarda de animal. Reflexiva, ela diz que por enquanto a técnica não se perderá, mas não garante em um futuro a médio e longo prazo. Com relação às casas feitas de adobe, concluímos que a técnica não foi absorvida nem desenvolvida pelos moradores de Canelatiua e, portanto, eles relatam que não confiam nessa técnica construtiva.

Assim sendo, poucos são aqueles que, nos dias de hoje, optam pela casa de taipa de mão mesmo tendo condições financeiras e econômicas para construir uma casa de alvenaria de tijolo cerâmico. É o caso pontual do morador, o Sr. Vital Prudêncio Moreira, que mesmo possuindo duas rendas fixas provenientes da aposentadoria, decidiu construir uma casa de taipa de mão com a ajuda dos filhos, que também residem em Canelatiua. Recentemente, desmancharam a casa de taipa com cobertura de palha com mais de cinquenta anos para erguer uma nova casa de taipa com cobertura de telha cerâmica. Porém, com compartimentação diferente, de acordo com as novas necessidades da família.

Aproveitamos para chamar a atenção, sobre a evidente substituição das coberturas de palha por coberturas de telha cerâmica ou fibrocimento. Dentre as doze casas de taipa e as cinco de adobe, nenhuma delas possui cobertura de palha. Evidenciando a erradicação da cobertura de palha como cobertura da casa principal e relegando esta para cobrir as casas de apoio construídas no quintal das casas para servirem de depósito ou guarda de animal, segundo a Sra. Neta (2020). Abaixo, um exemplo da utilização da cobertura de palha na casa de apoio da Sra. Aldenora da Conceição Garcia.

Figura 43 – Cobertura de palha na casa de apoio da Sra. Aldenora da Conceição Garcia



Fonte: autora (2020).

Já na casa de adobe do Sr. Honorato também se utilizou a palha, como cobertura e como fechamento, porém para o “puxadinho” realizado aos fundos, conforme figura.

Figura 44.a e Figura 44.b – “Puxadinho” com palha na casa de adobe do Sr. Honorato Diniz Serejo



Figura 44.a



Figura 44.b

Fonte: autora (2020).

5.3.5 Valores Territoriais

E finalmente, a última categoria são os Valores Territoriais relacionados aos valores atribuídos e percebidos pelas comunidades às técnicas construtivas tradicionais e ao material, a terra. Assim como a vinculação com o lugar e a apropriação do território por parte da comunidade. Essa categoria está diretamente relacionada à abordagem da metodologia utilizada na pesquisa, Design Territorial.

Diante dos relatos, consideramos que com relação as percepções sobre o uso e desuso das culturas construtivas e o valor atribuído às mesmas, a maioria dos moradores não é consciente que a cultura de construir com terra crua faz parte de sua tradição. Tampouco, possuem valor de estima. Essa estima, segundo Oliveira, Marciel e Freitas (2018) realiza-se em função de valores, tais como no uso de recursos naturais e matérias-primas típicas de determinada região, habilidade técnica do artesão/construtor, a tradição e um saber-fazer singular e impalpável. Sendo apontado, inclusive patrimônio material e imaterial.

Essas percepções nos permitiram reconhecer e responder às questões sobre os valores atribuídos e percebidos pelas comunidades às técnicas construtivas tradicionais e ao material, a terra. Nossas conclusões nos levam a perceber a falta de sensibilidade e discernimento para identificar certos valores, como valores simbólicos e culturais, que ultrapassam a materialidade do objeto construído. Não detectamos uma vontade por parte da comunidade em preservar e até mesmo, trazer a taipa de mão para a modernidade por meio de melhorias da técnica construtiva tradicional com terra, adaptando-a às exigências atuais de conforto e segurança.

Contraditoriamente, a resistência em favor dos direitos da comunidade, visivelmente presente e forte em quase todos os relatos nos responde também sobre a apropriação e vinculação que a comunidade possui com seu território, independente da forma ou das técnicas utilizadas para construir suas casas. Inclusive, uma das formas de demonstrar resistência aos processos de subordinação externos, fez com que a comunidade adotasse o método convencional com alvenaria de tijolo cerâmico para construir suas próprias casas, a fim de demonstrar que não precisavam das “casas modelos” fornecidas pela Aeronáutica. A fala do Sr. Inaldo (2020) assevera; “nós não queremos nada da aeronáutica aqui com nós” (JOSÉ INALDO, 2020).

No que diz respeito a falta de interesse ou perspectiva de aperfeiçoamento das casas de taipa de mão por parte dos moradores, acreditamos que não devam invalidar ou reduzir a relevância do conhecimento tácito e ancestral, acumulado pelos habitantes há séculos, para melhor se adaptarem às condições do clima, do meio e dos modos de vida. No entanto, sabemos que a vida evolui e novas necessidades surgem, daí a inevitabilidade de as técnicas serem adaptadas e melhoradas.

Percebemos também, a falta de conhecimento sobre como aprimorar as técnicas, assim como pouco interesse em gerar alternativas e melhorias. Tal postura, especulamos que vai na contramão do resgate das técnicas construtivas tradicionais que vêm acontecendo em vários lugares do mundo como vimos no item “o passado e o presente da construção com terra”. Assim como da reinterpretação dessas técnicas na arquitetura contemporânea. Os desejos e sentimentos relativos à sua cultura construtiva, nem sequer contemplam à busca pela sustentabilidade (valor ambiental).

5.4 A situação de conflito e o reflexo na cultura construtiva

Quando a aeronáutica chegou ao povoado de Canelatiua, na década de 80, ninguém tinha casa de alvenaria, conforme relatado pelo Sr. José Inaldo. Segundo o mesmo, “ela” levou as chamadas “casas modelos” e convocou os moradores para conhecê-las. Nessa época, em todo o interior de Alcântara predominavam as casas feitas com técnicas construtivas tradicionais, como taipa e adobe, conforme a cultura construtiva predominante do povoado em questão.

No ano 80, quando a aeronáutica chega aqui em Canelatiua, na região de Alcântara, ela (...) trouxe um modelo de uma casa aí, que se chamava “casa

modelo” e levou a comunidade para olhar a casa modelo. Ninguém tinha casa de alvenaria quase no interior, nessa época era quase tudo de taipa (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Diante da novidade, os moradores se posicionaram em recusa aos modelos padronizados de casas fornecidos pela aeronáutica, segundo relato abaixo.

Canelatiua sempre teve isso com ele de não querer nenhuma das casas da aeronáutica, o nosso propósito aqui é não sair deste lugar. Nós não aceitamos assinar papel para sair daqui, para se relocar daqui (...) nunca assinamos um papel, até hoje (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

À época da implantação da base, a aeronáutica cadastrou aproximadamente trinta e sete famílias que residiam no povoado. Há quatro anos, houve uma tentativa de recadastrar novamente essas famílias, no entanto a comunidade impôs a condição de cadastrar não só as trinta e sete famílias iniciais, mas também todas as demais. No momento, o povoado já contabilizava sessenta e oito famílias, segundo o Sr. José Inaldo.

A aeronáutica não aceitou fazer o cadastro de todas as famílias e foi embora sem fazê-lo. Antes, porém, alertou a Associação de Moradores de Canelatiua, dizendo que sem o cadastro ficariam impossibilitados de obter a declaração de terra necessária para a cobrança da aposentadoria.

Diante da recusa da “casa modelo” oferecida pela aeronáutica, alguns moradores decidiram construir suas casas de alvenaria de tijolo cerâmico com recursos próprios, conforme relatado “o que nós vamos fazer? (...) Nós vamos também caprichar, fazer nossas economias e vamos levantar nossa alvenaria”. E dessa forma, o Sr. José Inaldo finaliza sua fala asseverando a resistência e resumindo o posicionamento da comunidade diante da situação de conflito: “nós não queremos sair e não queremos nada da aeronáutica aqui com nós” (JOSÉ INALDO, 2020).

Aí sempre hoje, nós estamos com o pé na barreira dos projetos da aeronáutica porque não adianta, tudo que eles falaram, tudo que eles botaram no papel, nunca veio pra prática (RIBEIRO, José Inaldo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Conforme abaixo na figura 45, logo na entrada do povoado, existem quatro casas que exemplificam e asseveram os modelos padronizados de moradias fornecidos pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ou pela aeronáutica.

Figura 45 – “Casas de projeto” na entrada do povoado de Canelatiua



Fonte: autora (2020).

A entidade organizadora que gerencia e planeja o PNHR que atende aos moradores de Canelatiua é da Comunidade de Santa Maria, visto que em Canelatiua não há uma entidade organizadora do programa. As casas custam aproximadamente R\$ 1.368 (hum mil trezentos e sessenta e oito reais) que são pagos em quatro parcelas anuais no valor de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois) reais, segundo relata a Sra. Neta (2020).

Ainda segundo relato da Sra. Dorinete, o CLA fomentava os moradores das comunidades a não melhorarem suas casas, pois alardeava os mesmos que seriam remanejados para as casas de projeto, fornecidas pela aeronáutica, localizadas em agrovilas. Muitos se sentiam desmotivados e acabavam por seguir suas recomendações, deixando suas casas em mau estado. As casas nessas condições serviam de estratégia por parte da aeronáutica para oferecer e ter aceitação dos moradores pelas casas de projeto. No entanto, aos poucos com a luta e a resistência, as pessoas começaram a compreender a importância de manter e reformar suas moradias, reforçando sentimentos de pertencimento. Com consenso entre todos, retomaram as melhorias. As primeiras consistiram em substituir as portas e as janelas de “mançaba” pelas de madeira.

As casas estavam aí, pra cair, por quê? Era uma determinação do Centro. Vocês não mexam nas casas, não melhorem, não reformem as casas porque vocês vão ser retirados daqui. Então as casas iam ficando péssimas. Ficaram assim. Porque que nós vamos mexer e daí daqui a pouco eles vem e tiram a gente. E a gente teve um trabalho perdido, trabalho à toa. Depois, bem depois já que eu tinha voltado, até que a gente começou realmente; vamos lutar, vamos fazer nossas melhorias. Aí foi que as pessoas resolveram melhorar, não vamos atender a eles. Isso aqui é nosso, como é que alguém de fora que vem mandar nas nossas coisas. Aí a gente resolveu começar a

melhorar as casas novamente. Ir reformando. Quem pôde botar telha, foi botando (MORAES, Dorinete Serejo; ENTREVISTA: 29.02.2020).

Assim sendo, as melhorias foram acontecendo gradativamente e de forma natural, pois aos poucos os moradores decidiram substituir a cobertura de palha por cobertura de telha cerâmica, para em seguida começarem a rebocar e pintar as casas.

5.5 Aspectos da cultura construtiva em Canelatiua

Conforme já relatado, a construção da casa de taipa envolve muito mais que aspectos técnicos, ela compreende as relações e os vínculos estabelecidos entre os moradores da comunidade. No momento de selecionar e separar a madeira com as dimensões adequadas, normalmente reúnem-se entre três a quatro pessoas para realizar a tarefa. Segundo o relato da Sra. Neta, na etapa seguinte, que consiste em colocar as varas ou “envarar”, a quantidade de pessoas dispostas a ajudar aumenta.

Seguindo o processo, a fase de “tapar” é quando podemos considerar a cultura construtiva uma forma de celebração, onde as pessoas do povoado se reúnem formando o “mutirão” para ajudar, fortalecendo assim os vínculos entre os membros da comunidade. Trata-se também de uma forma de demonstração de carinho e consideração por aqueles que são vistos como “queridos” pela comunidade. Sendo assim, quanto mais estimado é o dono da casa, mais ajuda ele terá. Conforme explica a Sra. Neta “depende muito de cada dono, quando é uma pessoa que se dá bem com um monte de gente, vem um tanto de gente ajudar” (DORINETE SEREJO, 2020).

Tal processo produtivo vem a efetivar a formação e o desenvolvimento da cultura construtiva, que está presente nos mais diversos grupos sociais, em diferentes regiões do planeta e em todos os períodos históricos.

O conjunto deste patrimônio humano gera um patrimônio construído. Este constitui a transcrição espacial, vivida e experimentada das culturas construtivas. De um lado, é uma testemunha material do estado das práticas em um momento dado de sua evolução, em um contexto preciso. De outro, é uma ferramenta de adaptação dos saberes e saberes-fazer dentro do processo de evolução de uma cultura construtiva (GUILLAUD - CRA terre, 2008 apud FERREIRA, 2014, p. 70).

Contudo, os menos apreciados ou que não se relacionam bem com as pessoas, acabam por receber ajuda de um grupo reduzido de moradores. “Tem aqueles que são mais fechados, que não se dá bem... aí ele trabalha mais com um grupinho menor” (DORINETE SEREJO,

2020). A Sra. Neta explica que, quando as casas eram cobertas de palha as mulheres se reuniam embaixo para ir passando a palha aos homens, que se posicionavam sentados nos caibros para fazer a amarração e o posterior cobrimento. O cobrimento da casa podia tardar apenas uma manhã, dependendo da quantidade de pessoas envolvidas.

A cobertura de palha por ser mais leve do que a cobertura com telha de fibrocimento e telha cerâmica, não sobrecarregava a estrutura da casa. No entanto, a cobertura de palha quase não é mais utilizada, pois o povoado já não conta com a mão de obra de jovens suficiente para ajudar no processo construtivo. Ainda, antigamente, assim como a madeira Pau de Candeia, também a palha, era mais fácil de ser encontrada nas proximidades do povoado.

Quanto mais distante é encontrada a madeira e/ou a palha, maior esforço físico é exigido das pessoas que vão retirá-las da mata, mesmo fazendo uso do transporte com animal. Quase sempre, são os homens que carregam as madeiras nos ombros. Como muitas vezes o animal não consegue se aproximar tanto do local da retirada dos materiais, faz-se necessário carregar a madeira até o animal para posteriormente o material ser transportado e levado ao povoado em carroças ou no próprio lombo dos animais. Dessa forma, o transporte torna-se muito dispendioso.

Na comunidade utilizava-se somente a palha do babaçu, não havia o costume de cobrir com a palha de buriti ou qualquer outro tipo. O método utilizado consistia em sacudir bem a palha para abrir antes de cortar. Dessa forma garantia que a palha pequena não fosse cortada.

Ainda, com relação à madeira, a Sra. Neta reitera que ainda existe Pau Amarelo no povoado, porém não com dimensões adequadas para a construção, principalmente, na altura suficiente reforçando a necessidade de enterrar os esteios de setenta a 80 oitenta centímetros abaixo do nível do solo, dependendo do terreno em questão.

Com o crescente esvaziamento da comunidade por parte dos jovens, os moradores mais idosos sentem dificuldade em manter as casas de taipa em boas condições. Assim como seguir com as etapas do processo construtivo da casa de taipa, onde é exigido esforço físico tanto na prática de construir como no ato de buscar e selecionar os materiais.

Para fazer uma casa de taipa é exigido conhecimento, comumente conhecido como ofício de taipeiro, que é passado de pai para filho, entre gerações. Também é necessário saber sobre metragem e nível, tendo em vista que as casas de taipa são construídas sem um planejamento prévio ou projeto. Com relação ao reboco, é utilizado o reboco de barro ainda que o reboco de cimento seja mais aderente inicialmente, ele solta mais rápido. No preparo da massa do reboco, costuma-se utilizar um pouco de areia e cinza de carvão. A cinza dá a liga pretendida ao reboco. No entanto, não existe na Comunidade de Canelatiua uma medida

padrão para essa mistura. A mesma é feita através do conhecimento tácito, assim como todo o processo.

Com relação à umidade e como vencê-la, a Sra. Neta diz que:

“O problema aqui não é nem tanto nas varas é a fundação, é o esteio porque assim... nosso solo, a parte de baixo nem tanto, mas essa camada mais próxima... é aqui que come a madeira, aqui o pessoal enrola plástico porque a gente sabe que o plástico é resistente, né? Pra que não haja umidade” (DORINETE SEREJO, 2020).

Dessa forma o plástico que envolve os esteios, faz o papel de impermeabilizante. E a Sra. Neta conclui, “o problema não está nas varas e sim nos esteios, na fundação” (DORINETE SEREJO, 2020). Deixando claro que a fase de enterrar os esteios no solo requer maior atenção e cuidado, além de estratégias que os protejam do contato direto com a terra a fim de evitar a umidade por capilaridade.

Na construção das casas de alvenaria de tijolo cerâmico, esses vínculos gerados pelo ritual da celebração são perdidos, uma vez que a presença do pedreiro se faz indispensável. O pedreiro acaba por ser uma pessoa contratada, alheia a comunidade. Apenas o ajudante do pedreiro pode ser o dono da casa ou alguém do povoado disposto a ajudar. Este realiza as tarefas de bater a massa e carregar os tijolos. Economicamente, gera um custo para quem vai construir e essa receita não fica no povoado, visto que o material é comprado e adquirido em outras localidades como Alcântara, Bequimão, São Luís e Pinheiro. Apenas a areia e a madeira são encontradas no povoado.

Quase todas as casas de alvenaria de tijolo cerâmico que foram construídas na comunidade, sem ser as “casas de projeto”, foram feitas com troca de horas ou de favores. Não na tarefa de assentar os tijolos, pois esta fica a cargo do pedreiro como já foi mencionado, mas como ajudante de pedreiro. Essa relação de troca de horas ou de favores assume um caráter de interesse mais individualizado, perdendo-se a essência da coletividade e cooperação.

O senso de coletividade é sentido não só no processo de construção das casas de taipa, mas também no dia a dia da comunidade. Quando precisam de alguma coisa, costumam pedir uns aos outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa não possuem a pretensão de colocar fim, concluir nossas reflexões ou impor nosso ponto de vista. Assumimos que ainda temos muitos debates a serem feitos e ao mesmo tempo, tão importantes para a valorização de um saber tradicional, que caracteriza a cultura construtiva de um povo. A dissertação assumiu um caráter exploratório com o intuito de conhecer e reconhecer a cultura construtiva de uma comunidade quilombola, denominada Canelatiua, localizada no município de Alcântara-MA. A pesquisa incita continuidade que apreenda o saber fazer construtivo na forma de livreto, mediante imagens para demonstrar a dinâmica do saber-fazer construtivo, a fim de ter esse registro para as gerações futuras.

Por meio do estudo de caso obtivemos discursos e práticas sobre a cultura construtiva de um povoado rural e quilombola que nos fez refletir sobre os limites e dificuldades de perpetuar a técnica construtiva tradicional com terra crua, na comunidade. Cada discurso analisado é cheio de variáveis e muitas vezes, também de contradições. Porém quase sempre está atrelado ao movimento de luta de permanência no território. O objetivo geral deste trabalho se detinha em **identificar e analisar as percepções de moradores sobre os valores atribuídos à cultura construtiva em uma comunidade quilombola de Alcântara por meio do Design Territorial, a partir dos discursos e práticas destes moradores**. A partir daí, analisamos esses discursos obtidos em campo através da categorização das falas.

Por um lado, Canelatiua é uma comunidade tradicional que busca vencer seus desafios e superar seus obstáculos pelas suas raízes e saberes e, por outro se vê comprometida e influenciada pela contemporaneidade. Embora tenhamos optado por dissertar sobre os saberes da cultura construtiva, muitos outros saberes são desenvolvidos no povoado, tais como a pesca, o artesanato e a produção de farinha. Seus moradores mais idosos conhecem a história de luta e a resistência do povoado e dominam seus diversos saberes. Alguns jovens que já não residem na comunidade seguem lutando, mesmo a distância, para o fortalecimento político-organizativo da comunidade.

Com o desenvolvimento da pesquisa percebemos as questões locais a partir dos seus moradores, adentrando nas suas vidas e explorando suas memórias por meio de suas histórias de vida, que nos fez vislumbrar e responder as questões relativas à falta de perspectiva de continuidade de sua cultura construtiva e, conseqüentemente o risco de sua erradicação em um cenário futuro. Logramos também identificar os tipos de cultura construtiva locais, tais como a taipa de mão (também conhecida no sul do Brasil como pau a pique) e o adobe. Sendo

que a técnica de adobe não foi aprofundada em Canelatiua e talvez por isso, possua atualmente somente cinco casas de adobe em todo o povoado. Segundo relatos, a técnica de adobe é mais característica de outras comunidades, como São João de Cortes. Ainda por meio dos relatos, percebemos que a técnica do adobe não é percebida por seus moradores como parte da cultura construtiva de Canelatiua, diferentemente da taipa de mão.

O processo de substituição das técnicas construtivas tradicionais pelo método construtivo contemporâneo e racionalista com tijolo cerâmico é sentido não só em Canelatiua, mas também em várias comunidades quilombolas, inclusive no povoado de São João de Cortes, onde predominava a técnica construtiva com adobe. Dentre os inúmeros motivos, podemos mencionar o envelhecimento dos moradores que residem na comunidade e o desinteresse dos jovens em aprender as técnicas. Sendo ainda que muitos jovens optam por estudar e/ou trabalhar nos centros urbanos, abandonando sua comunidade de origem.

O crescente esvaziamento da comunidade por parte dos jovens, dificulta o seguimento das etapas produtivas dos saberes e fazeres construtivos da casa de taipa de mão, que conforme os relatos, é exigido esforço físico tanto na prática de construir como no ato de buscar e selecionar os materiais. Descrever e analisar essas etapas também foi objetivo da presente pesquisa e nos fez perceber como os moradores mais idosos sentem dificuldade em manter suas casas de taipa de mão em boas condições. Assim sendo, a exigência física exigida nas etapas construtivas é motivo também de a técnica estar sendo erradicada. O avanço da idade, em função do tempo, naturalmente leva ao enfraquecimento e comprometimento das funções orgânicas e funcionais das pessoas, ocorrendo alterações fisiológicas, do esqueleto e motoras comuns.

Ainda sobre os jovens, os que decidem permanecer no povoado, sofrem influências do meio urbano. Atualmente, o acesso existente permite o deslocamento mais fácil e rápido se comparado a tempos passados, dos moradores para a cidade de Alcântara-MA e também para a capital, São Luís-MA. Dessa forma, os jovens presenciam outras realidades diferentes das suas, pois já não vivem isolados e alheios ao que está ocorrendo em outros lugares. Também a tecnologia por meio da televisão e da internet, os aproxima dessas realidades distintas.

De acordo com os relatos, a casa de alvenaria de tijolo cerâmico é tida como resistência ao CLA. E ainda considerando as narrativas, presumimos que as pessoas eram desmotivadas por terceiros a melhorarem e/ou a manterem suas casas em boas condições com o intuito de oferecer-lhes as casas de projeto, fornecidas pela aeronáutica. Com a insegurança de serem remanejadas, as pessoas deixaram suas casas sem cuidado e manutenção até perceberem e serem alertadas por líderes comunitários mais instruídos sobre a má intenção do

discurso. Dessa forma, com seus próprios recursos, seja da aposentadoria, seja da ajuda dos filhos que moram fora, muitos decidiram por melhorar suas casas e até mesmo substituí-las por casas de alvenaria de tijolo cerâmico. Sendo outro motivo pelo qual, ocorreu a substituição das técnicas construtivas tradicionais pelo método construtivo convencional, em muitos casos.

Outro aspecto importante, é o fato de a indenização de uma casa de taipa ser menor do que a indenização de uma casa de alvenaria, fazendo com que muitos moradores investissem na casa de alvenaria. Após a construção da primeira casa de alvenaria no povoado, muitos seguiram o exemplo, enquanto outros não tiveram condições financeiras para tal. Alguns poucos, optaram por manter suas casas de taipa de mão diante da insegurança em fazer o investimento na incerteza de um remanejamento compulsório.

Observamos que, a maioria das casas de alvenaria de tijolo cerâmico existentes na comunidade são construídas com recursos próprios dos moradores. As casas padronizadas fornecidas pelo Programa do Projeto Nacional Habitacional Rural (PNHR) são minoria. Talvez porque essas casas existentes no povoado são parte do Programa organizado por uma entidade do município de Santa Maria, visto que em Canelatiua não existe, até o momento, nenhuma entidade organizadora do PNHR.

No entanto, existem aqueles poucos moradores que já possuem suas casas de taipa de mão e preferem mantê-las, principalmente, se a casa estiver em boas condições, como é o caso da Sra. Rosimaire Torres Diniz, conhecida como Rosa, que recusou a casa de projeto, pois preferiu seguir com sua casa de taipa. Entre as casas de taipa de mão existentes, já percebemos sua evolução. Segundo nos foi contado, as casas de taipa de mão antigamente eram de chão batido e cobertura de palha. Hoje em dia, a cobertura de palha foi substituída pela telha cerâmica quando o morador tem recursos suficientes para adotá-la ou de telha de fibrocimento, quando falta recurso ou este é mais escasso. Também o chão de terra batido foi substituído por cimento e/ou piso cerâmico.

Ressaltamos que, possivelmente ocorrerá a erradicação das técnicas construtivas tradicionais com taipa de mão e adobe na comunidade de Canelatiua, sob o risco de perdermos um elemento fundamental da identidade cultural e territorial de um povo. A arquitetura de terra faz parte do nosso patrimônio edificado vernacular, como foi possível identificar nas narrativas. Daí, enfatiza-se a importância em manter, de alguma forma, a cultura construtiva tradicional, que não deve se perder, nem jamais ser esquecida, pois fortalece a história, a origem e a memória da comunidade. A utilização da terra ultrapassa suas qualidades de desempenho e suas limitações inerentes. Manifesta-se pelo seu valor

simbólico de reaproximação da natureza e racionalidade na utilização dos recursos naturais. Podendo haver um diálogo com outros materiais.

Por fim, gostaríamos de registrar que renovar o interesse da cultura construtiva com terra, ultrapassa suas qualidades de desempenho (valores funcionais) e manifesta-se pelo seu valor simbólico e cultural de reaproximação com a natureza e na racionalidade da utilização dos recursos naturais, em busca dos valores ambientais. O valor econômico pode ser ressaltado, assim como os valores emocionais e sociais podem ser ressignificados. Segundo Krucken (2009) o valor emocional é subjetivo e incorpora motivações afetivas ligadas às percepções sensoriais. Dessa forma, é necessário perceber o que é hoje, em um contexto contemporâneo, construir com terra.

“E, como se costuma dizer nos meandros da construção com terra, ao contrário daquela frase feita em que o “segredo é a alma do negócio”, neste caso, a alma é o segredo do negócio, porque é fazendo com a alma, com muito empenho e dedicação, que tudo funciona” (PONTE, 2012, p. 231).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3 ed.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196 p.
- AL BORDE. **Escuela Nueva Esperanza**. Disponível em: <http://www.albordearq.com>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo Antropológico**. Volume 1 e 2. Brasília: MMA, 2006. 2 v.
- ANNA HERINGER. **DESI Trainingcenter**. Disponível em: <http://www.annaheringer.com/index.php?id=41>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco, OLIVEIRA, Leonel Gois Lima, GONZALEZ, Rafael Kuramoto, ABDALLA, Márcio Moutinho. **A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo**. In: IV Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade, Brasília, nov. 2013.
- BATISTA, Carla Cristina V., HEEMANN, Adriano. **Design e Território: uma discussão de valor**. In: GT 17 Conhecimento, tecnologia, sustentabilidade, inovação e prospecção no contexto das cidades do século XXI. Curitiba, p. 2120-2130, out 2013.
- CAIXA. Programa Nacional Habitacional Rural. Subsídios para o trabalhador rural e agricultor familiar construir ou reformar sua casa. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estrategias para entrar e salir de la modernidad**. México D.F.: Grijalbo, 1989.
- CANDAU Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, Igor. Em meio à pandemia da covid-19, governo anuncia remoção de quilombolas no Maranhão. **BRASIL DE FATO. Uma visão popular do Brasil e do mundo**. São Paulo, 28 de março de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/28/em-meio-a-pandemia-da-covid-19-governo-anuncia-remocao-de-quilombolas-no-maranhao>. Acesso em: 3 de abril de 2020.
- CARVALHO, Ronaldo N. F. Marques de, MIRANDA, Cybelle Salvador. **A taipa como patrimônio cultural: a preservação do saber fazer**. In: Revista de ciência e tecnologia (RCT), Boa Vista, v. 1, n. 1, 2015.
- CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA. Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. Implantação. Disponível em: < <http://www2.fab.mil.br/cla/> >. Acesso em: 10 ago. 2019.

CORREIA, Mariana. **Arquitectura de terra em Portugal: abordagem às técnicas construtivas**. In: As idades da construção. Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea. Lisboa: Instituto do emprego e formação profissional, 2010. p. 60 – 71, jul 2010.

CORREIA, Mariana. **Universalidade e diversidade da arquitectura de terra**. In: JORGE Vítor Oliveira, CORREIA, Mariana. Terra: forma de construir: Arquitetura, Antropologia, Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de primavera. 1ª ed. Lisboa: Argumentum e Escola Superior Gallaecia, 2006. p. 12 – 19.

DESLANDES, Suley Ferreira, NETO, Otavio Cruz, GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Diseño. La realización de lo comunal**. Traducción: Cristóbal Gnecco. Universidad del Cauca. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Tradução: Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Salamandra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FERNANDES, João Luís Jesus, CARVALHO, Paulo. **Patrimônio, Memória e Identidade: Repensar o desenvolvimento**. In: Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento, Coimbra, p. 193-217, jan 2004.

FERREIRA, Thiago Lopes. **Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção: formação, experimentação e construção em um assentamento rural**. Tese (Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, realizada em cotutela com a Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble da Université de Grenoble. Grenoble, 2014.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Centro de lançamento de Alcântara**. Departamento de Ciência e Tecnologia Espacial. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cla/index.php/visao>. Acesso em: 3 de abril de 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 2006. 2. Ed.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=1882>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

GAUDIO, Chiara del, OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de, FRANZATO, Carlo. **O tempo do Design Participativo**. In: 11o P&D Design. Congresso Brasileiro de Pesquisa e desenvolvimento em Design, n. 4, v. 1, 2014, Gramado. Metodologias e Processos de Design. Co-design, design participativo e design colaborativo. São Paulo: Blucher Design Proceedings, 2014. p. 1-13.

GAUDIO, Chiara Del (org.). *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 359 – 371.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4. Ed.

GONÇALVES, Teresa Diaz, GOMES, Maria Idália. **Construção de terra crua: potencialidades e questões em aberto**. Conferência: Atas das Jornadas LNEC Engenharia para a Sociedade, Investigação e Inovação: Cidades e Desenvolvimento. Lisboa, LNEC, 18-20 Junho 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2044.

HARKNESS, Rachel. Earth. **Clayfest and The Dreaming Grounds**. In: _____ (org.). *An Unfinished Compendium of Materials*. Aberdeen: University of Aberdeen, 2017. p. 64-71.

INGOLD Tim. **A cultura no chão: o mundo percebido através dos pés**. In: -----, *Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. Parte III, p. 70-94.

INGOLD Tim. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia**. In: *Revista Educação*, n. 3, v. 39, 2016. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 404 - 411.

INGOLD Tim. **Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 1 ed. 392 p.

INGOLD Tim. **Limpando o terreno**. In: -----, *Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. Parte I, p. 43-47.

INGOLD Tim. **Materiais contra materialidade**. In: -----, *Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. Parte II, p. 49-69.

INGOLD Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. Trad. Leticia Cesarino. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 2012. v. 18, n. 37, p.25-44.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Maranhão/ Alcântara**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

INSTITUTOS DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). **Informações sobre madeiras**. Disponível em: http://www.ipt.br/informacoes_madeiras3.php?madeira=66. Acesso em: 1 de dezembro de 2020.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KAPP, Silke. **Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo**. In: Revista Paranoá. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, n. 17, 2016, Brasília. Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas. III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação nos Campos, nas Águas e nas Florestas. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2016.

KÉRÉ ARCHITECTURE. **Centre de Santé et de Promotion Sociale**. Disponível em: <http://www.kere-architecture.com/projects/csps/>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

KRUCKEN, Lia. **Conexões criativas entre pessoas e lugares: possíveis ações do designer em projetos no território**. In: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de, FRANZATO Carlo, GAUDIO, Chiara Del (org.). *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 359 – 371.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

KRUCKEN, Lia. **Ecovisões sobre Design e Território**. In: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de, FRANZATO Carlo, GAUDIO, Chiara Del (org.). *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 327 – 333.

KRUCKEN, Lia *et al.* **Design e Território: estudo de iniciativas de valorização da cultura gastronômica**. In: 11º P&D Design. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, n. 4, v. 1, 2014, Gramado.

LIMA, Márcio Soares. **O avesso: alcances e limites da consultoria em design na Associação de Mulheres da Agulha Criativa, em São João dos Patos – MA**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Design) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira, BRISOLA, Elisa Maria Andrade. **Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas**. In: Revista Univap, São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro**. In: Revista de história, n. 155, 2006, São Paulo. p. 191-203.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, RIBEIRO, Suzana L. Salgado Ribeiro. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, ASSIS, Simone Gonçalves de, SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MOURÃO, Nadja Maria. **Comunidades, Território e Tradições: laços do conhecimento e da cultura em Chapada Gaúcha/Vídeo**. Disponível em: <http://youtu.be/20HyHda9YQI>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOURÃO, Nadja Maria. **Sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais da Amazônia Maranhense**. Relatório (Pós-Doutorado em Design) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2020.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Cidade de Shibam no Yemen**. Disponível em: <https://ameralwarea.files.wordpress.com/2010/02/20080426mudbrick-houses-shibam-yemen-20052.jpg>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

NORONHA, Gomes Raquel. **Artesanato e consumo: comoditização da identidade étnica como estratégia territorial em Alcântara (MA)**. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. Anais da 28a Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo: ABA, 2012c.

NORONHA, Gomes Raquel. **Era uma vez no Quilombo. Narrativas sobre o turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA)**. In: Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares (TECAP), Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 43-60, mai 2015.

NORONHA, Gomes Raquel. **No coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande**. São Luís: EDUFMA, 2015.

NORONHA, Gomes Raquel. **O designer orgânico: reflexões sobre a produção do conhecimento entre designers e louceiras em Itamatatuiua - MA**. In: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de, FRANZATO Carlo, GAUDIO, Chiara Del (org.). *Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 277 – 294.

NORONHA, Gomes Raquel (org.). **Identidade é valor: as cadeias produtivas do artesanato de Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2011.

NORONHA, Gomes Raquel. **Sobre a louça, o linho e a rede: processos contemporâneos de construção de valor e identidade entre artesãs de Alcântara (MA)**. In: Revista Pós-Ciências Sociais, n. 17, v. 9, p. 175-200, 2012b.

NORONHA, Gomes Raquel. **The collaborative turn: Challenges and limits on the construction of a common plan and on autonomia in design**. In: Strategic Design Research Journal, n. 2, 2018. *Autonomia - Design strategies for enabling design process*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2018. p. 125-135.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **MAPA – Território das Comunidades Remanescentes de Quilombos – Alcântara MA – novembro 2005**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

NUNES, Patrícia Portela. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo**. Tese (Programa de pós-graduação em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

NUNES, Patrícia Portela. **Conflitos étnicos na Amazônia Brasileira: processos de construção identitária em comunidades quilombolas de Alcântara**. In: Colombia Internacional 84, Bogotá, p. 161-185, mai-ago 2015.

OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de, FRANZATO, Carlo, GAUDIO, Chiara (org.). **Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil (livro eletrônico)**. São Paulo: Blucher, 2017.

OLIVEIRA, Richitter Nasser Rosa, MARCIEL, Daniele Nayane Mariano, FREITAS, Ana Luiza Cerqueira. **Análise bibliométrica de como tem sido discutido no campo científico as interações entre as práticas de design e a produção artesanal de caráter tradicional e espontâneo**. 13º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Joinville: 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C169 - Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang-pt/index.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

PATROCÍNIO, Gabriel. **Design e os países em desenvolvimento: a dialética entre o design para a necessidade e o design para o desenvolvimento**. Gabriel Patrocínio e José Mauro Nunes (Org.). Design & Desenvolvimento: 40 anos depois. São Paulo: Blucher, 2015. p. 55-74.

PÊGO, Kátia Andréa Carvalhaes, OLIVEIRA, Paulo Miranda de. **Design Sistêmico: relações entre território, cultura e ambiente no âmbito da Estrada Real**. In: Strategic Design Research Journal, v. 7, n. 3, set-dez 2014.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **A comunicação como encontro**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

PFLUEGER, Grete Soares. **Redes e ruínas. Apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara – Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2018.

PINTEREST. **Casas Hakkas na China**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/57209857736318001/>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

PINTEREST. **Cidade de Ait Benhaddou no Marrocos**. Disponível em: <https://www.pinterest.ch/pin/481322278922015852/>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

PINTEREST. **Mesquita de Nova Gourná no Egito**. Disponível em: <https://www.pinterest.ch/pin/83457399316530138/>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

PONTE, Maria Manuel Correia Costa da. **Arquitetura de terra: o desenho para a durabilidade das construções**. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

REYES, P., BALEM, T. **Identidade como fator de valorização do território**. In: Convergências – Revista de Investigação e Ensino das Artes, v. 2, 2009.

SANTOS, Aguinaldo dos. **Seleção do método de pesquisa: guia para pós-graduandos em Design e áreas afins**. Curitiba: Insight, 2008. 230 p.

SANTOS, Denilson Moreira, NORONHA, Raquel Gomes, CARACAS, Luciana Bugarin, CESTARI, Glauba Alves do Vale (org.). **Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos**. São Luís: EDUFMA, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Tayomara Santos dos. **Correspondências por meio de sementes: saberes, sustentabilidade e produção artesanal**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Design) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2020.

SCHREIBER, Mariana. **Governo Temer corre para tentar acordo com EUA sobre base de Alcântara: o que está em jogo?** BBC News Brasil. Brasília, 20 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44895714>. Acesso em: 3 de abril de 2020.

SENADO FEDERAL. **Atividade Legislativa**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso em 1 de dezembro de 2020.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão**. Dissertação (Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SOUZA FILHO, Benedito, ANDRADE, Maristela de Paula. **A Dois Graus do Equador: o Estado brasileiro contra os quilombolas de Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2020. 307 p.

SOUZA FILHO, Benedito, ANDRADE, Maristela de Paula. **Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventários de referências culturais**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 75-99, jul.-dez. 2012.

SPINUZZI, Clay. **The methodology of the Participatory Design**. In: Technical Communication, n. 2, v. 52, p. 163-174, maio 2005.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização**. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 535-557, jul 2016.

VASSALLO, Luiz. Em acordo com o MPF, governo não vai remover quilombolas no Maranhão durante coronavírus. **Estadão**. São Paulo, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-acordo-com-o-mpf-governo-nao-vai-remover-quilombolas-no-maranhao-durante-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 3 de abril de 2020.

Entrevistas

FERREIRA, Lorenzo Boaventura. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

GARCIA, Aldenora da Conceição. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

LOPES, Maria José Serejo. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

MORAES, Dorinete Serejo. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

RIBEIRO, José Inaldo Correa. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

SEREJO, Honorato Diniz. Entrevista aberta sobre a comunidade de Canelatiua, concedida à Fabiana Aquino de Moraes Rêgo e Nadja Maria Mourão, em sua residência em Canelatiua, no dia 01 mar. 2020.

Documentários

Paula, Betse de. Mulheres guardiãs da Floresta, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Syl4auOZyPA>. Acesso em: 10 de abril de 2020.